

# DIÁRIO

## DO PODER JUDICIÁRIO



Boa Vista-RR, 04 de Setembro de 2008

ANO X - EDIÇÃO 3918

R\$ 1,60

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA

#### SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

**Bel. ITAMAR LAMOUNIER**  
Secretário do Tribunal Pleno

#### PUBLICAÇÃO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Robério Nunes, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, torna público para ciência dos interessados que na 16ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, a realizar-se no dia 17 de setembro do corrente ano, quarta-feira, às nove horas, ou na sessão subsequente, serão julgados os processos a seguir:

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 010 07 008579-9**  
**IMPETRANTE:** SANTOS REPRESENTAÇÃO LTDA  
**ADVOGADO:** DR. WARNER VELASQUE RIBEIRO  
**IMPETRADO:** EXMO. SR. SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE RORAIMA  
**PROCURADORA DO ESTADO:** DRA. VANESSA ALVES FREITAS  
**RELATOR:** EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 010 08 010327-7**  
**IMPETRANTE:** HUDSON CARDOSO DO NASCIMENTO  
**ADVOGADOS:** DR. PAULO HENRIQUE ALEIXO PRADO E OUTRA  
**IMPETRADO:** EXMO. SR. SECRETÁRIO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DE RORAIMA  
**PROCURADOR DO ESTADO:** DR. VENILSON BATISTA DA MATA  
**RELATOR:** EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 2.176/2008**  
**ORIGEM:** JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – GABINETE  
**ASSUNTO:** SUGERE CRIAÇÃO DE MAIS UMA VARA ESPECIALIZADA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE  
**RELATOR:** EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

#### PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 010 08 010209-7**  
**IMPETRANTE:** VÉRITHA PESSOA DE SOUZA  
**DEFENSOR PÚBLICO:** DR. MAURO SILVA DE CASTRO  
**IMPETRADA:** EXMA. SRA. SECRETÁRIA DE ESTADO DA GESTÃO ESTRATÉGICA E ADMINISTRAÇÃO  
**PROCURADOR DO ESTADO:** DR. ANTONIO PEREIRA COSTA  
**RELATOR:** EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

**EMENTA:** MANDADO DE SEGURANÇA – CONCURSO PÚBLICO – PRELIMINARES: AUSÊNCIA DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO E DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA – REJEITADAS – MÉRITO: PEDIDO DE RECLASSIFICAÇÃO PARA O FINAL DA LISTA DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS – FALTA DE PREVISÃO LEGAL – INDEFERIMENTO – ATO LÍCITO – AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO – SEGURANÇA DENEGADA.  
1. O interesse jurídico de um só dos candidatos que se diz lesado em direito líquido e certo não interfere no interesse jurídico tutelado dos demais candidatos, mormente quando inexistente direito líquido e certo do impetrante.  
2. Ao administrador somente é dado realizar o quanto previsto em lei.

*3. A ausência de previsão, em lei ou no edital do concurso público, da possibilidade de recolocação do candidato no final da lista, torna lícito o indeferimento de tal pedido por parte do administrador.*

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Mandado de Segurança, acordam os membros do Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em rejeitar as preliminares suscitadas e, no mérito, em harmonia com o parecer ministerial, em denegar a segurança, nos termos do voto do relator, que integra este julgado.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

Des. **ROBÉRIO NUNES** – Presidente

Des. **JOSÉ PEDRO** – Relator

Des. **CARLOS HENRIQUES** – Vice-Presidente

Des. **RICARDO OLIVEIRA** – Membro

Des. **MAURO CAMPELLO** – Membro

Des. **ALMIRO PADILHA** – Membro

*Esteve presente o Dr. \_\_\_\_\_ – Procurador-Geral de Justiça.*

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 010 08 010232-9**  
**IMPETRANTE:** JOELMA DE MELO BRAGA  
**DEFENSOR PÚBLICO:** DR. MAURO SILVA DE CASTRO  
**IMPETRADO:** EXMO. SR. COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RORAIMA  
**PROCURADOR DO ESTADO:** DR. PAULO ESTEVÃO SALES CRUZ  
**RELATOR:** EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

**EMENTA:** MANDADO DE SEGURANÇA – CONCURSO PÚBLICO – CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR – PRELIMINARES DE DECADÊNCIA, PERDA DO OBJETO E ILEGITIMIDADE PASSIVA – REJEITADAS – LIMITE DE IDADE IMPOSTO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL – IMPOSSIBILIDADE – PRECEDENTES – SEGURANÇA CONCEDIDA.  
*A acessibilidade aos cargos públicos, assegurada pela Constituição Federal (artigo 37, inciso I), exige tão somente o preenchimento dos requisitos estabelecidos em lei.*

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Mandado de Segurança, acordam os membros do Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o parecer ministerial, em conceder a segurança nos termos do voto do Relator, que passa a integrar este julgado.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

Des. **ROBÉRIO NUNES** – Presidente

Des. **JOSÉ PEDRO** – Relator

Des. **CARLOS HENRIQUES** – Vice-Presidente

Des. **RICARDO OLIVEIRA** – Membro

Des. **MAURO CAMPELLO** – Membro

Des. ALMIRO PADILHA – Membro

*Esteve presente o Dr. Justiça. - Procurador Geral de*

HABEAS DATA Nº 010 08 010229-5

**IMPETRANTE: JÚLIO CÉSAR DE MELO CABRAL OLIVEIRA**  
**ADVOGADO: DR. SAMUEL WEBER BRAZ**  
**IMPETRADO: EXMO. SR. COMANDANTE GERAL DO**  
**CORPO DE BOMBEIROS DE RORAIMA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO**

**EMENTA – DIREITO CONSTITUCIONAL. HABEAS DATA. ARTIGO 7º, INCISO I DA LEI Nº 9.507/97. INFORMAÇÕES E CÓPIA DE DOCUMENTOS FUNCIONAIS CONSTANTES DO BANCO DE DADOS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RORAIMA. PLAUSIBILIDADE DO PEDIDO. DESATENDIMENTO INJUSTIFICADO NA VIA ADMINISTRATIVA. ORDEM CONCEDIDA.**

*- Configurada a pretensão resistida em sede administrativa, cabível é o habeas data para assegurar o conhecimento das informações negadas, máxime quando o pedido se fundamenta em princípios constitucionais, sem refletir mero capricho do impetrante.*

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Tribunal Pleno do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, à unanimidade de votos, em consonância com o parecer do douto Procurador de Justiça, em conceder a Ordem, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar este julgado.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

Des. ROBÉRIO NUNES - Presidente

Des. JOSÉ PEDRO – Relator

Des. CARLOS HENRIQUES – Vice-Presidente

Des. RICARDO OLIVEIRA - Membro

Des. MAURO CAMPELLO - Membro

Des. ALMIRO PADILHA – Membro

*Esteve presente o Dr. Geral de Justiça. - Procurador*

## PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 010 08 010618-9

**IMPETRANTE: ANDERSON SILVA DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO: DR. JOSUÉ DOS SANTOS FILHO**  
**IMPETRADO: EXMO. SR. COMANDANTE GERAL DA**  
**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RORAIMA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**

## DECISÃO

ANDERSON SILVA DE OLIVEIRA interpôs este mandado de segurança em face do COMANDANTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RORAIMA que o desclassificou do Processo Seletivo de Quantificação Profissional para o Desempenho de Cargos e Funções de 3º. Sargento QPPM.

O Impetrante alega, em síntese, que: (a) “O Boletim Geral nº 062, de 05 de abril de 2005, publicou a Reclassificação de Candidatos do Processo Seletivo de Qualificação Profissional para o Desempenho de Cargos e Funções de 3º Sargento e Cabo QPPM (para efeito de convocação), no qual este impetrante obteve a nota final 63,0, sendo reclassificado no 158º Lugar, com 5,0 pontos de tempo de efetivo serviço, bem como tem 5,0 pontos de comportamento disciplinar, devido ter mais de 10 (dez) anos de efetivo serviço e comportamento excepcional, respectivamente (anexo 03).” (fl. 03).

E diz, ainda, que, (b) para sua desclassificação, “[...] o Boletim Geral nº 138, de 28 de julho de 2008, informou que o mesmo foi excluído da relação com base no § 7º, do art. 12 da Lei nº 074, de 07 de julho de 2004, por ser 3º SGT QEPM” (fl. 04); (c) “em nenhum momento o referido artigo proíbe o policial militar que adquiriu o direito a uma vaga no Curso de Formação de Sargento QPPM, através de concurso dentro da Corporação, de frequentá-lo e passar

a ter o direito e prerrogativas referentes àquele quadro, tendo em vista principalmente que não é uma mudança de quadro, nem tampouco uma transferência e sim um DIREITO ADQUIRIDO através de concurso” (fl. 07).

Aduz, também, que: (d) “O impetrante ao ser inserido no quadro de praças policiais militares (QPPM) na graduação de 3º sargento, ao término do curso, tem a possibilidade de galgar as graduações e até obter pontos durante o tempo que ainda resta na atividade, e que no Quadro Especial de Praças Policiais Militares (QEPM), tal perspectivas não poderá ser alcançada” (fl. 09).

Pede a concessão de liminar para sua matrícula no curso de formação de sargentos e, ao final, a concessão da segurança, com a confirmação da liminar.

Determinei o pagamento das custas (fls. 36 e 38), o que foi feito conforme fls. 39 e 40.

Decido.

Nesta primeira e superficial análise, não vejo presente a *fumaça do bom direito* para a concessão da medida liminar, porque o Impetrante, conforme ele mesmo noticia, pertence ao Quadro Especial Policial Militar, previsto no art. 12 da L.C. 051/2001 (com redação dada pelas Leis Complementares 74/2004 e 103/2006) que dispõe:

“Art. 12 O ingresso no Quadro Especial de Praças Policiais Militares (QEPPM), dar-se-á por antiguidade através do aproveitamento dos soldados e cabos do Quadro de Praças Policiais Militares (QPPM) e do Quadro Especial de Praças Policiais Militares (QEPPM).

§ 1º Após a entrada em vigor desta Lei, a Polícia Militar de Roraima deverá providenciar, a realização de Curso Especial de Formação de Cabos (CEFC) e Curso Especial de Formação de Sargentos (CEFS), que se destinam, respectivamente, aos soldados e cabos da Polícia Militar, observado, rigorosamente a antiguidade dos policiais militares, e a disponibilidade de vagas existentes no Quadro.

§ 2º O Soldado QPPM, após completar 12 (doze) anos de serviço, estando, no mínimo, no comportamento “BOM”, observada a antiguidade e a disponibilidade de vagas, fará jus a ser matriculado no Curso Especial de Formação de Cabos, o qual, concluído com aproveitamento, habilitará o mesmo a ingressar no Quadro Especial da Polícia Militar (QEPPM), pelo critério de classificação no Curso Especial, observada a disponibilidade de vagas.

§ 3º O Cabo QPPM e QEPPM, após completar 15 (quinze) anos de serviço, estando, no mínimo, no comportamento “BOM”, observada a antiguidade e a disponibilidade de vagas, fará jus a ser matriculado no Curso Especial de Formação de Sargentos, o qual, concluído com aproveitamento, habilitará a mesmo à promoção a 3º Sargento QEPPM, pelo critério de classificação no Curso Especial, observada a disponibilidade de vagas.

§ 4º O 3º Sargento QEPPM, ao completar 20 (vinte) anos de serviço, estando, no mínimo, no comportamento “ÓTIMO”, será promovido à graduação de 2º Sargento QEPM.

§ 5º O 2º Sargento QEPM ao completar 25 (vinte e cinco) anos de serviço, estando no mínimo no comportamento ótimo, será promovido à graduação de 1º Sargento QEPM, observando o limite de 10% (dez por cento) do efetivo de 3º Sargento do Quadro de Praças Policiais Militares (QPPM).

§ 6º O 1º Sargento QEPM ao completar 28 (vinte e oito) anos de serviço, estando no mínimo no comportamento “ÓTIMO”, será promovido a graduação de Subtenente QEPM, observado o limite de 5% (cinco por cento) do efetivo de 3º Sargento QEPM.

§ 7º O policial militar que for promovido em qualquer dos termos estabelecidos neste artigo passará a integrar o Quadro Especial de Policiais Militares (QEPPM), sendo vedada a mudança de Quadro.

§ 8º Para a promoção à graduação de 1º Sargento QEPPM, será ainda exigido o Curso de Atualização em Segurança Pública (CASP), ou curso equivalente, concluído com aproveitamento, até a data de promoção.

§ 9º Os Cabos, os 3º, 2º e 1º Sargentos QEPPM promovidos a estas graduações, pelos critérios estabelecidos nesta Lei, só poderão obter nova promoção por este mesmo critério, após interstício de 2 (dois) anos, desde que satisfeitas as demais exigências, não se admitindo promoções sucessivas, ressalvados os casos de ressarcimento de preterição, já previstos no Estatuto da Polícia Militar.

§ 10 O Soldado, o Cabo e o Sargento da ativa, ou convocados para a ativa, completando vinte e nove anos e seis meses de serviço, computado o tempo para a inatividade, independentemente de curso e vaga, serão, mediante requerimento do interessado, promovidos à graduação imediata.

§ 11. O Soldado, o Cabo e o Sargento da ativa, ou convocados para a ativa, que, por ocasião da entrada em vigor desta Lei, já possuir mais de vinte e nove anos e seis meses de serviço e ainda estiver na ativa, mediante requerimento do interessado, será, independentemente de curso o vaga, promovido à graduação imediata, devendo, após seis meses da data da promoção, ser transferido, ex-officio, para a reserva remunerada.

§ 12. O policial militar, promovido pelo critério de vinte e nove anos e seis meses, não mudará de quadro.

§ 13. O policial militar, promovido pelo critério de vinte nove anos e seis meses, não ocupará vaga.”

Como vimos, o § 7º. do art. 12 mencionado proíbe a mudança de quadro para aquele que ingressar no *Quadro Especial (QE)* e isso significa, nesta análise inicial, que também quaisquer benefícios concedidos aos ocupantes de outros quadros são vedados, desde que não sejam expressamente previstos para o *QE*.

No caso em análise, o Impetrante pretende beneficiar-se das regras do Quadro de Praças Policiais Militares (QPPM) e isso, como vimos, é vedado por lei.

**Por essas razões**, indefiro o pedido de liminar.

Notifique-se a Autoridade Coatora para que preste as informações. Intime-se o representante judicial do Estado de Roraima pessoalmente. Encaminhem-se os autos ao Ministério Público para manifestação.

Publique-se.

Boa Vista, 02 de setembro de 2008.

Des. ALMIRO PADILHA  
Relator

**MANDADO DE SEGURANÇA Nº 010 08 010627-0**  
**IMPETRANTES: JUNOT SILVA DE BRITO e OUTROS**  
**ADVOGADA: DRA. DOLANE PATRÍCIA**  
IMPETRADO: EXMO. SR. COMANDANTE GERAL DA  
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RORAIMA  
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

#### DECISÃO

**JUNOT SILVA DE BRITO, FERNANDO ZANETTI DA COSTA, FRANCISCO JOSÉ DA SILVA LIMA, BENEDITO GOMES DA SILVA, PEDRO LIMA RODRIGUES, FRANKESLANE SAMPAIO BARBOSA, ADRIANO DA SILVA ARAÚJO, JANNERSON LINO MONTEIRO SOBRAL e FRANCISCO CORREIA DE PAIVA JÚNIOR**, todos soldados PM, interpõem este mandado de segurança em face do **COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RORAIMA** por alegada prática de ato ilegal consistente na publicação no Boletim Geral n.º 138/2008, de uma lista contendo 97 (noventa e sete) Policiais Militares, dentre soldados e cabos, para figurarem em uma indicação sua, para freqüentarem o I Curso de Formação de Sargentos da Polícia Militar do ano de 2008.

Aduzem que as regras que deram azo ao certame para o Curso de Formação de Sargentos previsto na Nota de Instrução N.º 002/PM-3/04, já se consumou; que os candidatos que lograram êxito naquele certame já são todos Sargentos da Polícia Militar Estadual; que o prazo de validade daquele certame já se expirou.

A petição inicial se acha instruída com as peças de fls. 17/102.

Requerem, *in litteris*: “(...) 2) A concessão de medida liminar com a devida intimação do impetrado para o cumprimento, determinando a imediata ANULAÇÃO da indicação publicada no Boletim Geral n.º 138/2008, que dentre outras coisas INDICA e ao mesmo tempo autoriza a matrícula de 97 praças da Polícia Militar Estadual para freqüentarem o Curso de Formação de Sargentos – CFS/2008, conforme relação anexa no Boletim Geral referido; 3) Caso Vossa Excelência não entenda razoável, de plano, ANULAR o Edital publicado que procedeu a INDICAÇÃO feita pela Autoridade Coatora, Suplica ainda em sede de liminar, que seja SUSPENSO eventual andamento ou realização de matrícula ou qualquer outra atividade relacionada ao CFS/2008 até o desate da causa por este Egrégio Poder Judiciário; (...); 5) Que seja julgado procedente o writ, reconhecendo o direito pleiteado e, conseqüentemente que seja ANULADO o edital que INCLUIU, RECLASSIFICOU OU

INDICOU os candidatos Praças Policiais Militares, remanescentes do Processo Seletivo realizado no ano de 2004 e, que a Autoridade Coatora, seja proibida de utilizar aquele certame para eventual promoção ao Posto de 3º Sargento do Quadro da Polícia Militar do Estado de Roraima, e que, caso esta queira preencher os cargos eventualmente disponíveis, que seja por intermédio de um novo concurso interno nos termos da legislação aplicável à espécie.”

Distribuídos os autos, coube-me a relatoria.

Em despacho proferido às fls. 104, posterguei a análise do pedido de medida liminar para depois das informações da indigitada autoridade coatora, prestadas às fls. 110/122 acompanhadas dos documentos de fls. 123/176.

É o breve relato. **DECIDO**:

A concessão da tutela liminar na ação mandamental, consoante uníssono entendimento doutrinário e jurisprudencial, é provimento com o qual o Juiz, em caráter provisório, atende ao pedido, porque, no primeiro momento, este lhe parece bem fundamentado e a demora no curso do processo pode ensejar a inutilidade da decisão final que, porventura, conceda a segurança.

*In casu*, não vislumbro, à primeira vista, a presença concomitante dos requisitos autorizadores da medida.

Não restou evidenciado o *periculum in mora*. Na verdade os impetrantes não discorreram nenhuma linha sobre este requisito. Ademais, o rito da ação mandamental é célere além do que não haverá prejuízo irreparável ou situação irreversível.

**Posto isso**, indefiro o pleito liminar constante na inicial.

Intime-se, pessoalmente, o douto Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 19 da Lei 10.910/2004.

Ultimadas as providências, dê-se vista à douta Procuradoria Geral de Justiça.

Publique-se.

Intime-se.

Boa Vista(RR), 02 de setembro de 2008.

Des. CARLOS HENRIQUES  
Relator

**SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, BOA VISTA-RR, 03 DE SETEMBRO DE 2008.**

Bel. ITAMAR LAMOUNIER  
Secretário do Tribunal Pleno

#### SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA

ÁLVARO DE OLIVEIRA JÚNIOR  
Secretário da Câmara Única

#### PUBLICAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO

**O Excelentíssimo Senhor Desembargador Carlos Henriques, Presidente da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, torna público para ciência dos interessados que, na Sessão Ordinária do dia 09 de setembro do corrente ano, às nove horas, ou nas sessões subseqüentes, serão julgados os processos a seguir:**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009717-2 – BOA VISTA-RR**

APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS

APELADA: MARIA DA CONCEIÇÃO FERNANDES  
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009716-4 – BOA VISTA-RR**

APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADORA DO ESTADO: DRA. MARGAUX  
GUERREIRO DE CASTRO

APELADA: SÁDIRA PEIXOTO DE CALDAS  
ADVOGADO: DR. ALMIR ROCHA DE CASTRO JÚNIOR  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009695-0 – BOA VISTA-RR**  
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS  
APELADA: RANDIELLE SOUZA WANDERLEY  
DEFENSOR PÚBLICO: DR. MAURO SILVA DE CASTRO  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009686-9 – BOA VISTA-RR**  
APELANTE: RUDNEI DOS SANTOS PEIXOTO  
ADVOGADO: DR. ALLAN KARDEC LOPES MENDONÇA FILHO  
APELADO: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009707-3 – BOA VISTA-RR**  
APELANTE: ANDERSON RÔMULO GARCIA BRAZ  
DEFENSOR PÚBLICO: DR. MAURO SILVA DE CASTRO  
APELADO: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010383-0 – BOA VISTA-RR**  
APELANTE: DAVI DOS SANTOS SINDEAUX  
ADVOGADA: DRA. MARIA EMÍLIA BRITO SILVA LEITE  
APELADO: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.009165-6 – BOA VISTA-RR**  
APELANTE: ROBERTO OLIVEIRA DOS SANTOS  
ADVOGADO: DR. ALLAN KARDEC LOPES MENDONÇA FILHO  
APELADO: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.009179-7 – BOA VISTA-RR**  
APELANTE: PATRÍCIA RÉGIA DA SILVA CORREA  
ADVOGADA: DRA. MARIA EMÍLIA BRITO SILVA LEITE  
APELADO: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MARCUS GIL BARBOSA DIAS  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009292-6 – BOA VISTA-RR**  
APELANTE: LÍVIA SOARES CAMELO  
DEFENSOR PÚBLICO: DR. ROGENILTON FERREIRA GOMES  
APELADO: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009291-8 – BOA VISTA-RR**  
APELANTE: ALEXANDRE FABIANY FARIAS FROTA  
DEFENSOR PÚBLICO: DR. ROGENILTON FERREIRA GOMES  
APELADO: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.009167-2 – BOA VISTA-RR**  
APELANTE: ARLEM NEVES CASCAES  
ADVOGADA: DRA. ANA BEATRIZ OLIVEIRA REGO  
APELADO: O ESTADO DE RORAIMA

PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009485-6 – BOA VISTA-RR**  
APELANTE: ADRYANA ALMEIDA DA SILVA  
DEFENSOR PÚBLICO: DR. MAURO SILVA DE CASTRO  
APELADO: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009295-9 – BOA VISTA-RR**  
APELANTE: PAULO ROBERTO CUNHA DA GAMA  
DEFENSOR PÚBLICO: DR. ROGENILTON FERREIRA GOMES  
APELADO: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009471-6 – BOA VISTA-RR**  
APELANTE: GEDSON GOMES VIEIRA  
ADVOGADA: DRA. ANA BEATRIZ OLIVEIRA REGO  
APELADO: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. GIERCK GUIMARÃES MEDEIROS  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009312-2 – BOA VISTA-RR**  
APELANTE: MATEUS FREITAS FERREIRA DA SILVA  
DEFENSOR PÚBLICO: DR. ROGENILTON FERREIRA GOMES  
APELADO: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009311-4 – BOA VISTA-RR**  
APELANTE: DAYANE LÍVIA CARRAMILO PEREIRA  
DEFENSOR PÚBLICO: DR. ROGENILTON FERREIRA GOMES  
APELADO: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009631-5 – BOA VISTA-RR**  
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MARCUS GIL BARBOSA DIAS  
APELADA: MARIA ELIENE DA SILVA TEIXEIRA  
ADVOGADAS: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE E OUTRA  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009693-5 – BOA VISTA-RR**  
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADORA DO ESTADO: DRA. MARGAUX GUERREIRO DE CASTRO  
APELADO: RAIMUNDO MUNIZ MENDONÇA  
ADVOGADAS: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE E OUTRA  
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO  
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

#### **PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010315-2 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: ELIAS AUGUSTO DE LIMA SILVA**  
**PACIENTE: HEBRON SILVA VILHENA**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

**EMENTA:** HABEAS CORPUS – CRIMES DE ESTUPRO, ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR, SUBMISSÃO DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE À PROSTITUIÇÃO OU À

**EXPLORAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO DE QUADRILHA – AÇÃO PENAL – TRANCAMENTO.**

1. Em sede de habeas corpus, somente é viável o trancamento de ação penal por falta de justa causa quando, prontamente, desponta a inocência do acusado, a atipicidade da conduta ou se acha extinta a punibilidade.
2. É atípica a conduta do agente que submete menor de quatorze anos a presenciar ato de libidinagem.
3. Ordem concedida, em parte.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Câmara Única – Turma Criminal, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, por unanimidade, dissentindo, em parte, do parecer ministerial, em conceder parcialmente a ordem, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões, em Boa Vista, 12 de agosto de 2008.

Des. José Pedro  
Presidente, em exercício

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

Des. Mauro Campello  
Julgador

Esteve presente: Dr. Fábio Bastos Stica  
Procurador de Justiça

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO****AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.010032-3 – BOA VISTA/RR**

**AGRAVANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE RORAIMA**

**ADVOGADOS: DR. FRANCISCO ALVES NORONHA E OUTRO**

**AGRAVADO: MÁRIO SOUZA DA ROCHA**

**ADVOGADO: DR. GERALDO DA SILVA FRAZÃO**

**RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO**

**EMENTA** – EXECUÇÃO DE SENTENÇA. DECISÃO QUE DETERMINA A PENHORA INTEGRAL “ON-LINE” DE CONTAS CORRENTES. PRELIMINARES DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. INTEMPESTIVIDADE E DESCUMPRIMENTO DO ARTIGO 526, DO CPC. REJEÇÃO. MÉRITO: INOBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. INSTABILIDADE FUNCIONAL DA EXECUTADA. COMPROVAÇÃO. RECURSO PROVIDO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA CASSADA.

1. Não há que se falar em intempestividade se o agravo foi interposto antes de findo o prazo recursal.
2. O eg. Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que o termo inicial do prazo previsto no artigo 526, do CPC, para comunicar a interposição do agravo ao Juízo “a quo” tem início na data de publicação do despacho que recebeu e mandou processar o referido recurso.
3. A penhora on-line é um sistema inovador utilizado pelo Poder Judiciário, com apoio no art. 655 do CPC, que dá preferência à penhora em dinheiro, para viabilizar de forma mais célere a garantia da execução. Contudo, a referida medida deverá ser utilizada em observância dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, de maneira que não venha causar excessiva instabilidade à empresa executada, impedindo o seu funcionamento, ou violar direito de terceiros.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em rejeita as preliminares suscitadas pelo agravado, e no mérito dar provimento ao presente recurso, nos termos do voto do Relator.

Boa Vista, 02 de setembro de 2008.

Des. Carlos Henriques – Presidente

Des. José Pedro – Relator

Des. Almiro Padilha – Julgador

Esteve presente o Dr.

Justiça

– Procurador de

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO****AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.010211-3 – BOA VISTA/RR**

**AGRAVANTE: FRANCISCO AMÉRICO VALINTIM**

**ADVOGADO: DR. MARCOS ANTONIO CARVALHO DE SOUZA**

**AGRAVADA: PREFEITURA MUNICIPAL DE BOAVISTA**

**PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. MARCO ANTONIO SALVIATO FERNANDES NEVES**

**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**

**EMENTA**

AÇÃO ORDINÁRIA DE MANUTENÇÃO DE POSSE, POSSE DE PARTICULAR SOBRE BEM PÚBLICO. SITUAÇÃO PECULIAR NA CIDADE DE BOA VISTA. GRANDE NÚMERO DE IMÓVEIS REGISTRADOS COMO PERTENCENTES AO MUNICÍPIO OU AO ESTADO. AGRAVANTE QUE RESIDE NO LOCAL HÁ MAIS DE 29 ANOS. PRETENSÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL EM DERRUBAR UM MURO DA RESIDÊNCIA DO AUTOR. OCORRÊNCIA DOS REQUISITOS ENSEJADORES PARA A CONCESSÃO DA LIMINAR DE MANUTENÇÃO NA POSSE. DECISÃO REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Colenda Câmara Única, integrantes da Turma Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer o recurso e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões da Câmara Única do E. TJRR, em Boa Vista – RR, 19 de agosto de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Presidente

Des. Mauro Campello  
Julgador

Des. Almiro Padilha  
Relator

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO****HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010481-2 – BOA VISTA/RR**

**IMPETRANTE: KELLY CRISTINA SALES DAS CHAGAS**

**PACIENTE: OTÁVIO FIGUEIRA COELHO**

**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**

**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

**EMENTA**

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TESES DE NEGATIVA DE AUTORIA E EXCESSO DE PRAZO. NÃO DEMONSTRAÇÃO NOS AUTOS. NECESSIDADE DE EXAME APROFUNDADO DAS PROVAS. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS. ATRASADO CAUSADO PELA DEFESA E ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 52 E 64 DO STJ. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS DO RÉU QUE NÃO TÊM O CONDÃO DE ELIDIR A CONSTRIÇÃO CAUTELAR. ORDEM DENEGADA.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros da Câmara Única, Turma Criminal, do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, à unanimidade de votos, e em sintonia com o

parecer ministerial, em denegar a ordem, nos termos do voto do relator, que integra este julgado.

Sala das sessões do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima aos dezenove dias do mês de agosto de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Presidente

Des. Mauro Campello  
Relator

Des. Almiro Padilha  
Julgador

Excelentíssimo Procurador de Justiça  
Dr. Edson Damas

#### PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009788-3 – BOA VISTA/RR  
**1º APELANTE / 2º APELADO: O ESTADO DE RORAIMA  
PROCURADOR DO ESTADO: DR. GIERCK GUIMARÃES  
MEDEIROS**  
**2º APELANTE / 1º APELADA: ELEONORA SILVA DE MORAIS  
ADVOGADO: DR. ALLAN KARDEC LOPES MENDONÇA  
FILHO**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**  
**REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

#### EMENTA

AÇÃO ORDINÁRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇAS SALARIAIS. REVISÃO GERAL ANUAL. ART. 37, X, DA CF. REGULAMENTAÇÃO POR LEI ESTADUAL ESPECÍFICA – Nº 331/02. FIXAÇÃO DO ÍNDICE DE 5% AO ANO. LEI 339/02 – AUTORIZAÇÃO DA PERMANÊNCIA DO PERCENTUAL DE 5% PARA O EXERCÍCIO DE 2003. NÃO COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DA REVISÃO NO ANO DE 2002. INCIDÊNCIA DO ÍNDICE SOBRE FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. PAGAMENTO DA DIFERENÇA SALARIAL RELATIVA AO QUE A AUTORA ATUALMENTE RECEBE E O QUE ELA DEVERIA RECEBER CASO AS REVISÕES DE 2002 E 2003 TIVESSEM SIDO EFETUADAS. ACOLHIMENTO PARCIAL DO PEDIDO DA AUTORA. CARACTERIZAÇÃO DA SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. RECURSOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS.

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros da Colenda Câmara Única, integrantes da Turma Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer o recurso e reformar, em parte, a sentença, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões da Câmara Única do E. TJRR, em Boa Vista - RR, 26 de agosto de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Presidente

Des. José Pedro  
Julgador

Des. Almiro Padilha  
Relator

#### REPÚBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO POR INCORREÇÃO

**EMBARGOS DECLARAÇÃO NO REEXAME NECESSÁRIO  
Nº 0010.08.009468-2 – BOA VISTA-RR**  
**EMBARGANTE: JOSÉ RENATO GAYÃO DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADA: DRA. MARIA SUELI REIS BARBOZA**  
**EMBARGADO: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. GIERCK GUIMARÃES  
MEDEIROS**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**

#### EMENTA

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – CONTRADIÇÃO –  
INEXISTÊNCIA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.**

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.

Sala de Sessões, em Boa Vista, 03 de junho de 2008.

Des. Carlos Henriques  
Presidente

Des. Almiro Padilha  
Relator

Juiz Conv. César Henrique Alves  
Julgador

#### PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº  
0010.08.010546-2 – SÃO LUIZ DO ANAÚA/RR**  
**IMPETRANTE: JOSÉ ROCELITON VITO JOCA – DPE**  
**PACIENTE: PEDRO RODRIGUES DA CONCEIÇÃO**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE  
SÃO LUIZ DO ANAÚA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

#### DECISÃO

A liminar, em sede de habeas corpus, é medida cautelar excepcional.

No caso em apreço, cotejando os argumentos da impetração com as informações prestadas pela autoridade indigitada coatora, não se afigura patente o constrangimento ilegal.

ISTO POSTO, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista à douta Procuradoria de Justiça.

Publique-se.

Boa Vista, 01 de setembro de 2008.

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

#### PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº  
0010.08.010536-3 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: EDNALDO GOMES VIDAL**  
**PACIENTE: VALFRERES DE SOUZA MOURA**  
**AUT. COATORA: MMª. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA  
CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

#### DECISÃO

A liminar, em sede de habeas corpus, é medida cautelar excepcional.

No caso em apreço, entendo que o pedido urgente confunde-se com o próprio mérito da impetração, cuja análise compete privativamente ao órgão colegiado.

Ademais, a ordem não se tornará ineficaz, se apenas ao final for concedida.

ISTO POSTO, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista à douta Procuradoria de Justiça.

Publique-se.

Boa Vista, 01 de setembro de 2008.

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010604-9 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTES: SÔNIA MARIA FERNANDES PACHECO E OUTRA**  
**PACIENTE: PAULO CARMO DE CASTRO**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

#### **DECISÃO**

A liminar, em sede de habeas corpus, é medida cautelar excepcional.

No caso em apreço, cotejando os argumentos da impetração com as informações prestadas pela autoridade indigitada coatora, não se afigura patente o constrangimento ilegal.

ISTO POSTO, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista à douta Procuradoria de Justiça.

Publique-se.

Boa Vista, 01 de setembro de 2008.

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**APELAÇÃO CRIME Nº 0010.08.010543-9 – CARACARAÍ/RR**  
**APELANTE: ANTONIO ELISMAR DO NASCIMENTO CARVALHO**  
**ADVOGADO: DR. EDSON PRADO BARROS**  
**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

#### **DESPACHO**

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, intime-se, novamente, o Dr. EDSON PRADO BARROS, advogado do apelante, para oferecer as razões recursais, no prazo de 08 (oito) dias (CPP, art. 600, § 4º).

Transcorrido in albis o mencionado interstício, intime-se o réu, pessoalmente, para que, no prazo de 10 (dez) dias, constitua novo patrono, a fim de apresentar as razões de apelação, sob pena de lhe ser designado defensor público.

Após, conclusos.

Publique-se.

Boa Vista, 01 de setembro de 2008.

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.08.010632-0 – SÃO LUIZ DO ANAÚA/RR**  
**IMPETRANTE: JOSÉ FÁBIO MARTINS DA SILVA**  
**PACIENTE: JUAREZ FERREIRA DA SILVA**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO LUIZ DO ANAÚA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

#### **DECISÃO LIMINAR**

Cuida-se de Habeas Corpus impetrado pelo causídico JOSÉ FÁBIO MARTINS DA SILVA em favor de JUAREZ FERREIRA DA SILVA, pretendendo, em liminar, a soltura do paciente, argumentando (fls. 02/05 com documentos de fls. 06 a 339), em síntese, excesso de prazo para conclusão da instrução criminal.

Afirma que o paciente encontra-se custodiado na cadeia de São Luiz desde o dia 07 de abril do ano em curso, tendo passado-se mais de 120 dias sem que tenham sido ouvidas todas as testemunhas arroladas na inicial.

Requisitadas as informações, estas vieram às fls. 348/350, dando conta que o paciente está denunciado pela prática dos delitos tipificados no art. 121, § 2º, III (meio cruel) e IV (recurso que impossibilitou a defesa do ofendido) e art. 121, § 2º, IV (emboscada) c/c art. 14, II, todos do Código Penal e art. 12 e 14, caput, da Lei 10.826/2003.

Informa ainda, que o processo é complexo, pois o paciente foi preso em Boa Vista e os fatos a ele atribuídos se deram em outras Comarcas e que não houve paralisação na marcha processual.

É o singelo relatório. DECIDO:

Não é o caso de acolher em liminar, o pedido do impetrante.

Em princípio, não me convencem, as razões apresentadas pelo impetrante, a merecer início litis a ordem cautelar perseguida, principalmente, depois de ler as informações prestadas pela autoridade tida como coatora.

Assim posto, por ausência de demonstração inequívoca da fumaça do bom direito, requisito necessário para a concessão, indefiro a liminar pleiteada.

Manifeste-se a douta Procuradoria de Justiça sobre o writ intentado, na forma da lei.

Publique-se. Intimem-se.

Boa Vista, 02 de SETEMBRO de 2008.

Des. CARLOS HENRIQUES  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.010589-2 – BOA VISTA/RR**  
**AGRAVANTE: BOA VISTA ENERGIAS S.A.**  
**ADVOGADOS: DR. ALEXANDER DANTAS E OUTROS**  
**AGRAVADO: FRANCISCO ELINALDO CHAVES PIMENTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**

#### **DESPACHO**

1. Ciente da informação de fl. 104.

2. Considerando que já apreciei o mérito do recurso na forma do § 1º-A do art. 557 do CPC, dando-lhe provimento para autorizar a citação por edital (fls. 98 e 99), arquivem-se os autos após as demais providências de praxe.

BV, 02/09/08.

Des. Almiro Padilha  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**APELAÇÃO CRIME Nº 0010.08.010659-3 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: JANDER LOPES DE SOUSA**  
**DEFENSORA PÚBLICA: DRA. ALINE DIONÍSIO CASTELO BRANCO**  
**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

#### **DESPACHO**

À Secretaria da Câmara Única:

I. Intime-se a Defensora Pública do apelante JANDER LOPES DE SOUSA, Dra. ALINE DIONÍSIO CASTELO BRANCO, para no prazo de lei, oferecer as razões do recurso na forma do art. 600, § 4º do Código Processual Penal, conforme solicitado às fls. 181.

II. Após, encaminhem-se os autos à d. Procuradoria Geral de Justiça para indicação do membro do Parquet de primeiro grau que apresentará contra-razões;

III. Em seguida, à Procuradoria de Justiça para manifestação nesta instância;

IV. Por fim, voltem-me os autos conclusos.

Boa Vista(RR), 02 de SETEMBRO de 2008.

Des. CARLOS HENRIQUES  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº  
0010.08.010636-1 – BOA VISTA/RR  
**IMPETRANTE: DOLANE PATRÍCIA SANTOS SILVA SANTANA**  
**PACIENTE: JONAS REIS DE CASTRO**  
**AUT. COATORA: MM JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES**

#### **DECISÃO LIMINAR**

Cuida-se de Habeas Corpus com pedido de liminar impetrado por DOLANE PATRÍCIA SANTOS SILVA SANTANA favor de JONAS REIS DE CASTRO que teve prisão temporária cumprida em 18.08.2008 por suposto cometimento do latrocínio cometido contra a vítima Danilo Aguiar de Sá (gerente da CONAB).

Aduz em síntese que o paciente é primário, com bons antecedentes, família e residência fixa, tem contribuído com a Justiça, colocando sua casa e conta bancária à disposição e em nome dos princípios humanos deve responder ao processo em liberdade.

Por prudência, firmado na melhor doutrina e jurisprudência, deixei para analisar o pedido liminar somente após as informações da autoridade tida como coatora que foram acostadas as fls. 51 com documentos (fls. 52/63).

É o singelo relatório. DECIDO:

**Em sede de liminar, impende verificar tão somente os requisitos autorizadores, quais sejam o fumus boni jûris e o periculum in mora.**

**Por cuidar-se da liberdade do indivíduo, o perigo da demora estará sempre presente. Entretanto há que se conjugar também a fumaça do bom direito em favor do paciente.**

Segundo as informações prestadas não se vislumbra, ao menos inicialmente, a fumaça do bom direito em favor do paciente, para a concessão liminar do pedido.

Posto isto, por ausência de um dos requisitos necessários, indefiro a liminar pleiteada.

Manifeste-se a d. Procuradoria de Justiça sobre o writ intentado, na forma da lei.

Publique-se. Intimem-se.

Boa Vista, 02 de SETEMBRO de 2008.

Des. CARLOS HENRIQUES  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº  
0010.08.010547-0 – SÃO LUIZ DO ANAUÁ/RR  
**IMPETRANTE: JOSÉ ROCELITON VITO JOCA – DPE**  
**PACIENTE: HISNEIFRAN CAMPOS REIS**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO LUIZ DO ANAUÁ**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

#### **DECISÃO**

Na liminar, em sede de habeas corpus, é medida cautelar excepcional.

Não me convencem, em princípio, os argumentos da impetração.

Com efeito, a jurisprudência tem admitido o imediato cumprimento da medida de internação aplicada na sentença, ainda que o adolescente tenha permanecido em liberdade durante todo o processo, uma vez que o recurso de apelação possui, em regra, apenas o efeito devolutivo, nos termos do art. 198, VI, do ECA (nesse sentido: STJ, 5.ª Turma, RHC 20.530/SP, Rel. Min. Gilson Dipp, j. 06.02.2007, DJ 12.03.2007).

**ISTO POSTO, ausente o fumus boni juris, indefiro o pedido de liminar.**

**Dê-se vista à d. Procuradoria de Justiça.**

**Publique-se.**

Boa Vista, 01 de setembro de 2008.

Des. RICARDO OLIVEIRA  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010334-3 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE RORAIMA**  
**ADVOGADO: DR. ERIVALDO SÉRGIO DA SILVA**  
**APELADA: VISA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**  
**ADVOGADO: DR. ALEXANDRE DANTAS**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**

#### **DESPACHO**

1. Apense-se a estes autos cópia integral do processo nº 001.04.097301-7.

2. Após, voltem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Boa Vista-RR, 29 de agosto de 2008.

Des. Almiro Padilha  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**APELAÇÃO CRIME Nº 0010.08.010108-1 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: IVANDILSON FERREIRA LIMA**  
**ADVOGADA: DRA. VANESSA B. GUIMARÃES**  
**APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA**

#### **DESPACHO**

Defiro a promoção ministerial de fl. 146.

Baixem os autos ao Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal, pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Publique-se.

Boa Vista, 01 de setembro de 2008.

Des. Ricardo Oliveira  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**EMBARGOS DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010309-5 – BOA VISTA/RR**  
**EMBARGANTE: E. DA L. R.**  
**ADVOGADOS: DR. MARCELO AMARAL DA SILVA E OUTRO**  
**EMBARGADA: T. M. A. R.**  
**ADVOGADO: DR. RODOLPHO MORAIS**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO**

Intime-se a embargada, via DPJ, para, querendo, no prazo de cinco (5) dias, manifestar-se sobre a pretensão requerida pelo recorrente à fl. 369.

Após, à nova conclusão.

Boa Vista, 01 de setembro de 2008.

Des. José Pedro – Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010653-6 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**  
**PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. MARCO ANTONIO SALVIATO FERNANDES NEVES**  
**APELADOS: ALCINDO DA SILVA CARNEIRO E OUTRA**  
**ADVOGADO: DR. MAMEDE ABRAÃO NETTO**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA**

#### **DESPACHO**

Remetam-se os autos de volta à 8ª Vara Cível para cumprimento do disposto no art. 518 do CPC.

BV, 28/08/08.

Des. Almiro Padilha  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.08.010650-2 – BOA VISTA/RR**  
**AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. FERNANDO MARCO RODRIGUES DE LIMA**  
**AGRAVADO: ROBERTO VIANA VIEIRA**  
**ADVOGADO: DR. ORLANDO GUEDES RODRIGUES**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO**

Vistos etc.

O Estado de Roraima interpõe o presente recurso, visando a reforma da decisão proferida pela MMª. Juíza da 2ª Vara Cível, nos autos da ação anulatória de ato jurídico c/c pedido de danos morais nº 001006150778-5.

Alega, em síntese, o agravante que o recorrido exerce o cargo de policial militar, o qual visa através da demanda originária, anular processo administrativo disciplinar, bem como receber indenização por danos morais.

Sustenta que o agravado “...durante a audiência de instrução e julgamento fez manobra jurídica desleal, alegando fato novo e requerendo a substituição de testemunha para corroborar a nova acusação” (fl. 03).

Aduz que a MMª. Juíza da causa incorreu em manifesto erro ao deferir tais pedidos, através da decisão ora impugnada.

Afirma que em sendo negado o pretendido efeito suspensivo ao recurso em apreço, haverá de experimentar lesão grave e de difícil reparação, máxime porque ainda não ingressou na lide o litisconsorte necessário requerido pelo agravante.

Pede o deferimento do efeito suspensivo e, no mérito, pugna pelo provimento do recurso (fls. 02/07).

É o breve relato. Decido.

Consoante prescreve o artigo 527, inciso II, do Código de Processo Civil, o Relator “converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa”.

No caso dos autos, não se vislumbra a urgência no provimento jurisdicional invocado pelo recorrente, nem a iminência de prejuízo de difícil ou impossível reparação na hipótese de se aguardar o deslinde da ação originária, posto que a controvérsia cinge-se, em tese, no descumprimento de princípios constitucionais.

De outro lado, entendo que na eventual possibilidade de o recorrido lograr êxito nas pretensões deduzidas na peça inicial, tal decisão singular será objeto de recurso de apelação que, por regra, será recebido em ambos os efeitos, resguardando, destarte, o agravante de sofrer qualquer prejuízo decorrente do decisório.

Ademais, urge ressaltar que não se está negando a análise do pleito, mas apenas postergando-a para o devido momento, visto que não restou estampada a urgência em sua apreciação.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar e, por não vislumbrar a presença dos requisitos ensejadores do agravo de instrumento, converto-o em retido nos termos do artigo 527, inciso II, do CPC.

Em consequência, determino a remessa dos autos ao juízo de origem, para os devidos fins.

Publique-se. Comunique-se. Intimem-se.

Boa Vista, 28 de agosto de 2008.

Des. JOSÉ PEDRO – Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**HABEAS CORPUS Nº 0010.08.010651-0 – BOA VISTA/RR**  
**IMPETRANTE: DANIEL SEVERINO CHAVES**  
**PACIENTE: JOSIAS SEVERINO CHAVES**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE BOA VISTA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

#### **DESPACHO**

Requisitem-se as informações à indigitada autoridade coatora, conforme art. 662 do Código de Processo Penal, no prazo de 48 horas;

Após, retornem-me os autos.

Boa Vista, 27 de agosto de 2008.

Des. Mauro Campello  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.010446-5 – BOA VISTA/RR**  
**APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADORA DO ESTADO: DRA. ALDA CELI ALMEIDA**  
**BOSON SCHEITINE – FISCAL**  
**APELADOS: O. B. DO NASCIMENTO – ME E OUTRO**  
**DEFENSOR PÚBLICO: DR. STÉLIO DENER DE SOUZA**  
**CRUZ – CURADOR ESPECIAL**  
**RELATOR: DES. ALMIRO PADILHA**

#### **DECISÃO**

O ESTADO DE RORAIMA interpôs a presente Apelação Cível em face da sentença proferida pela Juíza da 2ª Vara Cível da Comarca desta Capital, que extinguiu a Ação de Execução Fiscal nº 001005112028-4, tendo em vista o pagamento do crédito executado.

O Apelante insurge-se tão-somente em relação à falta de condenação dos Apelados ao pagamento dos honorários advocatícios.

Alega que requereu a extinção da execução fiscal em virtude do pagamento realizado pelo devedor, e não por motivo de desistência.

Aduz que os honorários advocatícios devem ser suportados pelos Recorridos, haja vista o reconhecimento da procedência do pedido, consoante arts. 26 e 269, II, do CPC.

Requer o provimento imediato do recurso, por decisão monocrática do Relator, com esteio no art. 557, § 1º, do CPC.

O recurso foi recebido em seus regulares efeitos (fl. 69).

Subiram os autos a este Tribunal, cabendo-me a relatoria.

Foi determinada a intimação pessoal do Curador Especial dos Recorridos para apresentar as contra-razões (fl. 75).

Os Apelados, então, por intermédio da Defensoria Pública, colacionaram suas contra-razões às fls. 77/80, sustentando, em suma, que o art. 26, da LEF assegura a extinção da execução fiscal sem ônus para as partes sempre que houver cancelamento ulterior da inscrição da dívida ativa.

Argumentam, ainda que: a) se o Exeqüente não estipulou os honorários no acordo, é porque lançou mão desse valor; b) a extinção do feito foi assentada por transação do próprio Estado antes de instaurada a relação processual.

Por fim, pugnam pelo desprovemento da apelação e pela fixação dos honorários em favor da Defensoria Pública.

Subiram os autos a este Tribunal, cabendo-me a relatoria.

É o breve relato.

Decido.

Estabelece o § 1º do art. 557 do CPC:

Art. 557. [...]

§ 1º Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.

Pois bem. No vertente caso, o Exeqüente, ora Apelante, requereu a extinção da ação de execução fiscal, em virtude do pagamento do crédito cobrado.

Esse pagamento, ocorrido após a citação (fls. 18, 45 e 52), implica no reconhecimento da procedência do pedido pelos Executados, ora Recorridos.

Por isso, os honorários devem ser por eles suportados, na forma da regra inserta no art. 26, do CPC, in verbis:

Art. 26. Se o processo terminar por desistência ou reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu ou reconheceu.

A esse propósito, é dominante a jurisprudência do STJ:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. ICMS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXECUÇÃO FISCAL. RECONHECIMENTO E PAGAMENTO DO DÉBITO. CONDENAÇÃO NA VERBA HONORÁRIA. POSSIBILIDADE.

I - Incontestado a responsabilidade da recorrida pelos honorários advocatícios, porquanto reconheceu ser devida a cobrança fiscal, quando efetuou o pagamento do débito, devendo assumir as despesas da demanda que o recorrente, necessariamente, teve que ajuizar.

II - A imputação de tal despesa decorre do fato do devedor não ter satisfeito o crédito espontaneamente, dando ensejo à propositura do executivo fiscal. Em face do “princípio da causalidade”, aplicável ao nosso ordenamento jurídico, aquele que der causa à propositura da demanda responde pelas despesas dela decorrentes.

III - Recurso especial provido, para restabelecer o curso da execução fiscal em tela, ficando o ESTADO DE RONDÔNIA autorizado a cobrar os honorários advocatícios já fixados no processo. (REsp 857.861/RO, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05.12.2006, DJ 01.02.2007 p. 437)

\*\*\*

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PAGAMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. A extinção da execução em decorrência do pagamento do débito fiscal encontra-se prevista no art. 794, I, do CPC, e não no art. 26 da Lei nº 6.830/80, razão por que são devidos honorários advocatícios e custas processuais.

2. Recurso especial não provido.

(REsp 540.287/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 26.02.2008, DJ 11.03.2008 p. 1)

\*\*\*

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL.

QUITAÇÃO DO DÉBITO, NA VIA ADMINISTRATIVA, APÓS A CITAÇÃO DO DEVEDOR. RECONHECIMENTO DO PEDIDO. APLICAÇÃO DO ART. 26 DO CPC. VERBA HONORÁRIA DEVIDA. EXTINÇÃO DO FEITO EXECUTIVO, COM BASE NO ART. 26 DA LEI 6.830/80. DESCABIMENTO.

1. Na hipótese, a quitação da dívida ocorreu tão-somente após consolidada a relação processual. Assim, o pagamento do débito, na via administrativa, caracteriza-se como reconhecimento do pedido formulado na ação executiva, razão pela qual é cabível a condenação em verba honorária, tendo em vista o disposto no art. 26 do CPC, in verbis: “Se o processo terminar por desistência ou reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu ou reconheceu.” Nesse sentido: REsp 842.670/PR, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 21.9.2006; REsp 617.981/PE, 2ª Turma, Rel. Min.

Eliana Calmon, DJ de 17.12.2004; REsp 174.843/RS, 1ª Turma, Rel. Min. Garcia Vieira, DJ de 21.9.1998; REsp 46.210/SP, 1ª Turma, Rel.

Min. Humberto Gomes de Barros, DJ de 5.12.1994.

2. Recurso especial provido.

(REsp 774.331/GO, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08.04.2008, DJ 28.04.2008 p. 1)

Observa-se, portanto, que a decisão foi proferida em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça.

Por oportuno, impende ressaltar que o art. 26, da LEF não isenta as partes, tanto a Fazenda Pública, quanto o Executado, de pagar quaisquer despesas do processo quando haja cancelamento da dívida. Se as partes realizaram despesas, devem ser ressarcidas, ressalvadas as isenções impostas à Fazenda Pública.

Sobre o tema, esclarece Humberto Theodoro Júnior:

O que, salvo melhor juízo, assegura o art. 26 da Lei 6.830 é apenas permitir que a execução fiscal, sempre que houver cancelamento ulterior da inscrição de Dívida Ativa, seja extinta sem ônus para as partes. Isto quer dizer que a execução que se iniciou sem depósito e sem pagamento prévio de custas será encerrada também sem tais exigências a posteriori. Mas o direito do devedor embargante de se ressarcir das custas efetivamente despendidas e outras despesas já realizadas no curso de seus embargos, inclusive honorários advocatícios, não foi negado pelo aludido dispositivo legal. Segue a regra geral da sucumbência, não revogada peremptoriamente pela nova lei de cobrança judicial da Dívida Ativa. (Lei de Execução Fiscal, 10ª ed., Saraiva, 2007, p. 212).

Como se vê, da mesma forma que o devedor embargante tem o direito de ressarcir-se daquilo que despendeu, a Fazenda Pública também deve ser ressarcida dos honorários, mormente se considerarmos que o Apelado somente pagou o débito após iniciada ação judicial, quando poderia ter pago, anteriormente, na via administrativa, evitando maiores despesas.

Uma vez que não há, nos autos, qualquer notícia de que houve o efetivo pagamento dos honorários, estou que esta verba é, de fato, devida pelos Apelados.

Isso porque, tanto o documento de fl.45, como o de fl. 53, só informam o pagamento do valor principal, sem indicar que houve a quitação do equivalente aos honorários.

Por essa razão, em face da possibilidade auferida pelo § 1º do art. 557 do CPC, conheço e dou provimento ao recurso para condenar os Apelados ao pagamento da verba honorária, fixada, pelo Magistrado de 1º grau (fl. 06), no percentual de 10% do valor da dívida, descontando-se os valores eventualmente pagos na esfera administrativa.

Publique-se. Intimem-se.

Boa Vista-RR, 02 de setembro de 2008.

Des. Almiro Padilha  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº**  
**0010.08.010672-6 – SÃO LUIZ DO ANAUÁ/RR**  
**IMPETRANTE: JOSÉ ROCELITON VITO JOCA – DPE**  
**PACIENTE: ANTONIO DE MELO AGAPI FILHO**  
**AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE**  
**SÃO LUIZ DO ANAUÁ**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. MAURO CAMPELLO**

#### **DESPACHO**

I – Requisitem-se as informações à indigitada autoridade coatora, conforme art. 662 do Código de Processo Penal, no prazo de 48 horas;

II – Quanto ao pedido liminar de concessão do Habeas Corpus, examinarei após prestadas as informações pela autoridade apontada como coatora, considerando a necessidade destas para a apreciação do WRIT (nesse sentido: STF, 1ª Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJU 07/05/03, p. 8331);

III – Após, retornem-me os autos.

Boa Vista, 29 de agosto de 2008.

Des. Mauro Campello  
Relator

#### **PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº**  
**0010.08.009968-1 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. VENUSTO DA SILVA**  
**CARDOSO**  
**RECORRIDA: PARACAIMA CONSTRUÇÕES LTDA**  
**ADVOGADA: DRA. SCYLA MARIA DE PAIVA OLIVEIRA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação da recorrida para apresentar as contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

#### **PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO REEXAME**  
**NECESSÁRIO Nº 0010.08.010076-0 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. ARTHUR CARVALHO**  
**RECORRIDA: EUNICE SALES LIMA**  
**ADVOGADAS: DRA. ISABEL CRISTINA MARX**  
**KOTELINSKI E OUTRA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação da recorrida para apresentar as contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

#### **PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº**  
**0010.08.009438-5 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADORA DO ESTADO: DRA. ANA MARCELA**  
**GRANA DE ALMEIDA**  
**RECORRIDA: ARLÉCIA SILVA VILHENA**  
**ADVOGADAS: DRA. ISABEL CRISTINA MARX**  
**KOTELINSKI E OUTRA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação da recorrida para apresentar as contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

#### **PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº**  
**0010.08.009743-8 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**  
**PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. MARCO ANTONIO**  
**SALVIATO FERNANDES NEVES**  
**RECORRIDOS: ELTON RONNY MENDES DOS SANTOS,**  
**MENOR REPRESENTADO POR SUA GENITORA ILAMAR**  
**SILVA MENDES E OUTRA**  
**ADVOGADO: DR. CARLOS CAVALCANTE**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação dos recorridos para apresentarem as contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

#### **PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº**  
**0010.07.008973-4 – BOA VISTA/RR**  
**1º RECORRENTE / 2º RECORRIDO: O ESTADO DE**  
**RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. VENILSON BATISTA DA**  
**MATA**  
**2º RECORRENTES / 1º RECORRIDOS: ANDRÉ LUIZ**  
**SEVERIANO DA SILVA E OUTRA**  
**ADVOGADO: DR. CARLOS CAVALCANTE**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação do 2º recorrido para apresentar as contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

#### **PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº**  
**0010.07.009122-7 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. FERNANDO MARCO**  
**RODRIGUES DE LIMA**  
**RECORRIDO: JOSÉ CRISTÓVÃO BORGES PINHEIRO**  
**FILHO**  
**ADVOGADAS: DRA. ISABEL CRISTINA MARX**  
**KOTELINSKI E OUTRA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação do recorrido para apresentar as contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

#### **PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO REEXAME**  
**NECESSÁRIO Nº 0010.08.009726-3 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. VENILSON BATISTA DA**  
**MATA**  
**RECORRIDO: MANOEL PEREIRA LIMA**  
**ADVOGADA: DRA. MARIA ELIANE MARQUES DE**  
**OLIVEIRA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação do recorrido para apresentar as contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

#### **PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO ESPECIAL NA APELAÇÃO CÍVEL Nº**  
**0010.08.01008-31 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

**PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. MARCO ANTONIO SALVIATO FERNANDES NEVES**  
**RECORRIDAS: MARIA DA GLÓRIA MOREIRA DE ARAÚJO E OUTRAS**  
**ADVOGADA: DRA. ELLEN CARDOSO**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação das recorridas para apresentar as contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

#### **PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.08.009426-0 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADORA DO ESTADO: DRA. ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA**  
**RECORRIDO: IVANILDO SEVERIANO DA SILVA**  
**ADVOGADAS: DRA. ISABEL CRISTINA MARX JOTELINSKI E OUTRA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação do recorrido para apresentar as contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

#### **PUBLICAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008787-8 – BOA VISTA/RR**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. ARTHUR CARVALHO**  
**RECORRIDA: VERÔNICA SALES DOS ANJOS**  
**ADVOGADAS: DRA. ISABEL CRISTINA MARX KOTELINSKI E OUTRA**  
**RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES**

**FINALIDADE:** Intimação da recorrida para apresentar as contra-razões no prazo legal.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

**SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA, 02 DE SETEMBRO DE 2008.**

ÁLVARO DE OLIVEIRA JUNIOR  
Secretário da Câmara Única

### **GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

#### **PUBLICAÇÃO DE DESPACHO**

**AGRAVO REGIMENTAL Nº 010 08 009813-9**  
**AGRAVANTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADOR DO ESTADO: DR. CARLOS ANTONIO SOBREIRO LOPES**  
**AGRAVADA: LEMES E SARAIVA LTDA**  
**ADVOGADO: DR. JOSÉ DEMONTIÊ SOARES LEITE**

#### **DESPACHO**

Aguarde-se na Secretaria do Tribunal Pleno o retorno do Agravo de Instrumento interposto perante o Superior Tribunal de Justiça.

Boa Vista, 2 de setembro de 2008.

**DES. ROBÉRIO NUNES**  
*Presidente*

**RECURSO ESPECIAL EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 010 04 002767-3**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADORES DO ESTADO: DR. RÉGIS GURGEL DO AMARAL JEREISSATI E OUTROS**  
**RECORRIDO: CÁSSIO MARCELO CEZÁRIO OLIVEIRA**  
**ADVOGADO: DR. STÉLIO BARÉ DE SOUZA CRUZ**

#### **DESPACHO**

**I** - Intimem-se as partes do retorno dos autos do Superior Tribunal de Justiça.

**II** - Oficie-se ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima, informando sobre o trânsito em julgado do acórdão às fls. 163 proferida nos autos do agravo de instrumento em apenso.

**III** - Após, archive-se o feito.

**IV** - Publique-se.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

**DES. ROBÉRIO NUNES**  
*Presidente*

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 010 06 006019-0**  
**RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA**  
**PROCURADORES DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS E OUTROS**  
**RECORRIDO: TONY RODSON DE SOUZA PEREIRA**  
**DEFENSOR PÚBLICO: DR. MAURO SILVA DE CASTRO**

#### **DESPACHO**

**I** - Intimem-se as partes do retorno dos autos do Supremo Tribunal Federal.

**II** - Oficie-se ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Roraima, informando sobre o trânsito em julgado do acórdão às fls. 280 proferida nos autos.

**III** - Após, archive-se o feito.

**IV** - Publique-se.

Boa Vista, 03 de setembro de 2008.

**DES. ROBÉRIO NUNES**  
*Presidente*

#### **ATOS DO DIA 03 DE SETEMBRO DE 2008**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

#### **RESOLVE:**

N.º **135** – Exonerar, a pedido, **CLÁUDIO BELMINO RABELO EVANGELISTA**, do cargo efetivo de Analista Processual, Código TJ/NS-1, a contar de 03.09.2008.

N.º **136** – Nomear, em caráter efetivo, o candidato **SAULO RODRIGUES LEOTTY**, aprovado em 61.º lugar no IV Concurso Público, para exercer o cargo de Analista Processual, Código TJ/NS-1, Nível I, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Roraima.

N.º **137** – Nomear, em caráter efetivo, o candidato **PAULO HENRIQUE LIRA ARAUJO**, aprovado em 38.º lugar no IV Concurso Público, para exercer o cargo de Assistente Judiciário, Código TJ/NM-2, Nível I, do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Roraima.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
*Presidente*

#### **PORTARIAS DO DIA 03 DE SETEMBRO DE 2008**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

#### **RESOLVE:**

N.º **795** – Conceder ao Dr. **JÉSUM RODRIGUES DO NASCIMENTO**, Juiz de Direito titular da 4.ª Vara Criminal, 30

(trinta) dias de férias, referentes a 2006, no período de 22.09 a 21.10.2008.

**N.º 796** – Conceder ao Dr. **JÉSUM RODRIGUES DO NASCIMENTO**, Juiz de Direito titular da 4.ª Vara Criminal, 30 (trinta) dias de férias, referentes a 2007, no período de 22.10 a 20.11.2008.

**N.º 797** – Designar o Dr. **LEONARDO PACHE DE FARIA CUPELLO**, Juiz de Direito titular da 5.ª Vara Criminal, para, cumulativamente, responder pela 4.ª Vara Criminal, no período de 22 a 27.09.2008, em virtude de férias do titular.

**N.º 798** – Designar o Dr. **PARIMA DIAS VERAS**, Juiz Substituto, para responder pela 4.ª Vara Criminal, no período de 28.09 a 20.11.2008, em virtude de férias do titular.

**N.º 799** – Autorizar o afastamento, com ônus, no período de 07 a 14.09.2008, dos servidores **VICTOR BRUNNO MARCELINO DO NASCIMENTO FERNANDES**, Assessor Especial e **LUCIANA SILVA CALLEGARIO**, Escrivã, para participarem de reuniões técnicas com os Secretários de Informática dos Tribunais de Justiça do Estado do Piauí, no período de 08 a 09.09.2008 e de Sergipe, no período de 10 a 13.09.2008.

**N.º 800** – Designar as servidoras **LUCIANA SILVA CALLEGARIO**, Escrivã e **GISELLE DAYANA GADELHA PALMEIRA**, Analista Processual, para que, sem prejuízo de suas atribuições, sirvam junto ao Departamento de Informática, até o dia 30.09.2008, prestando assessoramento técnico-jurídico.

**N.º 801** – Designar a servidora **CÉLIA REGINA BARBOSA SILVA**, Auxiliar Administrativa, para responder pela Seção de Almoxarifado, no período de 01 a 10.09.2008, em virtude de férias da titular.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente

**PORTARIA N.º 802, DO DIA 03 DE SETEMBRO DE 2008**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a decisão exarada no Procedimento Administrativo n.º 1993/2008,

**RESOLVE:**

Prorrogar a licença para tratar de interesse particular do servidor **ANTÔNIO ROSAS DE OLIVEIRA JÚNIOR**, Oficial de Justiça, no período de 22.06.2008 a 01.06.2009.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente

**PORTARIA N.º 803, DO DIA 03 DE SETEMBRO DE 2008**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o teor do Ofício n.º 2786/2008, da 2.ª Vara Criminal,

Considerando a manifestação do Departamento de Recursos Humanos,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Convalidar a designação do servidor **ISAIAS ANDRADE LEITE**, Assistente Judiciário, para responder pela escrivania da 2.ª Vara Criminal, no período de 25.08 a 03.09.2008, em virtude de férias do titular.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente

**PORTARIA N.º 804, DO DIA 03 DE SETEMBRO DE 2008**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto no art. 1.º da Resolução n.º 02/2008 e complementando o teor da Portaria n.º 191, de 07 de março de 2008, desta Presidência,

**RESOLVE:**

Art. 1.º Alterar o calendário da implantação do processo eletrônico no Poder Judiciário, conforme as seguintes tabelas:

I - Comarca de Boa Vista

CLASSE PROCESSUAL	UNIDADES ATENDIDAS	DATA
Ação de Cobrança	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Alimentos Oferta	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Anulatória de Débito Fiscal	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Anulatória de Ato Jurídico	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Busca e Apreensão	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Cautelar	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Cominatória Obrigação de Fazer	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Declaração de Ausência	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008

Dissolução de Entidade Familiar	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Dissolução de Sociedade	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Embargos-Devedor	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Embargos de terceiro	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Exceção de Incompetência	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Exceção de Impedimento	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Exceção de Pré-Executividade	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Exceção de Suspeição	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Execução	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Execução de Honorários Advocatícios	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Exoneração Pensão Alimentícia	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Guarda-Modificação	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Homologação de Acordo	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Improbidade Administrativa	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Incidente Processual	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Indenização por Danos Materiais	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Indenização por Danos Morais	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Indenização por Danos Morais e Materiais	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Inventário Negativo	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Negatória de Paternidade	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Ordinatória	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Remoção/ Disp. Procurador	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Restauração de Autos	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Revisional de Alimentos	1º e 7º Varas Cíveis	04/09/2008
Embargos-Devedor	2º e 8º Varas Cíveis	04/09/2008
Indenização por Danos Morais	2º e 8º Varas Cíveis	04/09/2008
Indenização por Danos Materiais	2º e 8º Varas Cíveis	04/09/2008
Indenização por Danos Morais e Materiais	2º e 8º Varas Cíveis	04/09/2008
Ação Civil Pública	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Alvará Judicial	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Anulatória	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Averbação de Registro	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Cautelar	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Cautelar de Honorários	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Cominatória	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Cominatória Obrigação de Fazer	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Declaratória	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Embargos-Devedor	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Execução	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Habilitação de Parte	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Impugnação	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Impugnação à Execução	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Incidente de Falsidade	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Inquérito Judicial	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Notificação/ Interpelação	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Ordinária	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Pauliana	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Possessória	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Registro Civil	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Rescisão de Contrato	4ª, 5ª e 6ª Varas Genéricas	04/09/2008
Embargos-Devedor	3ª Vara Cível	04/09/2008
Embargos de Terceiro	3ª Vara Cível	04/09/2008
Execução	3ª Vara Cível	04/09/2008
Impugnação	3ª Vara Cível	04/09/2008
Inquérito Judicial	3ª Vara Cível	04/09/2008
Registro Civil	3ª Vara Cível	04/09/2008
ACÃO CIVIL PÚBLICA	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
ADOÇÃO	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
ADOÇÃO C/C GUARDA	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
ADOÇÃO / DEST PATRIO PODER	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
AFASTAMENTO DO LAR	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
ALVARÁ JUDICIAL	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
ALVARÁ PARA VIAGEM AO EXTERIOR	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
AUTORIZAÇÃO JUDICIAL	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
AUTOS DE INFRAÇÃO CÍVEL	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
BUSCA E APREENSÃO	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
CADASTRO DE ADOTANDO	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
CIVIL PÚBLICA COM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
COMINATÓRIA OBRIGAÇÃO DE FAZER	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
CONSELHO TUTELAR	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
EMANCIPAÇÃO	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
EMBARGOS - DEVEDOR	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
EMBARGOS DE TERCEIRO	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
GUARDA - DESISTÊNCIA	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
GUARDA - REVOGAÇÃO	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
GUARDA C/C PEDIDO LIMINAR	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008

GUARDA DE MENOR	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
GUARDA E RESPONSABILIDADE	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
HABILITAÇÃO PARA ADOÇÃO	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
INCIDENTE PROCESSUAL	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
MANDADO DE SEGURANÇA	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
OBRIG. FAZER C/ ANT TUTELA	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
ORDINÁRIA	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
PÁTRIO PODER	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
PÁTRIO PODER - DESTITUIÇÃO	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
PÁTRIO PODER - SUSPENSÃO	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
PRECATÓRIA CÍVEL	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
REGISTRO CIVIL	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
REPRESENTAÇÃO	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL (Nascimento/Casamento)	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
SUPRIMENTO CONSENTIMENTO	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
TUTELA	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL	19/09/2008
AÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CRIMINAL	19/09/2008
APREENSÃO EM FLAGRANTE	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CRIMINAL	19/09/2008
CAUTELAR	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CRIMINAL	19/09/2008
EXECUÇÃO DE MEDIDA	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CRIMINAL	19/09/2008
HABEAS CORPUS	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE04/09/2008 CRIMINAL	19/09/2008
INCIDENTE PROCESSUAL	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CRIMINAL	19/09/2008
INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CRIMINAL	19/09/2008
PEDIDO / PROVIDÊNCIA	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CRIMINAL	19/09/2008
PRECATÓRIA CRIME	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CRIMINAL	19/09/2008
PRECATÓRIA EXECUÇÃO DE MEDIDA	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CRIMINAL	19/09/2008
PRECATÓRIA INFRACIONAL	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CRIMINAL	19/09/2008
RELATÓRIO ATO INFRACIONAL	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CRIMINAL	19/09/2008
RELAXAMENTO DE PRISÃO	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CRIMINAL	19/09/2008
RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA	JUIZADOS INFÂNCIA E JUVENTUDE CRIMINAL	19/09/2008

Art. 2.º. A distribuição das ações contidas nesta e nas Portarias 191/08, 275/08 e 319/08 serão, obrigatoriamente, feitas pelos membros do Ministério Público, advogados públicos e privados, sem necessidade da intervenção do cartório distribuidor, situação em que a autuação se dará de forma automática.

Art. 3.º Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente

**PORTARIA N.º 805, DO DIA 03 DE SETEMBRO DE 2008**

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o disposto no art. 1.º da Resolução n.º 02/2008 e complementando a Portaria n.º 191/2008, desta Presidência,

Considerando a necessidade de informar aos operadores do direito e ao público em geral os softwares utilizados pelo Sistema CNJ (PROJUDI),

**RESOLVE:**

Art. 1º. Para a operacionalização do Sistema CNJ (PROJUDI) os softwares e versões compatíveis são os constantes do quadro a seguir:

Software	Versão
Mozilla Firefox (Navegador)	2.0.0.16
Internet Explorer (Navegador)	6.1 SP2 / 7.0
BrOffice (editor e leitor de documentos)	2.4
DotPDF (conversor para DPF)	5
JAVA (Assinatura Digital)	5.15 (Windows XP) / 6.7(Windows Vista)

Art. 2º. Todos os softwares de que trata esta Portaria são de livre utilização e poderão ser baixados diretamente no site de seus fabricantes.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente

#### **PUBLICAÇÃO DE DECISÃO**

**Procedimento Administrativo n.º 1992/08.**

**Requerente: José Augusto Rodrigues Nicacio**

**Assunto: Pagamento de Diferença do Abono de Férias**

#### **Decisão**

1. Acolho o parecer jurídico às fls. 06/07; bem como a manifestação do ilustrado Diretor do Departamento de Recursos Humanos (fl. 08) e do Diretor-Geral (fl. 13); defiro o pedido, nos termos do artigo 73 da Lei Complementar n.º 053/01, combinado com o artigo 3º da Lei Complementar Estadual n.º 134/08, haja vista a existência de disponibilidade para responder pela despesa (fl. 10).

2. Publique-se.

3. Em pós, remetam-se os autos ao Departamento de Planejamento e Finanças para as providências que o caso requer.

Boa Vista, 02 de setembro de 2008.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente TJ/RR

**Procedimento Administrativo n.º 3683/07.**

**Origem: MM Juiz de Direito da Primeira Vara Cível**

**Assunto: Horas Extras de Plantão**

#### **Decisão**

Acolho a manifestação do ilustrado Diretor de recursos Humanos (fls. 62/63); chamo o feito à ordem para tornar sem efeito a decisão de fls. 60, na qual autorizei o pagamento da pleiteada indenização pelo exercício de plantões judiciais, haja vista o não preenchimento, pelos requerentes, e uma das condições para a percepção do benefício (requisito temporal), cujo prazo expirar-se-á somente em 31 de dezembro do corrente ano.

Posto isto, determino o sobrestamento dos autos até que se conclua o prazo para concessão do direito pretendido, momento em que reapreciarei o pedido.

Publique-se.

Boa Vista, 02 de setembro de 2008.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente TJ/RR

**Procedimento Administrativo n.º 1101/08.**

**Origem: Coordenação do PROJUDI**

**Assunto: Solicita a contratação de empresa de recrutamento**

#### **Decisão**

1. Acolho os pareceres de fls. 126/128.

2. Homologo o certame.

3. Publique-se.

4. Após, ao Departamento de Administração para as providências que o caso requer.

Boa Vista, 1º de setembro de 2008.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente TJ/RR

**Requisição de Pequeno Valor n.º 003/08.**

**Requerente: Jealdan Antônio da Silva**

**Advogado: Marco Antônio Salviato Fernandes Neves**

**Requerido: Estado de Roraima**

**Procurador: Procuradoria do Estado**

**Requisitante: Juízo de Direito da 8ª Vara Cível Comarca Boa Vista**

#### **Decisão**

1. Autorizo o pagamento do valor mencionado na fl. 104 dos autos, no importe de R\$ 15.899,80 (quinze mil, oitocentos e noventa e nove reais e oitenta centavos), na conta bancária do Requerente, indicada à fl. 103.

2. À Diretoria-Geral, para ciência.

3. Por fim, remeta-se o feito ao Departamento de Planejamento e Finanças, para providências.

Boa Vista - RR, 02 de setembro de 2008.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente TJ/RR

**Requisição de Pequeno Valor n.º 036/07.**

**Requerente: Wanderlei Feliciano Fernandes Neves**

**Advogado: Marco Antônio Salviato Fernandes Neves**

**Requerido: Estado de Roraima**

**Procurador: Procuradoria do Estado**

**Requisitante: Juízo de Direito da 8ª Vara Cível Comarca Boa Vista**

#### **Decisão**

1. Autorizo o pagamento do valor mencionado na fl. 114 dos autos, no importe de R\$ 15.202,03 (quinze mil, duzentos e dois reais e três centavos), na conta bancária do Requerente, indicada à fl. 113.

2. À Diretoria-Geral, para ciência.

3. Por fim, remeta-se o feito ao Departamento de Planejamento e Finanças, para providências.

Boa Vista - RR, 02 de setembro de 2008.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente TJ/RR

**Requisição de Pequeno Valor n.º 029/07.**

**Requerente: Pâmela Fantinato Brito**

**Advogado: José Fábio Martins da Silva**

**Requerido: Município de Amajari**

**Procurador: Procuradoria do Município**

**Requisitante: Juízo de Direito da Comarca de Pacaraima**

#### **Decisão**

1. Determino o seqüestro no valor de R\$ 10.396,08 (dez mil, trezentos e noventa e seis reais e oito centavos), na conta da Prefeitura Municipal de Amajari, CNPJ n.º 01.614.081/0001-82, através do BACENJUD.

2. Encaminhe-se o feito ao Coordenador do BACENJUD, para providências.

Boa Vista - RR, 02 de setembro de 2008.

**Des. ROBÉRIO NUNES**  
Presidente TJ/RR

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA, BOA VISTA, 03 DE  
SETEMBRO DE 2008.  
JULIANA MINOTTO  
Chefe de Gabinete**

### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

#### **AVISO DE EDITAL**

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico n.º 022/2008

**PROCESSO:** 2074/2008

**OBJETO:** Formação de sistema de registro de preços com vistas à confecção, fornecimento e montagem de estações de trabalho e armários para compor setores do Poder Judiciário do Estado de Roraima.

**ENTREGA DAS PROPOSTAS:** a partir de 03/09/2008 às 08h00 no [sítio www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 19/09/2008 às 09h30min (Horário de Brasília) no [sítio](#) supracitado.

**INÍCIO DA DISPUTA:** 19/09/2008 às 16h00min (Horário de Brasília) no [sítio](#) supracitado.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, nos *sítios* [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.tj.rr.gov.br](http://www.tj.rr.gov.br).

Boa Vista (RR), 02 de setembro de 2008.

Valdira C. Santos Silva  
Pregoeira

#### AVISO DE EDITAL

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico n.º 022/2008

**PROCESSO:** 2074/2008

**OBJETO:** Formação de sistema de registro de preços com vistas à confecção, fornecimento e montagem de estações de trabalho e armários para compor setores do Poder Judiciário do Estado de Roraima.

**ENTREGA DAS PROPOSTAS:** a partir de 03/09/2008 às 08h00 no *sítio* [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 19/09/2008 às 09h30min (Horário de Brasília) no *sítio* supracitado.

**INÍCIO DA DISPUTA:** 19/09/2008 às 16h00min (Horário de Brasília) no *sítio* supracitado.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, nos *sítios* [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.tj.rr.gov.br](http://www.tj.rr.gov.br).

Boa Vista (RR), 02 de setembro de 2008.

Valdira C. Santos Silva  
Pregoeira

#### AVISO DE EDITAL

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico n.º 023/2008

**PROCESSO:** 1861/2008

**OBJETO:** Formação de Sistema de Registro de Preços com vistas à locação eventual de solução de Auto-Atendimento, integrados ao Processo Judicial Digital - PROJUDI, abrangendo o fornecimento, desenvolvimento da aplicação, entrega e instalação de terminais novos, específicos a esta funcionalidade, com cessão do direito de uso de softwares voltados a operação e gestão deste ambiente, serviços de monitoramento remoto, suporte técnico e manutenção local de todos os componentes, durante o período da vigência contratual.

**ENTREGA DAS PROPOSTAS:** a partir de 04/09/2008 às 08h00 no *sítio* [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 22/09/2008 às 09h30min (Horário de Brasília) no *sítio* supracitado.

**INÍCIO DA DISPUTA:** 22/09/2008 às 15h00min (Horário de Brasília) no *sítio* supracitado.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, nos *sítios* [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.tj.rr.gov.br](http://www.tj.rr.gov.br).

Boa Vista (RR), 03 de setembro de 2008.

Valdira C. Santos Silva  
Pregoeira

### **DIRETORIA GERAL**

#### **Procedimento Administrativo nº 1.128/2008**

Origem: Comarca de Pacaraima

Assunto: Solicita pagamento de diárias.

#### DECISÃO

1. Com fulcro no art. 1º, XI, da Portaria GP nº 737/2008, autorizo o pagamento das diárias correspondentes aos servidores: Reginaldo Macedo Arouca, Edimar de Matos Costa e Mário Melo Moura.

2. Publique-se e certifique-se.

3. Após, encaminhe-se ao Departamento de Planejamento e Finanças, para providenciar pagamento.

Boa Vista-RR, 02 de setembro de 2008

Augusto Monteiro  
Diretor Geral – TJRR

#### **Procedimento Administrativo nº 1.523/2008**

Origem: Comarca de Pacaraima

Assunto: Solicita pagamento de diárias.

#### DECISÃO

1. Com fulcro no art. 1º, XI, da Portaria GP nº 737/2008, autorizo o pagamento das diárias correspondentes aos servidores: Reginaldo Macedo Arouca e Mário Melo Moura.

2. Publique-se e certifique-se.

3. Após, encaminhe-se ao Departamento de Planejamento e Finanças, para providenciar pagamento.

Boa Vista-RR, 02 de setembro de 2008

Augusto Monteiro  
Diretor Geral – TJRR

#### **Procedimento Administrativo nº 1.653/2008**

Origem: Comarca de Caracarái

Assunto: Solicita pagamento de diárias.

#### DECISÃO

1. Com fulcro no art. 1º, XI, da Portaria GP nº 737/2008, c/c como o art. 13 da Resolução N.º 034/2002, indefiro o pleito.

2. Publique-se e certifique-se.

3. Após, encaminhe-se ao Departamento de Recursos Humanos para proceder à baixa no controle orçamentário e devidas anotações.

Boa Vista, 02 de setembro de 2008

Augusto Monteiro  
Diretor Geral – TJRR

#### **Procedimento Administrativo nº 1.735/2008**

Origem: Comarca de Caracarái

Assunto: Solicita pagamento de diárias.

#### DECISÃO

1. Com fulcro no art. 1º, XI, da Portaria GP nº 737/2008, autorizo o pagamento das diárias correspondentes ao servidor Wendel Cordeiro de Lima.

2. Ainda, com fulcro no art. 1º, XI, da Portaria GP nº 737/2008, c/c o art. 13 da Resolução N.º 034/2002, indefiro o pagamento das diárias ao servidor Isaías Matos Santiago.

3. Publique-se e Certifique-se.

4. Após, encaminhe-se ao Departamento de Planejamento e Finanças, para providenciar pagamento.

Boa Vista-RR, 02 de setembro de 2008

Augusto Monteiro  
Diretor Geral – TJRR

#### **Procedimento Administrativo nº 1.933/2008**

Origem: Comarca de Alto Alegre

Assunto: Solicita pagamento de diárias.

#### DECISÃO

1. Com fulcro no art. 1º, XI, da Portaria GP nº 737/2008, c/c autorizo o pagamento das diárias correspondentes ao servidor Victor Mateus de Oliveira Tobias.

2. Ainda, com fulcro no art. 1º, XI, da Portaria GP nº 737/2008, c/c o art. 13 da Resolução N.º 034/2002, autorizo o pagamento parcial das diárias, conforme cálculo de fls. 27, ao servidor Marcos Antônio Barbosa de Oliveira Tobias.

3. Publique-se e certifique-se.

4. Após, encaminhe-se ao Departamento de Planejamento e Finanças, para providenciar pagamento.

Boa Vista-RR, 02 de setembro de 2008.

**Augusto Monteiro**  
Diretor Geral – TJRR

**Procedimento Administrativo nº 1.944/2008**

Origem: Comarca de Alto Alegre

Assunto: Solicita pagamento de diárias.

**DECISÃO**

1. Com fulcro no art. 1º, XI, da Portaria GP nº 737/2008, c/c autorizo o pagamento das diárias correspondentes ao servidor Victor Mateus de Oliveira Tobias.

2. Ainda, com fulcro no art. 1º, XI, da Portaria GP nº 737/2008, c/c o art. 13 da Resolução N.º 034/2002, indefiro o pagamento das diárias ao servidor Marcos Antônio Barbosa de Almeida.

3. Publique-se e certifique.

4. Após, encaminha-se ao Departamento de Planejamento e Finanças, para providenciar pagamento.

Boa Vista-RR, 02 de setembro de 2008

**Augusto Monteiro**  
Diretor Geral – TJRR

**Procedimento Administrativo nº 2.007/2008**

Origem: Comarca de Caracarái

Assunto: Solicita pagamento de diárias.

**DECISÃO**

1. Com fulcro no art. 1º, XI, da Portaria GP nº 737/2008, c/c autorizo o pagamento das diárias correspondentes ao servidor: Wendel Cordeiro de Lima

2. Ainda, com fulcro no art. 1º, XI, da Portaria GP nº 737/2008, c/c o art. 13 da Resolução N.º 034/2002, indefiro o pagamento das diárias ao servidor Isaias Matos Santiago.

3. Publique-se e certifique-se.

4. Após, encaminhe-se ao Departamento de Planejamento e Finanças, para providenciar pagamento.

Boa Vista-RR, 02 de setembro de 2008

**Augusto Monteiro**  
Diretor Geral – TJRR

**Procedimento Administrativo nº 2.040/2008**

Origem: Comarca de Caracarái

Assunto: Solicita pagamento de diárias.

**DECISÃO**

1. Com fulcro no art. 1º, XI, da Portaria GP nº 737/2008, c/c autorizo o pagamento das diárias correspondentes ao servidor: Wendel Cordeiro de Lima

2. Ainda, com fulcro no art. 1º, XI, da Portaria GP nº 737/2008, c/c o art. 13 da Resolução N.º 034/2002, autorizo o pagamento parcial das diárias conforme cálculo de fls. 09, ao servidor Isaias Matos Tobias.

3. Publique-se e certifique-se.

4. Após, encaminhe-se ao Departamento de Planejamento e Finanças, para providenciar pagamento.

Boa Vista-RR, 02 de setembro de 2008

**Augusto Monteiro**  
Diretor Geral – TJRR

**DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

**EXTRATO DE CONTRATO**

<b>Nº DO CONTRATO:</b>	025/2008
<b>ASSUNTO:</b>	Serviço de Adequação do Prédio da Comarca de Alto Alegre.
<b>CONTRATADA:</b>	E. Stein
<b>VALOR:</b>	R\$ 69.827,56
<b>PRAZO:</b>	O objeto deverá ser concluído no prazo de 26 dias corridos, podendo ser prorrogado.
<b>DATA:</b>	Boa Vista, 02 de setembro de 2008.

Silvânia Nascimento  
Diretora do Departamento

**DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS**

**PORTARIAS DE 03 DE SETEMBRO DE 2008**

**O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria n.º 737, de 08 de agosto de 2008,

**RESOLVE:**

**N.º 827** – Convalidar a licença para tratamento de saúde do servidor **FRANCIVALDO GALVÃO SOARES**, Escrivão, no período de 29.08 a 02.09.2008.

**N.º 828** – Convalidar a licença para tratamento de saúde da servidora **JANE DE ANDRADE RUSSO**, Secretária, no período de 28.08 a 01.09.2008.

**N.º 829** – Convalidar a licença para tratamento de saúde do servidor **RAIMUNDO BANDEIRA DA SILVA FILHO**, Motorista, no período de 26 a 28.08.2008.

**N.º 830** – Convalidar a licença para tratamento de saúde do servidor **RÔMULO WILLEMONT DOS SANTOS BARROS**, Técnico Judiciário, no período de 18 a 20.08.2008.

**N.º 831** – Convalidar a licença para tratamento de saúde do servidor **RONALDO BARROSO NOGUEIRA**, Escrivão, no período de 25 a 27.08.2008.

**N.º 832** – Convalidar a licença paternidade do servidor **MARCO AURÉLIO CARVALHO FEITOSA**, Analista de Sistemas, no período de 25 a 29.08.2008.

**N.º 833** – Conceder ao servidor **MARCO AURÉLIO CARVALHO FEITOSA**, Analista de Sistemas, 18 (dezoito) dias de recesso forense, referente a 2007, no período de 01 a 18.09.2008.

**N.º 834** – Convalidar a folga compensatória nos dias 24, 25, 28, 29, 30 e 31.07.2008 e 01.08.2008 do servidor **ÁLVARO ANTÔNIO FERNANDEZ MARQUES**, Assistente Judiciário, em virtude de haver laborado em regime de plantão nos dias 01.11.2007, 22 e 23.03.2008, 24 e 25.05.2008 e 28 e 29.06.2008.

**N.º 835** – Alterar a 2.ª e 3.ª etapa da licença-prêmio por assiduidade da servidora **VÂNIA CELESTE GONÇALVES DE CASTRO**, Técnica Judiciária, anteriormente marcada para o período de 01 a 30.09.2008 e 03.11 a 02.12.2008, para ser usufruída nos períodos de 03.11 a 02.12.2008 e 02 a 31.03.2009.

**N.º 836** – Convalidar a alteração da 3.ª etapa das férias da servidora **CLEYDE REIS DA SILVA**, Analista Judiciária, referentes ao exercício de 2007, para serem usufruídas no período de 02 a 11.07.2008.

N.º 837 – Alterar as férias da servidora **CLEYDE REIS DA SILVA**, Analista Judiciária, referentes ao exercício de 2008, para serem usufruídas no período de 01 a 30.09.2008.

N.º 838 – Alterar a 3.ª etapa das férias do servidor **JOSÉ ANTÔNIO VILPERT**, Assistente Judiciário, referentes ao exercício de 2007, para serem usufruídas no período de 01 a 10.09.2008.

N.º 839 – Alterar as férias do servidor **JOSÉ ANTÔNIO VILPERT**, Assistente Judiciário, referentes ao exercício de 2008, para serem usufruídas no período de 11.09 a 10.10.2008.

N.º 840 – Alterar as férias do servidor **ROSALVO RIBEIRO SILVEIRA**, Técnico Judiciário, referentes ao exercício de 2008, para serem usufruídas no período de 11.09 a 10.10.2008.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**FRANCISCO DE ASSIS DE SOUZA**  
Diretor

### **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS DA SEGUNDA INSTÂNCIA**

#### **Expediente de 02/09/2008**

#### **TRIBUNAL PLENO**

Juiz(iza): Ricardo Oliveira

#### **HABEAS DATA**

00001 - 01008010684-1

Autor: Laurenne de Oliveira Santana, Réu: Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento =>Distribuição por Sorteio, Adv - Stélio Dener de Souza Cruz.

#### **TURMA CÍVEL**

Juiz(iza): Carlos Henriques

#### **APELAÇÃO CÍVEL**

00002 - 01008010679-1

Apelante: O Estado de Roraima, Apelado: Zenaide Roseno Monteiro =>Distribuição por Sorteio, Adv - Venilson Batista da Mata, Jucelaine Cerbatto Schmitt Prym, Isabel Cristina Marx Kotelinski.

Juiz(iza): Robério Nunes dos Anjos

#### **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

00003 - 01008010678-3

Agravante: Boa Vista Energia S/A, Agravado: O Município de Boa Vista =>Distribuição por Sorteio, Adv - Erik Franklin Bezerra, Ítalo Diderot Pessoa Rebouças, Luciana Portinari de Menezes D'ávila, Gil Vianna Simões Batista, Marco Antônio Salviato Fernandes.

#### **TURMA CRIMINAL**

Juiz(iza): Carlos Henriques

#### **APELAÇÃO CRIMINAL**

00004 - 01008010681-7

Apelante: Elinaldo Alves Fonseca, Apelado: Ministério Público de Roraima =>Distribuição por Sorteio, Adv - José Roceliton Vito Joca.

Juiz(iza): Ricardo Oliveira

#### **APELAÇÃO CRIMINAL**

00005 - 01008010680-9

Apelante: Francisco de Assis de Almeida Lourencio, Apelado: Ministério Público de Roraima =>Distribuição por Sorteio, Adv - Vanderley Oliveira.

00006 - 01008010682-5

Apelante: Edson de Souza Vidal França, Apelado: Ministério Público de Roraima =>Distribuição por Sorteio, Adv - José João Pereira dos Santos.

### **COMARCA DE BOA VISTA JUSTIÇA COMUM**

#### **ÍNDICE POR ADVOGADOS**

#### **Expediente de 02/09/2008**

001275AM =>00076  
002599AM =>00085  
003779AM =>00069  
004531AM =>00069  
004766AM =>00057, 00058  
005267AM =>00057, 00058  
006003AM =>00057, 00058  
006237AM =>00057, 00058  
013827BA =>00055  
012345DF =>00002, 00003  
020590DF =>00045, 00047  
000910RO =>00036  
001136RO =>00068  
001731RO =>00036  
000000RR =>00053, 00060  
000008RR =>00063  
000021RR =>00072  
000042RR-B =>00063  
000052RR =>00046  
000072RR-B =>00069  
000074RR-B =>00051, 00052  
000077RR-A =>00039  
000078RR-A =>00068  
000078RR =>00062  
000087RR-E =>00053, 00054  
000093RR-E =>00073  
000099RR-E =>00061, 00066, 00067  
000100RR =>00071  
000104RR-E =>00035  
000105RR-B =>00073  
000110RR =>00061  
000114RR-A =>00053, 00085  
000114RR-B =>00007  
000118RR-A =>00055, 00072  
000118RR =>00078, 00085  
000124RR-B =>00037, 00045, 00047, 00072  
000125RR-E =>00035, 00053, 00054  
000142RR-B =>00065  
000144RR-A =>00045, 00047, 00072  
000153RR =>00079  
000155RR-B =>00075, 00076, 00077, 00085  
000164RR =>00085  
000171RR-B =>00061, 00066, 00067  
000175RR-B =>00053  
000178RR =>00065  
000181RR-A =>00085  
000185RR =>00085  
000192RR-A =>00061, 00066  
000200RR-A =>00055  
000202RR-B =>00061, 00066  
000203RR =>00065  
000210RR =>00085  
000215RR-B =>00038, 00039, 00041, 00042, 00044, 00045, 00048, 00049  
000220RR-B =>00040  
000226RR-B =>00035, 00043, 00047, 00050  
000226RR =>00068  
000231RR-B =>00061, 00066  
000236RR =>00085  
000245RR-A =>00061, 00066  
000247RR-B =>00069  
000254RR-A =>00073  
000260RR-B =>00074  
000260RR =>00085  
000263RR =>00068  
000264RR-B =>00037  
000264RR =>00035, 00053, 00054, 00085  
000269RR-A =>00059  
000269RR =>00053

000287RR-B =>00057, 00058, 00064, 00070  
000291RR-A =>00056  
000297RR =>00068  
000316RR =>00068  
000337RR =>00085  
000352RR =>00075  
000379RR =>00051, 00052  
000385RR =>00055  
000394RR =>00068  
000413RR =>00085  
000432RR =>00085  
000444RR =>00061, 00067  
000446RR =>00066  
000456RR =>00062  
000457RR =>00084  
000468RR =>00053, 00054, 00085  
000473RR =>00067  
000481RR =>00034  
000497RR =>00085  
196403SP =>00040

## CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

### 3A VARACÍVEL

Juiz(iza): Jefferson Fernandes da Silva

#### IMISSÃO NA POSSE

00002 - 001008195599-8  
Requerente: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A  
Requerido: Consepro Construção e Projetos Ltda => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Valor da Causa: R 15.000,00. Adv - Marcus Vinicius Soares de Souza Maia.

00003 - 001008195600-4  
Requerente: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A  
Requerido: Francisco Jose Avelino Silva => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Valor da Causa: R 3.000,00. Adv - Marcus Vinicius Soares de Souza Maia.

### 1A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Lana Leitão Martins

#### CRIME C/ PESSOA - JÚRI

00011 - 001008195620-2  
Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

00012 - 001008195630-1  
Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

00013 - 001008195631-9  
Indiciado: G.C.P. => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### PRISÃO EM FLAGRANTE

00014 - 001008195621-0  
Autuado: Silvério de Oliveira Nunes => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### RECURSO SENTIDO ESTRITO

00015 - 001008195623-6  
Recorrente: O Ministério Público do Estado de Roraima  
Recorrido: Adir Pedrosa => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

### 2A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Jarbas Lacerda de Miranda

#### PRISÃO EM FLAGRANTE

00009 - 001008195607-9  
Autuado: Luiz Barbosa de Araujo e outros => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

### SOLICITAÇÃO - CRIMINAL

00010 - 001008195604-6  
Réu: João Evangelista de Souza => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

### 3A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Euclides Calil Filho

#### PRECATÓRIA CRIME

00016 - 001008195514-7  
Réu: Antonio Carlos de Almeida => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00017 - 001008195515-4  
Réu: Anicezio Leonel da Silva => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00018 - 001008195516-2  
Réu: Tereza Cristina de Souza Diniz => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00019 - 001008195517-0  
Réu: Berenice Ferreira de Lira e outros => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00020 - 001008195518-8  
Réu: Ilson Bento da Silva => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00021 - 001008195519-6  
Réu: Celso ângelo Sbardelloto => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00022 - 001008195520-4  
Réu: Pedro Alves Dias => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00023 - 001008195521-2  
Réu: Juscelino Moreira => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00024 - 001008195522-0  
Réu: Oscimar Alves de Souza => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00025 - 001008195523-8  
Réu: Adeilton Freitas dos Santos => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00026 - 001008195524-6  
Réu: Adeilton Freitas dos Santos => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00027 - 001008195525-3  
Réu: Priscila Costa Fiuza => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

### 4A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Jésus Rodrigues do Nascimento

#### BUSCA E APREENSÃO-CRIME

00004 - 001008195614-5  
Requerente: Alexsander Lopes da Silva - Delegado de Polícia => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIME C/ MEIO AMBIENTE

00005 - 001008195575-8  
Indiciado: R.A.P. => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

### 5A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Leonardo Pache de Faria Cupello

**CRIME C/ PATRIMÔNIO**

00006 - 001008195608-7

Indiciado: M.D.M.G. =&gt; Distribuição por Dependência em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**LIBERDADE PROVISÓRIA**

00007 - 001008195613-7

Requerente: Paulo Martins Duarte =&gt; Distribuição por Dependência em 02/09/2008. Adv - Antônio O.f.cid.

**PRISÃO EM FLAGRANTE**

00008 - 001008195610-3

Autuado: Tiago Luiz Kronbauer =&gt; Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**JUSTIÇA MILITAR**

Juiz(íza): Lana Leitão Martins

**CRIME DA LEG.COMPLEMENTAR**

00028 - 001008195576-6

Indiciado: P.J.L.S. =&gt; Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00029 - 001008195577-4

Indiciado: P.J.L.S. =&gt; Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00030 - 001008195578-2

Indiciado: W.C.P. =&gt; Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00031 - 001008195579-0

Indiciado: W.C.M. e outros =&gt; Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00032 - 001008195580-8

Indiciado: R.B.S. =&gt; Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00033 - 001008195601-2

Indiciado: N.F.M. e outros =&gt; Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**LIBERDADE PROVISÓRIA**

00034 - 001008195612-9

Requerente: Jesse Alexandre Vieira =&gt; Distribuição por Dependência em 02/09/2008. Adv - Paulo Luis de Moura Holanda.

**INFÂNCIA E JUVENTUDE**

Juiz(íza): Graciete Sotto Mayor Ribeiro

**ALVARÁ JUDICIAL**

00001 - 001008194339-0

Requerente: C.C.T.G. =&gt; Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

---

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**

---

**2AVARACÍVEL****Expediente de 02/09/2008****JUIZ(A) TITULAR:****Elaine Cristina Bianchi****PROMOTOR(A) :****Luiz Antonio Araújo de Souza****ESCRIVÃO(Ã) :****Cláudia Luiza Pereira Nattrodt****Frederico Bastos Linhares****EMBARGOS DEVEDOR**

00035 - 001006138835-0

Embargante: Andrade Galvão Engenharia Ltda  
Embargado: O Estado de Roraima => DESPACHO: I. Recebo a presente Apelação em seus regulares-efeitos  
II. Intime-se o(a) Apelado(a) para, em querendo, oferecer contrarrazões  
III. Com ou sem manifestação, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens  
IV. Int. Boa Vista-RR, 29/08/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito.. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Vanessa Alves Freitas, Bruno da Silva Mota, Camila Araújo Guerra.

00036 - 001007165435-3

Embargante: Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda  
Embargado: O Estado de Roraima => DESPACHO: I. Intime-se a Embargante para, querendo, manifestar-se acerca da impugnação de fls.21/28  
II. Int. Boa Vista-RR, 29/08/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Fernando Borges de Moraes, Geórgida Fabiana M. de Alencar Costa.

**EXCEÇÃO PRÉ-EXECUTIVIDADE**

00037 - 001007158314-9

Requerente: Severo Moralez Fernandes e outros  
Requerido: O Estado de Roraima => DESPACHO: I. Intime-se o Requerente para, querendo, manifestar-se acerca da contestação  
II. Int. Boa Vista-RR, 29/08/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Antônio Cláudio de Almeida, Marcelo Tadano.

**EXECUÇÃO FISCAL**

00038 - 001001003007-9

Exeqüente: O Estado de Roraima  
Executado: Bifurcação Comércio de Importação e Exportação Ltda => FINAL DE SENTENÇA: Posto isso, e tudo o que mais consta dos autos, julgo extinta a execução fiscal pela satisfação da dívida sem estabelecer condenação em custas judiciais e honorários advocatícios, em face dos artigos 269, II, e 794, I, ambos do CPC e art. 26 da Lei nº.6.830/80. Em havendo bloqueio, desbloqueiem-se as contas do requerido. Em subsistindo penhora, libere-se. Caso haja restrições perante o Detran, Cartório de Imóveis e Bancos, sejam retiradas. Transitada em julgado a presente sentença, arquite-se. P.R.I. Boa Vista, 29/08/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00039 - 001001003621-7

Exeqüente: O Estado de Roraima  
Executado: Frangonorte Indústria e Comércio Ltda e outros => DESPACHO: I. Manifeste-se o Exeqüente  
II. Int. Boa Vista-RR, 29/08/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Roberto Guedes Amorim, Daniella Torres de Melo Bezerra.

00040 - 001001009511-4

Exeqüente: O Estado de Roraima  
Executado: Bifurcação Comércio de Importação e Exportação Ltda e outros => DESPACHO: I. Manifeste-se o Exeqüente  
II. Int. Boa Vista-RR, 29/08/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Alexandre Machado de Oliveira, Alexandre Machado de Oliveira.

00041 - 001001019150-9

Exeqüente: O Estado de Roraima  
Executado: Er Barros => DESPACHO: I. Tendo sido regularmente citado o/a(s) executado(a), e não tendo indicado bens à penhora, na forma do art. 185-A do CTN, introduzido pela Lei Complementar nº 118/05, hei por bem decretar a indisponibilidade de seus bens e direitos, até o limite do valor da execução  
II. Comunique-se ao DETRAN-RR, ao Cartório de Registro de Imóveis, procedendo-se, ainda, ao bloqueio através do Sistema Bacen-Jud

III. Observe o Cartório que em todas as comunicações aos órgãos especiais deverá constar o valor da execução, bem como a solicitação de resposta, em dez dias, acerca do cumprimento da medida  
IV. Após as comunicações, aguardem-se as respostas  
V. Vista a DPE  
VI. Int. Boa Vista-RR, 28/08/2008. Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00042 - 001001019367-9

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: A Leandro da Silva e outros => DESPACHO: I. Defiro a suspensão, pelo período requerido  
II. Após, diga o Exequente  
III. Int. Boa Vista-RR, 28/08/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00043 - 001005100075-9

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: J K Comercio e Assistencia Ltda e outros => DESPACHO: I. Defiro a suspensão, pelo período requerido  
II. Após, diga o Exequente  
III. Int. Boa Vista-RR, 28/08/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Vanessa Alves Freitas.

00044 - 001005100081-7

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: Eunival Reis Bezerra e outros => DESPACHO: I. Defiro a suspensão, pelo período requerido  
II. Após, diga o Exequente  
III. Int. Boa Vista-RR, 28/08/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. \*\*AVERBADO\*\* Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00045 - 001005100117-9

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: Friosa Frigorifico Ordaz Ltda e outros => DESPACHO: I. Defiro a suspensão, pelo período requerido  
II. Após, diga o Exequente  
III. Int. Boa Vista-RR, 29/08/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra, Antônio Cláudio de Almeida, Antônio Agamenon de Almeida, Pedro Xavier Coelho Sobrinho.

00046 - 001005100439-7

Exequente: Município de Boa Vista  
Executado: Manoel Antonio e Souza => DESPACHO: I. Verifico que os valores bloqueados às fls.26 e 41, bem como o de R 34,61, à fl.30, pertencem à conta poupança e encontram-se dentro do limite de impenhorabilidade absoluta, conforme preceitua a art.649, anciso X, CPC  
II. Neste sentido, dispõe a jurisprudência: AGRAVO DE INSTRUMENTO- IMPENHORABILIDADE ABSOLUTA DE BEM - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - PRECLUSÃO - AUSÊNCIA - BLOQUEIO NUMERÁRIO - CADERNETA DE POUPANÇA - VALOR INFERIOR A 40 (QUERENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS - IMPENHORABILIDADE - DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - AUSÊNCIA. A impenhorabilidade absoluta de bem é matéria de ordem pública, podendo ser invocada e conhecida até mesmo de ofício pelo magistrado em qualquer fase processual. De acordo com o disposto no artigo 649, X, do CPC, são absolutamente impenhoráveis, até o limite de 40 (quarenta) salários mínimos, os valores depositados em caderneta de poupança. (...) (TJMG - 1.0019.06.013741-1/001(1), Relator Lucas Pereira, julgado em 24/07/2008, publica. do em 12/08/2008). (grifo nosso)  
III. Dessa forma, tratando-se de impenhorabilidade absoluta, liberem-se as penhoras acima referidas  
IV. Manifeste-se o Exequente  
V. Int. Boa Vista-RR, 28/08/2008. Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00047 - 001005101488-3

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: Friosa Frigorifico Ordaz Ltda e outros => DESPACHO: I. Defiro a suspensão, pelo período requerido  
II. Após, diga o Exequente  
III. Int. Boa Vista-RR, 29/08/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Vanessa Alves Freitas, Antônio Cláudio de Almeida, Antônio Agamenon de Almeida, Pedro Xavier Coelho Sobrinho.

00048 - 001005101822-3

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: Raimunda Maia e outros => DESPACHO: I. Manifeste-se o Exequente  
II. Int. Boa Vista-RR, 29/08/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00049 - 001005102890-9

Exequente: O Estado de Roraima  
Executado: José Roberto Guerreiro Calixto => DESPACHO: I. Indefiro o pedido de fl. 43 posto tratar-se de diligência que incumbe ao Exequente  
II. Int. Boa Vista-RR, 28/08/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00050 - 001006138770-9

Exequente: O Estado de Roraima e outros  
Executado: José Idelfonso Soares de Souza Neto e outros => DESPACHO: I. Estando presentes os requisitos legais, defiro o bloqueio solicitado  
II. Efetivado o bloqueio, intime-se o executado para, em querendo, oferecer embargos  
III. Sendo insuficiente o saldo ou negativa a resposta, diga o Exequente  
IV. O espelho do bloqueio do Sistema BACENJUD valerá como Termo de penhora, em virtude do princípio da instrumentalidade das formas  
V. Int. Boa Vista-RR, 28/08/2008. (a) Elaine Cristina Bianchi, Juíza de Direito. Adv - Vanessa Alves Freitas.

#### INDENIZAÇÃO

00051 - 001006127151-5

Autor: Ed Wilson Campos Pinheiro  
Réu: O Estado de Roraima => 1. Considerando a ausência do advogado do Autor, indefiro as provas por ele requeridas. Deixo de aplicar a contumácia do autor porque ele já prestou seu depoimento pessoal. Defiro o pedido da Dra. Procuradora. Designo o dia 18 de setembro de 2008 às 10:30 hs. para continuação. Oficie-se para intimação das testemunhas do réu, Sandro, André e Eduardo (fls. 530). BV. 02/09/2008. (a) Elaine e Cristina Bianchi - Juíza de Direito. Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante, Mivanildo da Silva Matos.

00052 - 001006127336-2

Autor: Alan Guilmayron Campos Pinheiro  
Réu: O Estado de Roraima => Considerando que as partes não foram intimadas da designação de fls. 84, redesigno a audiência para o dia 24 de setembro de 2008, às 10h30min. Intimem-se as testemunhas arroladas e o autor sob pena de confesso. Int. Boa Vista, 02 de setembro de 2008. (a) Elaine Cristina Bianchi - Juíza de Direito. Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante, Mivanildo da Silva Matos.

#### 4AVARACÍVEL

##### Expediente de 02/09/2008

##### JUIZ(A) TITULAR:

**Cristovão José Suter Correia da Silva**  
**JUIZ(A) SUBSTITUTO C/SORTEIO:**

**Délcio Dias Feu**  
**PROMOTOR(A):**

**Zedequias de Oliveira Junior**  
**ESCRIVÃO(Ã):**

**Andrea Ribeiro do Amaral Noronha**

#### AÇÃO DE COBRANÇA

00053 - 001003072192-1

Autor: Boa Vista Energia S/A  
Réu: Evaldo Ferreira Aguiar => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor: resposta ao ofício, fl. 95. (Port. 02/99) Adv - Márcio Wagner Maurício, Francisco das Chagas Batista, Rodolpho César Maia de Moraes, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Allan Kardec Lopes Mendonça Filho, Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho, Defensoria Pública do Estado de Roraima, Camila Araújo Guerra.

00054 - 001006146780-8

Autor: Boa Vista Energia S/A

Réu: Rosilda Maria de Lima => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor: resposta ao ofício, fl.64 (Port. 02/99). Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Allan Kardec Lopes Mendonça Filho, Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho, Camila Araújo Guerra.

## ANULATÓRIA

00055 - 001005116649-3

Autor: Jose Willany Soares de Freitas e outros

Réu: Luiz Aimberé Soares de Freitas e outros => DESPACHO: I- Designe-se data para a audiência de instrução e julgamento II- Intimem-se. Boa Vista/RR, 01.set.2008. Cristóvão Suter. Juiz de Direito.DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA: Intimação das partes para comparecerem à Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 29/10/2008, às 09:00h. Adv - André Luís Villória Brandão, Almir Rocha de Castro Júnior, Geraldo João da Silva, Carlos Ney Oliveira Amaral.

## BUSCA E APREENSÃO

00056 - 001007173234-0

Requerente: Augustinho Araldi

Requerido: Francisco das Chagas Pinheiro => DECISÃO: I - Citado, permaneceu inerte o requerido

II - Decreto-lhe a revelia

III - Caso de julgamento antecipado da lide

IV - Decorrido o prazo recursal, conclusos para sentença. Boa Vista,

1º/09/2008 - Cristóvão Suter - Juiz de Direito Adv - Jaques Sonntag.

## BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00057 - 001006150637-3

Autor: Banco Finasa S/A

Réu: Ivan Aquino Gomes => DESPACHO: Defiro o pedido de fls. 39. Boa Vista, 26/08/08 - Cristóvão Suter - Juiz de Direito \*\*AVERBADO\*\* Adv - Aldenora de Arruda Pinheiro, Fabiana Pereira Cornetet, Kelly Cristina Tezei Silva, Samira Caminha, Georgida Fabiana Moreira de Alencar Costa.

00058 - 001007159863-4

Autor: Banco Finasa S/A

Réu: Olinda Pereira de Melo => DESPACHO: I - Defiro (cópia nos autos)

II - Cumpridas as formalidades legais, archive-se. Boa Vista, 1º/09/08 - Cristóvão Suter - Juiz de Direito \*\*AVERBADO\*\* Adv - Aldenora de Arruda Pinheiro, Fabiana Pereira Cornetet, Kelly Cristina Tezei Silva, Samira Caminha, Georgida Fabiana Moreira de Alencar Costa.

00059 - 001007177583-6

Autor: Banco Bradesco S/A

Réu: Jose Antonio dos Santos => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor: certidão cível fl. 29(v). (Port. 02/99) Adv - Maria Lucília Gomes.

## DECLARATÓRIA

00060 - 001008184654-4

Autor: Gilberto Pereira Vieira

Réu: Jose Eduardo Nogueira Marinho => DESPACHO: Proceda-se na forma do orientado pela CGJ/RR. Boa Vista, 1º/09/08 - Cristóvão Suter - Juiz de Direito Adv - Defensoria Pública do Estado de Roraima.

## EXECUÇÃO

00061 - 001004094372-1

Exequente: Marcante Moda Imp. e Com. Ltda

Executado: Nestora Conceição Cavalcante Paz => DESPACHO: I- Oficie-se à 5A vara cível desta capital, a fim de que preste informações acerca dos autos noticiados a fls.75, inclusive em relação à data do despacho inaugural

II- Promova-se a avaliação dos bens penhorados

III- Após, conclusos. Boa Vista/RR, 01.set.2008. Cristóvão Suter.

Juiz de Direito. Adv - Silvana Borghi Gandur Pigari, Vivian Santos Witt, Denise Abreu Cavalcanti, Joaquim Pinto S. Maior Neto, Scyla Maria de Paiva Oliveira, Osmar Ferreira de Souza e Silva, Adriana Paola Mendivil Vega, Carlos Philippe Sousa Gomes da Silva.

00062 - 001006147162-8

Exequente: Daysy Gonçalves Quintella Ribeiro e outros

Executado: Raquel Prado da Costa => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor: certidão cível fl. 53(V) (Port. 02/99) Adv - Jorge da Silva Fraxe, Juberli Gentil Peixoto.

00063 - 001007155715-0

Exequente: Silvio Manoel de Lima Júnior

Executado: Wallace Walter Braid de Melo =&gt; ATO

ORDINATÓRIO: Ao autor (Port. 02/99) Adv - José Jerônimo

Figueiredo da Silva, Maria Dizanete de S Matias.

00064 - 001008184682-5

Exequente: Antonio Joao Venzel

Executado: Alberto Andrade Neto => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor: resposta ao ofício, fl. 37. (Port.02/99) Adv - Georgida Fabiana Moreira de Alencar Costa.

## EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS

00065 - 001002026837-0

Exequente: Francisco Alves Noronha e outros

Executado: Abav-associação Brasileira de Agências de Viagens do Estado => DESPACHO: I - Certifique-se

II - Após, conclusos. Boa Vista, 1º/09/2008 - Cristóvão Suter - Juiz de Direito Adv - Bernardino Dias de S. C. Neto, Ítalo Diderot Pessoa Rebouças, Francisco Alves Noronha.

00066 - 001006138046-4

Exequente: Denise Abreu Cavalcanti Calil

Executado: Nestora Conceição Cavalcante Paz =&gt; DESPACHO:

Observe o cartório o despacho de fls.35. “Intime-se a parte requerida, nos moldes do art.475-J do CPC” (intime-se o devedor, a fim de que em 15 dias promova o pagamento da dívida, sob pena da incidência de multa de 10% sobre o valor do débito,R\$898,58). Boa Vista, 01.09.2008. Cristóvão Suter. Juiz de Direito. Adv - Scyla Maria de Paiva Oliveira, Silvana Borghi Gandur Pigari, Denise Abreu Cavalcanti, Vivian Santos Witt, Eduardo Almeida de Andrade, Carlos Philippe Sousa Gomes da Silva, Osmar Ferreira de Souza e Silva.

## EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00067 - 001007177712-1

Exequente: Enesa Turismo Ltda

Executado: Portal Produções e Eventos Ltda => DESPACHO: I - Desentranhem-se os documentos de fls. 101/173, promovendo-se sua correta autuação, inclusive junto ao distribuidor II - Após, conclusos. Boa Vista, 1º/09/2008 - Cristóvão Suter - Juiz de Direito Adv - Denise Abreu Cavalcanti, Adriana Paola Mendivil Vega, Carlos Philippe Sousa Gomes da Silva, Marcelo Martins Rodrigues.

## INDENIZAÇÃO

00068 - 001004094436-4

Autor: Antonia Lucilene de Albuquerque

Réu: Itavida Clube de Seguros e outros => DESPACHO: Digam os demais requeridos sobre os termos do acordo. Boa Vista, 1º/09/08 - Cristóvão Suter - Juiz de Direito Adv - Cosmo Moreira de Carvalho, Abimael Araújo dos Santos, Helder Figueiredo Pereira, Rárisson Tataira da Silva, Alexander Ladislau Menezes, Luciana Rosa da Silva, Conceição Rodrigues Batista.

00069 - 001007173368-6

Autor: Eduardo Paiva

Réu: Banco Bradesco S.a - Banco Adm de Cart de Cred Ltda Bra Grup => DESPACHO: I - A contestação apresentada é tempestiva, razão pela qual resta impossível a decretação da revelia

II - Tendo em vista a notícia de retirada dos apontamentos perante os órgãos de proteção ao crédito, bem como o silêncio do autor, o pedido de antecipação da tutela encontra-se prejudicado III - Designo a data de 22/10/08, às 11:00 h, para a realização da audiência de conciliação

IV - Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir. Boa Vista, 25/08/08 - Cristóvão Suter - Juiz de Direito Adv - Josimar Santos Batista, Alexander Sena de Oliveira, Elaine Peixoto Mattos, Kariny Bianca Rodrigues da Silva.

**MONITÓRIA**

00070 - 001008187305-0

Autor: Agropecuária Garrote Ltda  
 Réu: Franciane da Silva Benício => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor: resposta ao ofício, fl. 30 (Port. 02/99) Adv - Georgida Fabiana Moreira de Alencar Costa.

**POSSESSÓRIA**

00071 - 001007165127-6

Autor: Neusmar Cirino Vieira  
 Réu: Altemir Rodrigues do Nascimento => DECISÃO: I - Citado permaneceu inerte o requerido  
 II - Decreto-lhe a revelia  
 III - Caso de julgamento antecipado da lide. Boa Vista, 1º/09/2008 - Cristóvão Suter - Juiz de Direito Adv - João Alfredo de A. Ferreira .

**5AVARACÍVEL****Expediente de 02/09/2008****JUIZ(A) TITULAR:****Mozarildo Monteiro Cavalcanti****PROMOTOR(A) :****Jeanne Christhine Fonseca Sampaio****Zedequias de Oliveira Junior****ESCRIVÃO(Ã) :****Tyanne Messias de Aquino****EXECUÇÃO DE SENTENÇA**

00072 - 001002053033-2

Exequente: Holanda e Cia Ltda  
 Executado: Espol de Raimundo de Castro Barros Rep Jose Joaquim T Barros => Sentença: (...) Por esta razão, julgo extinto o processo com fundamento no art. 794, I do Código de Processo Civil. Custas finais pela parte executada. Sem honorários advocatícios. Após o trânsito em julgado e o pagamento das custas ou a comunicação do não pagamento ao setor competente do TJRR, archive-se. Expeça-se alvará de levantamento do saldo remanescente em favor do executado com prazo de vinte dias. P.R.I. Boa Vista, 18/08/2008. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Geraldo João da Silva, Antônio Cláudio de Almeida, Antônio Agamenon de Almeida, Pedro Xavier Coelho Sobrinho.

**INDENIZAÇÃO**

00073 - 001007165458-5

Autor: Eronilde Aparecida Gonçalves  
 Réu: Banco do Brasil S/A => Despacho: Expeça-se alvará de levantamento com prazo de vinte dias. Manifeste-se a parte executada sobre a petição de fl. 83. Boa Vista, 02/09/2008. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Elias Bezerra da Silva, Johnson Araújo Pereira, Francisco Salismar Oliveira de Souza.

**MANDADO DE SEGURANÇA**

00074 - 001008195587-3

Impetrante: Wilson da Silva Lessa Junior  
 Autor: Coatora: Secretário Estadual de Saúde do Estado de Roraima e outros => Sentença: Homologo o pedido de desistência e declaro extinto o processo sem apreciação de mérito. Sem custas e honorários. Desentranhe-se como requerido. Archive-se. Boa Vista, 29/08/2008. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Gianne Gomes Ferreira.

**1AVARACRIMINAL****Expediente de 02/09/2008****JUIZ(A) TITULAR:****Lana Leitão Martins****PROMOTOR(A) :****Ademir Teles Menezes****Carlos Paixão de Oliveira****ESCRIVÃO(Ã) :****Shyrley Ferraz Meira****CRIME C/ PESSOA - JÚRI**

00075 - 001001010160-7

Réu: Manoel Hermenegildo Pereira da Luz => À defesa, no prazo de 48 horas, para informar o atual endereço de CLEONICE DA CONCEIÇÃO. Adv - Ednaldo Gomes Vidal, Stélio Baré de Souza Cruz.

00076 - 001001010317-3

Réu: Jair da Conceição Sobrinho => À defesa, pelo prazo de cinco dias para fins do art. 422, do CPP. Em 02.09.2008 Adv - Jair Ferreira Rodrigues, Ednaldo Gomes Vidal.

00077 - 001002021129-7

Réu: Eliziel de Lima => À Defesa, no prazo de cinco dias, manifestar-se quanto ao aditamento, a teor do art. 384, § 2º, do CPP. Adv - Ednaldo Gomes Vidal.

00078 - 001005107738-5

Réu: Emerson Costa Soares e outros => À DEFESA NO PRAZO DE CINCO DIAS PARA MANIFESTAR-SE SOBRE AS CERTIDÕES DE FLS. 340 342 E 344. Adv - José Fábio Martins da Silva.

**2AVARACRIMINAL****Expediente de 02/09/2008****JUIZ(A) TITULAR:****Jarbas Lacerda de Miranda****PROMOTOR(A) :****Ilaine Aparecida Pagliarini****José Rocha Neto****ESCRIVÃO(Ã) :****Iarly José Holanda de Souza****CRIME DE TÓXICOS**

00079 - 001007167374-2

Réu: Francisco Souza da Luz e outros => SENTENÇA: (...) Em face do exposto, por tudo que dos autos constam, em harmonia com os memoriais apresentados pelo representante do Ministério Público Estadual, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia de fls. 02/04, para condenar os réus da seguinte forma: i) Em relação ao réu FRANCISCO SOUZA DA LUZ, qualificado nos autos, como incurso nas penas do Artigo 33 “caput” (Tráfico de Drogas - núcleos do tipo penal: “vender”, “ter em depósito” e/ou “trazer consigo”) da Lei Federal n.º 11.343/2006. ii) Em relação à ré CLINÁCIO SOUZA DA LUZ, qualificado nos autos, como incurso nas penas do Artigo 33 “caput” (Tráfico de Drogas - núcleos do tipo penal: “transportar” e/ou “guardar”) da Lei Federal n.º 11.343/2006. (...) i) Em relação ao réu FRANCISCO SOUZA DA LUZ: (...) Assim, torno a pena em definitivo em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão e ainda 750 (setecentos e cinquenta) dias-multa, no valor acima referido. (...) ii) Em relação ao réu CLINÁCIO SOUZA DA LUZ: (...) Assim, torno a pena em definitivo para o crime de Tráfico de Drogas em 01 (um) ano e 08 (oito) meses de reclusão e ainda 166 (cento e sessenta e seis) dias-multa, no valor acima referido. (...) Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Boa Vista-RR, 01 de setembro de 2008. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal. Adv - Nilter da Silva Pinho.

00080 - 001007178385-5

Réu: Sérgio da Silva Azevedo e outros => DESPACHO EM ATA (INICIO): Considerando que os acusados Sérgio e Osvaldo já foram devidamente interrogados por este Juízo, todavia sem a presença do Defensor do acusado Sebastião, hei por bem reinterrogá-los neste ato processual, especialmente oportunizando o contraditório no que se refere ao acusado Sebastião. DESPACHO EM ATA (FINAL): 1) Cobrar o retorno da Carta Precatória de fls. 304, devidamente cumprida, com maior brevidade possível  
 2) Designo o dia 15 de setembro de 2008, às 10h15min, para audiência de inquirição das testemunhas de defesa  
 3) Intimem-se as testemunhas arroladas às fls. 256/258  
 4) Requisitar os acusados junto ao DESIPE  
 5) Notifiquem-se os Defensores Públicos e o(a) representante do Ministério Público  
 6) Extrair cópias das fls. 347/348, juntando-se ao processo referente ao Flagrante 505/2007

7) Cumpra-se. Boa Vista/RR, 02 de setembro de 2008. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00081 - 001008193615-4

Réu: Edenildo Alves da Silva => DECISÃO: 1. Em cumprimento ao despacho inicial o acusado EDENILDO ALVES DA SILVA foi devidamente notificado para, querendo, apresentar defesa escrita no prazo de 10 dias, vindo sua resposta às fls. 57/59 (art. 55 da Lei 11.343/2006)

2. O acusado em sua resposta argumenta que os fatos narrados na peça acusatória não ocorreram como ali figuram, conforme ficará cabalmente comprovado no decorrer da instrução criminal

3. A resposta escritas veio acompanhada de rol de testemunhas

4. Este é o sucinto relato. 5. A peça de defesa de fls. 57/59 do acusado Edenildo Alves da Silva, trás argumentações quanto a matéria de mérito, tais como, em apertadíssima síntese: negativa de autoria delitiva, ausência de provas de traficância ou mercancia, dentre outros

6. Com efeito, num juízo perfunctório, sem nenhuma análise do mérito da acusação, uma vez que esse momento processual não é adequado para esse propósito, entendo que todas as argumentações trazidas na peça de defesa não são capazes de afastar a verossimilhança contida na peça acusatória, razão pela qual não pode ser acolhida nessa fase preliminar, sob pena de indevida manifestação judicial antes da coleta de provas sob o manto do contraditório e da ampla defesa

7. Em vista disso, com fulcro no artigo 55, § 4º da Lei Federal nº. 11.343/2006, no juízo de admissibilidade da acusação, entendo que bastam apenas provas da materialidade do crime e indícios da autoria, não se exigindo prova plena e absoluta, até mesmo porque ainda não se iniciou a instrução criminal propriamente dita

8. Assim, verifico que nos autos contém suficientes elementos a demonstrar a aparência do bom direito da acusação em formular a denúncia da forma descrita na exordial, considerando ainda que esses elementos não foram afastados pelos argumentos expostos na defesa escrita de fls. 57/59

9. Todavia, o acusado terá, no decorrer do processo, oportunidade de produzir provas e deduzir alegações de que dispuser em sua defesa

10. Por ora, contudo, em âmbito de mera delibação da ação penal, entendo que a acusação possui fundamentos suficientes ao recebimento, assim, hei por bem receber a denúncia ofertada em desfavor de EDENILDO ALVES DA SILVA

11. Designo o dia 09/10/2008, às 08h30min., para audiência de instrução e julgamento, nos termos do artigo 56 da Nova Lei de Drogas - Lei nº 11.343/2006

12. Determino a citação e intimação do acusado pessoalmente, a intimação das testemunhas arroladas na denúncia e na Defesa Preliminar, bem como o(a) Defensor(a) Público(a) e o(a) ilustre representante do Ministério Público Estadual

13. Ao Cartório para que reitere o Ofício de nº. 2433/2008, conforme fls. 45, solicitando o encaminhamento do Laudo de Exame Definitivo em Substância

14. Outrossim, determino a expedição de ofício ao Instituto Médico Odontológico Legal do Estado de Roraima, requisitando o encaminhamento do Laudo de Exame de Corpo Delito do acusado, conforme requisição da autoridade policial às fls. 25

15. Cumpra-se com URGÊNCIA

Boa Vista/RR, 26 de agosto de 2008. Jarbas Lacerda de Miranda. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIME VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

00082 - 001008194120-4

Indiciado: E.E.S. => SENTENÇA EM AUDIÊNCIA: (...) Diante disso, JULGO EXTINTA a punibilidade do Sr. EDSON EDUARDO DE SOUZA, da imputação que lhe pesa nestes autos, com fulcro no art. 16, da Lei nº 11.340/06, c/c art. 24 do Código de Processo Penal. Cumpra-se. DESPACHO EM ATA (FINAL): Homologo os pedidos de desistência das partes. Observadas as formalidades legais, arquivem-se. Os presentes saem cientes e intimados. Boa Vista/RR, 02 de setembro de 2008. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00083 - 001008194122-0

Indiciado: A.R.S.S. => DESPACHO EM ATA (INICIO): 1) A denúncia contém a descrição do(s) fato(s) criminoso(s), com as suas circunstâncias, a qualificação do(s) acusado(s), sua(s) conduta(s), a

classificação do crime, além de indícios da autoria e da materialidade, satisfazendo os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal, assim hei por bem receber a denúncia em desfavor do(s) acusado(s)

2) Dou por citado o acusado para se ver(em) processar até final decisão

3) Nos termos do artigo 396 do Código de Processo Penal, com a redação determinada pela Lei nº 11.719/2008, concedo ao acusado o prazo de 10 (dez) dias para responder, por escrito, à acusação.

DECISÃO EM ATA: 1) Com fundamento no parágrafo único do artigo 310 do Código de Processo Penal concedo ao acusado ANDRÉ DOS REIS SANTIAGO SILVA os benefícios da liberdade provisória para que possa responder o processo em liberdade mediante o cumprimento das seguintes condições: (...) Expeça-se imediato ALVARÁ DE SOLTURA em favor do acusado, devendo ser- posto em liberdade, salvo se por outro motivo estiver preso. Boa Vista/RR, 02 de setembro de 2008. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### CRIMES C/ CRIA/ADOL/IDOSO

00084 - 001008184879-7

Réu: Pedro Pinto de Souza e outros => DECISÃO: (...) 8. Por outro lado, todas as argumentações trazidas na(s) peça(s) de defesa(s) não é(são) capaz(es) de afastar a verossimilhança contida na peça acusatória, razão pela qual não pode ser acolhida nessa fase preliminar, pois constitui matéria de fundo (mérito da acusação e/ou teses defensivas meritórias), sob pena de indevida manifestação judicial antes da coleta de provas, sob o manto do contraditório e da ampla defesa

9. Todavia, em obediência às regras processuais, o(s) denunciado(s) terá(ão), no decorrer do processo penal, oportunidade de produzir provas e deduzir alegações de que dispuser(em) em sua(s) defesa(s), de forma mais ampla e exaustiva

10. Em vista disso, nos termos do Artigo 399 do Código de Processo Penal (com sua nova redação determinada pela Lei nº 11.719/2008), designo o dia 26 de setembro de 2008, para AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

11. Determino a(s) intimação(ões) do(s) denunciado(s) (pessoalmente), devendo o(s) acusado(s) ser(em) notificado o(s)/ intimado(s) para este ato processual, ficando ciente(s) que terá(ão) o direito de fazer(em)-se acompanhar de advogado(s) - nos termos do artigo 5º, inciso LXIII da CF/88

12. Por oportuno, determino ainda a(s) intimação(ões) do(s) ilustre(s) advogado(s), via Diário do Poder Judiciário, desta decisão, bem como para comparecimento à audiência acima designada

13. Cientifique(m)-se o(a) digno(a) Representante do Ministério Público com atribuições nesta Vara Especializada, do teor desta decisão, assim como da data da audiência de instrução e julgamento

14. Requisite(m)-se o(s) denunciado(s) para apresentação em juízo, nos termos do § 1º do Artigo 399 do Código de Processo Penal (com sua nova redação determinada pela Lei nº 11.719/2008)

15. Intime(m)-se a testemunha arrolada pelo Ministério Público Sr. Fábio de Matos Pereira no endereço constante às fls. 165-verso, devendo acompanhar o mandado de intimação fotocópia da Ordem de Serviço

16. Intime(m)-se as testemunhas arroladas pela Defesa-Técnica às fls. 135/137

17. Cumpra-se COM URGÊNCIA. Boa Vista/RR, 24 de agosto de 2008. Jarbas Lacerda de Miranda. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 26/09/2008 às 09:00 horas. Adv - Francisco Evangelista dos Santos de Araújo.

00085 - 001008190630-6

Réu: Lidiane do Nascimento Foo e outros => INTIMAÇÃO QUANTO AO RETORNO DA CARTA PRECATÓRIA ENVIADA À COMARCA DE BARREIRINHAS, ESTADO DO MARANHÃO, PARA A OITIVA DA TESTEMUNHA MARIA ZINOCÁ MARAVALHO DE OLIVEIRA. Adv - Silas Cabral de Araújo Franco, Josué dos Santos Filho, Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho, Francisco das Chagas Batista, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Ednaldo Gomes Vidal, Elias Augusto de Lima Silva, Rosa Cláudia Silva Queiroz, Mário Junior Tavares da Silva, Clodoci Ferreira do Amaral, Aline Dionísio Castelo Branco, Mauro Silva de Castro, Rogenilton Ferreira Gomes, José Fábio Martins da Silva, Alberto Simonetti Cabral, Alcides da Conceição Lima Filho.

**COMARCA DE BOA VISTA  
JUIZADOS ESPECIAIS****ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 02/09/2008**

000110RR-B =>00002  
000112RR-B =>00003  
000114RR-B =>00003  
000169RR-B =>00002  
000184RR-A =>00002  
000205RR-B =>00001  
000223RR-A =>00002  
000231RR-B =>00003  
000272RR-B =>00001  
000282RR =>00002  
000336RR =>00001

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS****2º JUIZADO CÍVEL****Expediente de 02/09/2008**

**JUIZ(A) PRESIDENTE(A):**  
Erick Cavalcanti Linhares Lima  
**PROMOTOR(A) :**  
Cláudia Parente Cavalcanti  
Elba Crhistine Amarante de Moraes  
Ilaine Aparecida Pagliarini  
Jeanne Christhine Fonseca Sampaio  
Luiz Carlos Leitão Lima  
Stella Maris Kawano Dávila  
Ulisses Moroni Junior  
Zedequias de Oliveira Junior  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
Luciana Silva Callegário

**INDENIZAÇÃO**

00001 - 001006134941-0

Autor: Terezinha Nunes Soares

Réu: Avon Cosméticos Ltda => DESPACHO: 1. Atualize-se o valor do débito. 2. Efetue-se a penhora on line, nos termos do art. 92 do prov. 001/05 CGJ. Boa Vista/RR, 28 de agosto de 2008. (a) ERICK LINHARES - Juiz de Direito. DESPACHO: Efetuado o bloqueio, aguarde-se pelo prazo de quinze dias para eventual interposição de embargos. Em, 01/09/08. (a) ERICK LINHARES - Juiz de Direito. Adv - Marize de Freitas Araújo Moraes, Marco Antônio Salviato Fernandes Neves, Wellington Sena de Oliveira.

**3º JUIZADO CÍVEL****Expediente de 02/09/2008**

**JUIZ(A) PRESIDENTE(A):**  
Rodrigo Cardoso Furlan  
**PROMOTOR(A) :**  
Cláudia Parente Cavalcanti  
Elba Crhistine Amarante de Moraes  
Janaina Carneiro Costa Menezes  
Ricardo Fontanella  
Stella Maris Kawano Dávila  
Ulisses Moroni Junior  
Zedequias de Oliveira Junior  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
Eliane de Albuquerque Cavalcanti Oliveira  
Marley da Silva Ferreira

**AÇÃO DE COBRANÇA**

00002 - 001001018670-7

Autor: José Porto de Albuquerque

Réu: Ricardo Herculano Bulhões de Mattos => DESPACHO - Diga a parte autora. - Boa Vista-RR 28/08/2008.- Juiz RODRIGO CARDOSO FURLAN Titular do 3º JESP Adv - Mamede Abrão

Netto, Milton César Pereira Batista, Domingos Sávio Moura Rebelo, Valter Mariano de Moura, José Rogério de Sales.

**INDENIZAÇÃO**

00003 - 001005120258-7

Autor: Djane Rodrigues de Melo

Réu: Msn Santos => DESPACHO - 1. Diga a parte autora. - 2.

Após, aguarde sua manifestação pelo prazo de 48 horas. - Boa Vista - RR 28/08/2008. - Juiz RODRIGO CARDOSO FURLAN - Titular do 3º JESP. Adv - Antônio O.f.cid, Antônio Cláudio Carvalho Theotônio, Osmar Ferreira de Souza e Silva.

**COMARCA DE BOA VISTA  
TURMA RECURSAL****ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 02/09/2008**

000257RR =>00003  
000258RR =>00004  
000276RR-A =>00004  
000285RR =>00001  
000295RR-A =>00002  
000425RR =>00005  
000457RR =>00003  
000508RR =>00001

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR****TURMA RECURSAL**

Relator(a): Cristovão José Suter Correia da Silva

**MANDADO DE SEGURANÇA**

00001 - 001008185725-1

Impetrante: D'presentes Comércio e Representações Ltda

Autor. Coatora: Mm Juiz do 4º Jespe Cível => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Emerson Luis Delgado Gomes, Camila Arza Garcia.

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS****TURMA RECURSAL****Expediente de 02/09/2008**

**JUIZ(A) MEMBRO:**  
Alexandre Magno Magalhaes Vieira  
Antônio Augusto Martins Neto  
Cristovão José Suter Correia da Silva  
Elaine Cristina Bianchi  
Erick Cavalcanti Linhares Lima  
Marcelo Mazur  
Rodrigo Cardoso Furlan  
Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz  
**PROMOTOR(A) :**  
Ulisses Moroni Junior  
Zedequias de Oliveira Junior  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
Antônio Alexandre Frota Albuquerque  
Djagir Raimundo de Sousa

**APELAÇÃO CÍVEL**

00002 - 001007160954-8

Apelante: Marli Rodrigues Sonai

Apelado: Marcilene de Souza Maia => DESPACHO: Devolva-se ao Juízo de origem, com nossas homenagens. BV/RR, 02/09/2008. Elaine Cristina Bianchi - Presidente da Turma Recursal. Adv - Jucelaine Cerbatto Schmitt Prym.

00003 - 001008185141-1

Apelante: Damiana Faustino Bezerra

Apelado: Lidiane dos Santos Leal => DESPACHO: Devolva-se ao Juízo de origem, com nossas homenagens. BV/RR, 02/09/2008.  
Elaine Cristina Bianchi - Presidente da Turma Recursal. Adv - Terezinha Muniz de Souza Cruz, Francisco Evangelista dos Santos de Araujo.

00004 - 001008193269-0

Apelante: Getúlio Wilson Gomes de Melo

Apelado: Andre Luis Villoria Brandão => Indenização. Ementa: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. PENHORA ON LINE . SALÁRIO. NÃO COMPROVAÇÃO. LEGALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. CUSTAS E HONORÁRIOS DE 10% SOBRE O VALOR DO DÉBITO. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n.º 010 08 193269-0, ACORDÃO os integrantes desta Colenda Turma Recursal, à unanimidade de votos, em conhecer do recurso, porém, negar-lhe provimento, nos termos do voto da relatora que integra o presente. Participaram do julgamento os Juizes: Elaine Cristina Bianchi (Presidente e Relatora), Cristóvão Suter (Julgador) e Antônio Augusto Martins Neto (Julgador), Boa Vista/RR, 02/09/2008 (a) Turma Recursal. Adv - André Luiz Vilória, Públio Rêgo Imbiriba Filho.

#### MANDADO DE SEGURANÇA

00005 - 001008185724-4

Impetrante: Silvia Ivone de Lira Albuquerque

Autor. Coatora: Mm Juiz do 4º Jespe Cível => Decisão: Vistos, I - O requerimento de liminar deve ser indeferido porque, embora relevante o fundamento invocado, a medida não será ineficaz caso venha a ser concebida apenas no final, porque, em sede de Juizado Especial, em princípio, o papel da multa é apenas pressionar o executado a cumprir a obrigação, somente se cumulando com o equivalente pecuniário do objeto da prestação na hipótese do art. 52, V, da Lei n.º 9.099/95. II - Requisitesem-se, pois, na forma do art. 7º, da Lei n.º 1.533, de 31 de dezembro de 1951, informações, sem liminar. III - Cite-se a litisconsorte passiva para se manifestar no prazo de 10(dez) dias, com as advertências do art. 285 do CPC. IV - Prestadas as informações e apresentada ou não a defesa pela litisconsorte, decorrido o prazo, vista ao Ministério Público. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 1º de setembro de 2008 (a) Tânia Maria Vasconcelos Dias - Juíza Relatora. Adv - Juliano Souza Pelegrini.

### COMARCA DE BOA VISTA JUSTIÇA ITINERANTE

#### ÍNDICE POR ADVOGADOS

##### Expediente de 02/09/2008

000172RR-B =>00023;

### CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

#### VARA ITINERANTE

Juiz(iza): Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz

#### AÇÃO DE COBRANÇA

00001 - 001008195914-9

Autor: Marcelo Laranjeira e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 13/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### DISSOLUÇÃO SOCIEDADE

00002 - 001008192090-1

Autor: R.M. e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 28/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00003 - 001008192091-9

Autor: C.P.S. e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 28/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 001008192092-7

Autor: E.M.P. e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 28/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00005 - 001008192204-8

Autor: R.S.R. e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 13/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00006 - 001008195894-3

Autor: E.G.D. e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 12/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00007 - 001008195895-0

Autor: L.R.S. e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 12/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00008 - 001008195901-6

Autor: E.V.P. e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 13/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### DIVÓRCIO CONSENSUAL

00009 - 001008192086-9

Requerente: J.O. e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 28/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00010 - 001008192087-7

Requerente: M.V.S. e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 28/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00011 - 001008195877-8

Requerente: A.P.S. e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 12/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00012 - 001008195896-8

Requerente: M.C.C.F. e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 12/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00013 - 001008195897-6

Requerente: B.J.S. e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 12/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### DIVÓRCIO POR CONVERSÃO

00014 - 001008192085-1

Requerente: E.L.F. e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 28/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### EXECUÇÃO

00015 - 001008195850-5

Exequente: Andreia de Assis Estrada Pessoa  
Executado: Alfredo Gaudêncio da Silva Filho => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 02/09/2008. Valor da Causa: R 800,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00016 - 001008195851-3

Exequente: M.L.L.  
Executado: E.A.C. => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 25/08/2008. Valor da Causa: R 18.219,56. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00017 - 001008195852-1

Exequente: S.L.L.  
Executado: Z.L.V. => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 25/08/2008. Valor da Causa: R 492,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00018 - 001008195853-9

Exequente: Y.S.R.Q.  
Executado: D.D.M.Q. => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 25/08/2008. Valor da Causa: R 271,35. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00019 - 001008195854-7

Exequente: M.P.S. e outros  
Executado: M.A.S. => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 25/08/2008. Valor da Causa: R 925,28. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00020 - 001008195856-2

Exequente: I.V.O.A.

Executado: M.J.B.A. =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 21/08/2008. Valor da Causa: R 371,19. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00021 - 001008195857-0

Exequente: S.N.A. e outros

Executado: S.A.G. =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 14/08/2008. Valor da Causa: R 2.494,36. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00022 - 001008195858-8

Exequente: M.G.A.

Executado: R.D.F. =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 14/08/2008. Valor da Causa: R 80.000,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## EXONER.PENSÃO ALIMENTÍCIA

00023 - 001008195855-4

Autor: M.S.S.

Réu: D.S.S. =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 25/08/2008. Valor da Causa: R 21.000,00. Adv - Margarida Beatriz Oruê Arza.

## GUARDA DE MENOR

00024 - 001008195100-5

Requerente: J.S.S. e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 28/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00025 - 001008195876-0

Requerente: A.C.H.S. e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 12/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00026 - 001008195878-6

Requerente: A.C.H.S. e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 12/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00027 - 001008195899-2

Requerente: V.P.D. e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 12/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00028 - 001008195903-2

Requerente: V.P.D. e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 12/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

00029 - 001008195869-5

Requerente: Maria do Rosário da Silva Almeida e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 12/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00030 - 001008195870-3

Requerente: Cynthia Tribuzy Pereira de Mello e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 12/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00031 - 001008195874-5

Requerente: Maria do Socorro Gouveia e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 12/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00032 - 001008195875-2

Requerente: Fabiana dos Reis e Silva e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 12/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00033 - 001008195879-4

Requerente: A.B.R.G. e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 15/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00034 - 001008195882-8

Requerente: C.V.F.O. e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 15/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00035 - 001008195883-6

Requerente: N.M.S. e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 15/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00036 - 001008195884-4

Requerente: M.L.V. e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 12/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00037 - 001008195885-1

Requerente: C.V.N.P. e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 15/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00038 - 001008195886-9

Requerente: E.A.N. e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 20/07/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00039 - 001008195887-7

Requerente: R.H.S.M. e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 13/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00040 - 001008195888-5

Requerente: Marcos Antonio de Souza Araujo e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 13/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00041 - 001008195889-3

Requerente: L.M.C.M. e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 12/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00042 - 001008195890-1

Requerente: L.L.A.P. e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 01/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00043 - 001008195893-5

Requerente: W.J.M.B. e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 22/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00044 - 001008195898-4

Requerente: L.G.C.P. e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 22/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00045 - 001008195900-8

Requerente: Manoel Alves do Nascimento Junior e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 12/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00046 - 001008195902-4

Requerente: Manoel Mesquita e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 12/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00047 - 001008195915-6

Requerente: R.R.S.S. e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 22/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## RECONHECIMENT PATERNIDADE

00048 - 001008195892-7

Autor: V.M.S. e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 22/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## REGULAMENTAÇÃO DE VISITA

00049 - 001008195891-9

Requerente: E.D.M.C. e outros =&gt; Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 22/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## REVISIONAL DE ALIMENTOS

00050 - 001008195106-2

Requerente: J.C.O. e outros => Distribuição em Emergência.  
Distribuição Manual em 28/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00051 - 001008195880-2

Requerente: K.O.S. e outros => Distribuição em Emergência.  
Distribuição Manual em 15/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00052 - 001008195881-0

Requerente: M.A.S. e outros => Distribuição em Emergência.  
Distribuição Manual em 15/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## SEPARAÇÃO CONSENSUAL

00053 - 001008192089-3

Requerente: F.C.M.G. e outros => Distribuição em Emergência.  
Distribuição Manual em 28/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00054 - 001008192095-0

Requerente: R.S.V.J. e outros => Distribuição em Emergência.  
Distribuição Manual em 28/08/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

---

**COMARCA DE CARACARAÍ**  
**JUSTIÇA COMUM**

---

**ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 02/09/2008**

000060RR =&gt;00015

000120RR-B =&gt;00006

000251RR-B =&gt;00005;

---

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR**

---

**VARACÍVEL**

Juiz(iza): Marcelo Mazur

**ALIMENTOS - PEDIDO**

00005 - 002008012888-5

Requerente: M.J.A.R. e outros  
Requerido: M.M.A.C.R. => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Valor da Causa: R 415,00. Adv - Almir Ribeiro da Silva.

**MONITÓRIA**

00006 - 002008012886-9

Autor: J A Diniz Me e outros  
Réu: Município de Caracarái => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Valor da Causa: R 38.215,72. Adv - Orlando Guedes Rodrigues.

**PRECATÓRIA CÍVEL**

00007 - 002008012880-2

Requerente: Ministério Público Estadual  
Requerido: Bernardino Alves Cirqueira => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Valor da Causa: R 51.171,50. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00008 - 002008012881-0

Requerente: União  
Requerido: A V dos Santos Gomes => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Valor da Causa: R 116.565,76. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00009 - 002008012882-8

Requerente: Ibama  
Requerido: James Wagner Rodrigues Pereira => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Valor da Causa: R 9.747,48. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00010 - 002008012885-1

Requerente: Ibama  
Requerido: Gesse Ramos de Souza => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Valor da Causa: R 1.309,40. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00011 - 002008012887-7

Requerente: União  
Requerido: A V Machado e outros => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Valor da Causa: R 14.174,88. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00012 - 002008012890-1

Requerente: F.R.S. e outros  
Requerido: J.M.S. => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00013 - 002008012891-9

Requerente: W.S.S. e outros  
Requerido: A.J.S. => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Valor da Causa: R 285,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00014 - 002008012892-7

Requerente: Antonio Rodrigues Sena Filho  
Requerido: Jose Henrique Leite da Silva => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**VARACRIMINAL**

Juiz(iza): Marcelo Mazur

**CRIME C/ PATRIMÔNIO**

00001 - 002008012889-3

Indiciado: E.R.B.V. => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008.  
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**PRECATÓRIA CRIME**

00002 - 002008012883-6

Autor: Ministério Público Federal  
Réu: Ricardo Herculano Bulhoes de Mattos e outros => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00003 - 002008012884-4

Autor: Ministério Público Federal  
Réu: Ricardo Herculano Bulhoes de Mattos e outros => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 002008012893-5

Autor: Ministério Público Federal  
Réu: Antonio da Costa Reis => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

---

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**

---

**VARACÍVEL****Expediente de 02/09/2008****JUIZ(A) TITULAR:****Marcelo Mazur****PROMOTOR(A) :****Adriano ávila Pereira****Anedilson Nunes Moreira****Henrique Lacerda de Vasconcelos****José Rocha Neto****Madson Welligton Batista Carvalho****ESCRIVÃO(Á):****Kamyla Karyna Oliveira Castro****ORDINÁRIA**

00015 - 002002001127-4

Requerente: Sebastião Portella  
Requerido: Câmara dos Vereadores de Caracarái => Final de Sentença: Face ao teor da Certidão de fls. 178 e 197, reputo caracterizada a paralisação dos presentes Autos por negligência das partes por mais de um ano, pelo quê extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267,II e §1º, do Código de

Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios. Após o trânsito em julgado, intimando as partes via DPJ, tão-somente, arquivem-se, com as formalidades legais. Caracarái 01/09/2008 JUIZ MARCELO MAZUR Adv - José Luiz Antônio de Camargo.

## COMARCA DE MUCAJAI

O Departamento Informática do TJRR informa que por problemas de acesso ao Link da EMBRATEL, não foi possível enviar para a publicação os despachos e as distribuições dos processos da Comarca de Mucajaí-RR, referente ao dia 02/09/2008. As publicações referentes a este dia, se houverem, serão enviadas na próxima edição.

## COMARCA DE RORAINÓPOLIS JUSTIÇA COMUM

### ÍNDICE POR ADVOGADOS

**Expediente de 02/09/2008**

Não existem advogados para compor o índice.

## PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

### VARACRIMINAL

**Expediente de 02/09/2008**

#### JUIZ(A) TITULAR:

**Luiz Alberto de Moraes Junior**

#### PROMOTOR(A):

**Hevandro Cerutti**

**Marco Antônio Bordin de Azeredo**

#### ESCRIVÃO(Ã):

**Francisco Firmino dos Santos**

### CRIME C/ PATRIMÔNIO

00003 - 004704003389-7

Réu: Francisco da Silva Souza => COMARCA DE RORAINÓPOLIS/RRMM. Juiz de Direito Titular Respondendo pela Comarca de Rorainópolis/RRElvo Pigari JúniorEscrivãoFrancisco Firmino dos SantosEDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO: 15(QUINZE) DIAS O DR. ELVO PIGARI JÚNIOR, MM. JUIZ DE DIREITO TITULAR RESPONDENDO PELA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RORAINÓPOLIS/RR, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI ETC.FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Cartório da Vara Criminal, se processam os autos da Ação Penal n.º 0047 04 003389-7, em que consta como Autor o MINISTÉRIO PÚBLICO e como acusado FRANCISCO DA SILVA SOUZA, ficando INTIMADO FRANCISCO DA SILVA SOUZA, brasileiro, natural de Codó/MA, nascido aos 15/06/1977, filho de Valdemiro de Souza e Maria Francisca Nunes da Silva Souza, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, com este chama-o a comparecer no dia 20 DE NOVEMBRO DE 2008, às 08h30 min, na sala de audiências deste Juízo, sito na Rua Pe dro Daniel da Silva, s/n - Centro, Rorainópolis/RR, para audiência Admonitória. E como não foi possível intimá-lo pessoalmente, mandou o MM Juiz de Direito desta Comarca expedir o presente Edital com prazo de 15 (quinze) dias, que será afixado no local de costume e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário. Dado e passado nesta Cidade e Comarca, aos dois de setembro do ano de dois mil e oito. Eu, \_\_\_\_\_, Francisco Firmino dos Santos, Escrivão, confiro e subscrevo de ordem do MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca.Francisco Firmino dos SantosEscrivão Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

### PEDIDO / PROVIDÊNCIA

00004 - 004702000371-2

Requerido: João Rodrigues de Lima => COMARCA DE RORAINÓPOLIS/RRMM. Juiz de Direito Titular Respondendo pela Comarca de Rorainópolis/RRElvo Pigari JúniorEscrivão

JudicialFrancisco Firmino dos SantosEDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO: 60(SESENTA) DIAS O DR. ELVO PIGARI JÚNIOR, MM. JUIZ DE DIREITO TITULAR RESPONDENDO PELA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RORAINÓPOLIS/RR, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI ETC.FAZ SABER a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Cartório da Vara Criminal, se processam os autos de Crime c/ Pessoa - Júri n.º 0047 02 000371-2, em que consta como autor do fato JOÃO RODRIGUES DE LIMA, ficando INTIMADO JOÃO RODRIGUES DE LIMA, brasileiro, natural de Itacoatiara/AM, nascido aos 01.06.1957, filho de Antonio Flores de Lima e Alice Rodrigues de Lima, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, do teor da R. sentença, prolatada à fl. 51/59 dos autos supramencionados, cuja decisão é a seguinte: “(i) Assim sendo, suficientemente. provado o alegado e invocando os princípios de direito atinentes à espécie, JULGO PROCEDENTE a denúncia e conseqüente Ação Penal e tenho o réu como incurso nas penas do art. 213, c/c art. 224, “a” do Código Penal da República, pelo que passo a decidir e a dosar a pena que lhe será imposta. (...) Isto posto, por ter o acusado infringido o art. 213 c/c o art. 224, “a” do Código Repressivo, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva do Estado, retratada na denúncia e condeno o réu JOÃO RODRIGUES DE LIMA a pena base de 06 (seis) anos de reclusão a qual tenho por sanção ambulatoria definitiva em não havendo circunstâncias atenuantes ou agravantes ou outras causas especiais que se prestem ao aumento ou diminuição. Entendo inaplicável, in casu, a causa de aumento do art. 9º, da Lei nº 8.072/90. A pena privativa de liberdade será cumprida inicialmente em regime fechado (2/3), nos termos do art. 83, inc. V, do Código Penal. Transita em julgado, lance-se o nome do réu no rol dos culpados, e expeça-se a competente carta de guia. Por se encontrar o réu sob o amparo da Justiça Gratuita, deixo de condená-lo na pagamento das custas. Oficie-se ao órgão estatístico do Estado para as devidas providências, após o trânsito em julgado. Expeça-se o respectivo mandado de prisão. P.R.I. São Luiz, 03 de março de 1997. Graciete Sotto Mayor Ribeiro, Juíza de Direito Substituta.” E como não foi possível intimá-lo pessoalmente mandou o MM Juiz de Direito desta Comarca expedir o presente Edital com prazo de 60 (sessenta) dias, que será afixado no local de costume e publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário. Dado e passado nesta Cidade e Comarca, aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito. Eu, \_\_\_\_\_, Francisco Firmino dos Santos, Escrivão Judicial, confiro e subscrevo de ordem do MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca.Francisco Firmino dos SantosEscrivão Judicial Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

### INFÂNCIA E JUVENTUDE

**Expediente de 02/09/2008**

#### JUIZ(A) TITULAR:

**Luiz Alberto de Moraes Junior**

#### PROMOTOR(A):

**Hevandro Cerutti**

**Marco Antônio Bordin de Azeredo**

#### ESCRIVÃO(Ã):

**Francisco Firmino dos Santos**

### ADOÇÃO/DEST. PÁTRIO PODER

00001 - 004706005303-1

Requerente: J.G.C. e outros

Criança Adol: E.S.C. e outros => a cidade de Senador La Roque, Estado do Maranhão, às 08:30 horas do dia 13.07.2002, filha dos requerentes José Gomes da Costa e Luzineide Silva Costa, tendo como avó materna Maria de Jesus Silva e avós paternos Raimundo Alves Costa e Regina Gomes da Costa, por via de consequência, destituiu a requerida do Poder Familiar em relação a esta criança e julgo extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art.269, I, do CPC. Após o trânsito, expeça-se mandado de inscrição para registro civil e cancelamento do registro de nascimento anterior, observando-se que não poderá constar em certidões nenhuma menção quanto a origem deste ato, e arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais. Sem custas. P.R.I., observando-se as exigências do segredo de justiça. Rorainópolis (RR), 05 de junho de 2008. LUIZ ALBERTO DE MORAIS JÚNIOR. Juiz de Direito”.Francisco Firmino dos Santos. Escrivão Judicial. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

## PRECATÓRIA EXEC. MEDIDA

00002 - 004708008438-8

Infrator: M.A.L. => Audiência ADMONITÓRIA designada para o dia 08/10/2008 às 14:30 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

---

**COMARCA DE RORAINÓPOLIS**  
**JUIZADOS ESPECIAIS**

---

**ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 02/09/2008**

Não existem advogados para compor o índice.

---

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**

---

**JUIZADO CÍVEL****Expediente de 02/09/2008**

**JUIZ(A) PRESIDENTE(A):**  
**Luiz Alberto de Morais Junior**  
**PROMOTOR(A) :**  
**Hevandro Cerutti**  
**Marco Antônio Bordin de Azeredo**  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
**Francisco Firmino dos Santos**

**INDENIZAÇÃO**

00001 - 004708008566-6

Autor: Jose Mariano de Moura

Réu: Tam Linha Aéreas S/A => Audiência de CONCILIAÇÃO designada para o dia 07/11/2008 às 14:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

---

**COMARCA DE SÃO LUIZ**  
**JUSTIÇA COMUM**

---

**ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 02/09/2008**

000032RR =&gt;00010

000116RR-B =&gt;00008, 00012

000120RR-B =&gt;00008

000157RR-B =&gt;00008

000316RR =&gt;00008

---

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**

---

**VARACÍVEL****Expediente de 02/09/2008**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Elvo Pigari Junior**  
**PROMOTOR(A) :**  
**Ademir Teles de Menezes**  
**Alexandre Moreira Tavares dos Santos**  
**Hevandro Cerutti**  
**José Rocha Neto**  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
**Wallison Larieu Vieira**

**EMBARGOS DEVEDOR**

00008 - 006002000406-9

Embargante: Município de São Luiz do Anauá

Embargado: S G Lopes Me => R.H.Ao contador para atualização dos valores.Após, cls.Dil. nec.S.l.a., 29/08/2008ELVO PIGARI JÚNIORJuiz Titular de Direito Adv - Conceição Rodrigues Batista, Tarcísio Laurindo Pereira, Orlando Guedes Rodrigues, Francisco de Assis Guimarães Almeida.

**EXECUÇÃO**

00009 - 006002000543-9

Exequente: União (fazenda Nacional)

Executado: J A P Barroso Me => Final de sentença:...Diante do exposto, declaro resolvido o mérito, com base no art. 794, I, do CPC.Após as formalidades legais, arquivem-se os autos, com as devidas baixas.Expeça-se o termo de levantamento da penhora.Publique-se.Registre-se.Intimem-se.Cumpra-se.São Luiz do Anauá (RR), 01 de Setembro de 2008.ELVO PIGARI JÚNIORJuiz de Direito Titular Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00010 - 006002000544-7

Exequente: Banco da Amazônia S/A

Executado: Juraci Leite Monteiro => R.H.DespachoDefiro f. 159.Diga o credorIntime-se.Cumpra-se.São Luiz do Anauá (RR), 29 de Agosto de 2008.ELVO PIGARI JÚNIORJuiz de Direito Titular. \*\*AVERBADO\*\* Adv - Petronilo Varela da S. Júnior.

**INDENIZAÇÃO**

00011 - 006005018699-2

Autor: Antonio Suetonio Sampaio

Réu: Andrade Galvão Engenharia Ltda => R.H.I- Designo o dia 05/03/2009 as 08:15h, para audiência de conciliaçãoII- Intime-seIII- Diligência necessária.S.L.A. 19 de Junho de 2008ELVO PIGARI JÚNIORJuiz de Direito Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**REVISIONAL DE ALIMENTOS**

00012 - 006007020373-6

Requerente: O.A.S.

Requerido: L.B.D. e outros => Audiência especial de conciliação designada para o dia 04/03/2009 às 10:30 horas. Adv - Tarcísio Laurindo Pereira.

**INFÂNCIA E JUVENTUDE****Expediente de 02/09/2008**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Elvo Pigari Junior**  
**PROMOTOR(A) :**  
**Ademir Teles de Menezes**  
**Alexandre Moreira Tavares dos Santos**  
**Hevandro Cerutti**  
**José Rocha Neto**  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
**Wallison Larieu Vieira**

**ALVARÁ JUDICIAL**

00001 - 006008022305-4

Requerente: A.C.P.L. => SENTENÇA:Posto isto, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de autorização judicial formulado pela requerente devendo ser expedido o alvará com as seguintes advertências: os adolescentes com idade de 14 anos, somente participarão do evento se estes estiverem devidamente acompanhados de seus pais ou representantes legais. Os adolescentes com idade igual ou superior a 16 anos apenas permanecerão no local até a meia-noite. Assim, declaro resolvido o presente procedimento, com resolução do mérito, nos termos do art.269, inciso I do CPC. Oficie-se ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, conforme requerido pelo MP. Cientifique-se o Ministério Público. Após o trânsito em julgado e as baixas necessárias, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Luiz do Anauá (RR), 31 de julho de 2008. ELVO PIGARI JÚNIOR Juiz de Direito Titular Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00002 - 006008022306-2

Requerente: E.F.S. => SENTENÇA:Posto isto, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de autorização judicial formulado pela requerente devendo ser expedido o alvará com as seguintes advertências: os adolescentes com idade de 15 anos, somente participarão do evento se estes estiverem devidamente acompanhados de seus pais ou representantes legais. Os adolescentes com idade igual ou superior a 16 anos apenas permanecerão no local até a meia-noite. Assim, declaro resolvido o presente procedimento, com resolução do mérito, nos termos do art.269, inciso I do CPC. Oficie-se ao Conselho Tutelar da Criança e

do Adolescente, conforme requerido pelo MP. Cientifique-se o Ministério Público. Após o trânsito em julgado e as baixas necessárias, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Luiz do Anauá (RR), 01 de agosto de 2008. ELVO PIGARI JÚNIOR Juiz de Direito Titular Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00003 - 006008022307-0

Requerente: C.C.S. => SENTENÇA: Posto isto, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de autorização judicial formulado pela requerente devendo ser expedido o alvará com as seguintes advertências: os adolescentes com idade de 15 anos, somente participarão do evento se estes estiverem devidamente acompanhados de seus pais ou representantes legais. Os adolescentes com idade igual ou superior a 16 anos apenas permanecerão no local até a meia-noite. Assim, declaro resolvido o presente procedimento, com resolução do mérito, nos termos do art.269, inciso I do CPC. Oficie-se ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, conforme requerido pelo MP. Cientifique-se o Ministério Público. Após o trânsito em julgado e as baixas necessárias, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Luiz do Anauá (RR), 31 de julho de 2008. ELVO PIGARI JÚNIOR Juiz de Direito Titular Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

#### AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

00004 - 006008022275-9

Requerente: E.M.B. => SENTENÇA: Posto isto, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de autorização judicial formulado pela requerente devendo ser expedido o alvará com as seguintes advertências: os adolescentes com idade de entre 14 e 15 anos, somente participarão do evento se estes estiverem devidamente acompanhados de seus pais ou representantes legais. Os adolescentes com idade igual ou superior a 16 anos apenas permanecerão no local até a meia-noite. Assim, declaro resolvido o presente procedimento, com resolução do mérito, nos termos do art.269, inciso I do CPC. Oficie-se ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, conforme requerido pelo MP. Cientifique-se o Ministério Público. Após o trânsito em julgado e as baixas necessárias, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Luiz do Anauá (RR), 07 de agosto de 2008. ELVO PIGARI JÚNIOR Juiz de Direito Titular Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00005 - 006008022358-3

Requerente: C.T.S.N. => SENTENÇA: Posto isto, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de autorização judicial formulado pela requerente devendo ser expedido o alvará com as seguintes advertências: os adolescentes com idade de 15 anos, somente participarão do evento se estes estiverem devidamente acompanhados de seus pais ou representantes legais. Os adolescentes com idade igual ou superior a 16 anos apenas permanecerão no local até a meia-noite. Assim, declaro resolvido o presente procedimento, com resolução do mérito, nos termos do art.269, inciso I do CPC. Oficie-se ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, conforme requerido pelo MP. Cientifique-se o Ministério Público. Após o trânsito em julgado e as baixas necessárias, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Luiz do Anauá (RR), 21 de agosto de 2008. ELVO PIGARI JÚNIOR Juiz de Direito Titular Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00006 - 006008022359-1

Requerente: M.L.S. => SENTENÇA: Posto isto, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de autorização judicial formulado pela requerente devendo ser expedido o alvará com as seguintes advertências: os adolescentes com idade de entre 14 e 15 anos, somente participarão do evento se estes estiverem devidamente acompanhados de seus pais ou representantes legais. Os adolescentes com idade igual ou superior a 16 anos apenas permanecerão no local até a meia-noite. Assim, declaro resolvido o presente procedimento, com resolução do mérito, nos termos do art.269, inciso I do CPC. Oficie-se ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, conforme requerido pelo MP. Cientifique-se o Ministério Público. Após o trânsito em julgado e as baixas necessárias, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Luiz do Anauá (RR), 25 de julho de 2008. ELVO PIGARI JÚNIOR Juiz de Direito Titular Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00007 - 006008022519-0

Requerente: M.A.B.S. => SENTENÇA: Posto isto, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de autorização judicial formulado pela requerente devendo ser expedido o alvará com as seguintes advertências: os adolescentes com idade de entre 14 e 15 anos, somente participarão do evento se estes estiverem devidamente acompanhados de seus pais ou representantes legais. Os

adolescentes com idade igual ou superior a 16 anos apenas permanecerão no local até a meia-noite. Assim, declaro resolvido o presente procedimento, com resolução do mérito, nos termos do art.269, inciso I do CPC. Oficie-se ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, conforme requerido pelo MP. Cientifique-se o Ministério Público. Após o trânsito em julgado e as baixas necessárias, arquivem-se os autos. P.R.I.C. São Luiz do Anauá (RR), 29 de agosto de 2008. ELVO PIGARI JÚNIOR Juiz de Direito Titular Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

### COMARCA DE SÃO LUIZ JUIZADOS ESPECIAIS

#### ÍNDICE POR ADVOGADOS

**Expediente de 02/09/2008**

Não existem advogados para compor o índice.

### CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

#### JUIZADO CÍVEL

Juiz(iza): Elvo Pigari Junior

#### INDENIZAÇÃO

00001 - 006008021966-4

Autor: Wallison Larieu Vieira

Réu: Zilma Teodoro Ferreira => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Valor da Causa: R 415,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

### PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

#### JUIZADO CÍVEL

**Expediente de 02/09/2008**

**JUIZ(A) PRESIDENTE(A):**

**Elvo Pigari Junior**

**PROMOTOR(A):**

**Ademir Teles de Menezes**

**Alexandre Moreira Tavares dos Santos**

**Hevandro Cerutti**

**José Rocha Neto**

**ESCRIVÃO(A):**

**Wallison Larieu Vieira**

#### INDENIZAÇÃO

00002 - 006008022516-6

Autor: Adielton Ferreira da Silva

Réu: Vivo S.A. => DECISÃO: Por esta razão, DEFIRO o pedido e antecipo os efeitos da tutela pretendida com amparo no artigo 273, I, do Código de Processo Civil, para: A) determino que a empresa Ré providencie a imediata retirada do nome do Autor do SCPC e serasa, no prazo de 48 horas, a contar da data desta decisão e B) cominar multa diária no importe de R 415,00 (quatrocentos e quinze reais), no caso de descumprimento da ordem retro. Trata-se de relação de consumo e está presente o requisito da hipossuficiência do consumidor, por esta razão, inverte o ônus da prova na forma do art.6º, VIII do CDC. Designe-se data para audiência conciliatória. Intime-se e Cite-se. São Luiz do Anauá(RR), 01 de setembro de 2008. ELVO PIGARI JÚNIOR Juiz de Direito Titular Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

### COMARCA DE ALTO ALEGRE JUSTIÇA COMUM

#### ÍNDICE POR ADVOGADOS

**Expediente de 02/09/2008**

000155RR-B =>00007

000182RR-B =>00006

000231RR-B =>00004

000321RR =>00006

000413RR =>00006

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR****VARACRIMINAL**

Juiz(iza): Maria Aparecida Cury

**CRIME C/ PATRIMÔNIO**

00001 - 000508007047-6

Indiciado: J.L.G. e outros => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**CRIME DE TRÂNSITO - CTB**

00002 - 000508007048-4

Indiciado: W.A.P. => Distribuição por Sorteio em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS****VARACÍVEL**

**Expediente de 02/09/2008**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Maria Aparecida Cury**  
**PROMOTOR(A) :**  
**André Paulo dos Santos Pereira**  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
**Alan Johnnes Lira Feitosa**

**ANULATÓRIA**

00003 - 000508007012-0

Autor: Instituto Nacional do Seguro Social

Réu: Maria de Fátima Araújo Negreiro => FINAL DE DECISÃO: "... Por todo o exposto, vislumbrando presentes os requisitos legais insculpidos no art. 273 do CPC, DEFIRO o pedido de antecipação da tutela, para sobrestar todos os efeitos da sentença que homologou o acordo celebrado para implantação e pagamento de pensão por morte de segurado em favor da ora requerida, nos autos nº 005 06 002039-4, até o julgamento de mérito da presente lide. Cite-se a requerida para contestar a presente ação no prazo de 15 (quinze) dias, com as advertências legais, e intime-se desta decisão. Desentranhe-se o documento acostado indevidamente às f. 09/10, certifique-se e proceda-se à devolução. Junte-se cópia desta decisão nos autos nº 005 06 002039-4, para sobrestamento do feito. P.R.I.C. Alto Alegre/RR, 29 de agosto de 2008. MARIA APARECIDA CURY - Juíza de Direito Titular. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**DISSOLUÇÃO SOCIEDADE**

00004 - 000506002316-4

Autor: F.R.C.

Réu: F.P.S. => Audiência ADIADA para o dia 07/10/2008 às 10:00 horas. Adv - Osmar Ferreira de Souza e Silva.

**VARACRIMINAL**

**Expediente de 02/09/2008**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Maria Aparecida Cury**  
**PROMOTOR(A) :**  
**André Paulo dos Santos Pereira**  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
**Alan Johnnes Lira Feitosa**

**CRIME C/ PATRIMÔNIO**

00005 - 000502000423-9

Réu: Antonio Galdinino de Oliveira e outros => Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 08/04/2009 às 11:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00006 - 000506002351-1

Réu: Lucas de Sena Silva e outros => Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 08/04/2009 às 09:30 horas.

Adv - Geralda Cardoso de Assunção, Silas Cabral de Araújo Franco, Walterlon Azevedo Tertulino.

**CRIME C/ PESSOA - JÚRI**

00007 - 000502000457-7

Réu: Almir Pereira de Melo e outros => Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 19/03/2009 às 09:30 horas. Adv - Ednaldo Gomes Vidal.

**CRIME VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

00008 - 000508006965-0

Indiciado: M.A.D. => Audiência Preliminar designada para o dia 06/10/2008 às 14:30 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**COMARCA DE ALTO ALEGRE  
JUIZADOS ESPECIAIS****ÍNDICE POR ADVOGADOS**

**Expediente de 02/09/2008**

000441RR =>00002  
000449RR =>00002;

**CARTÓRIO DISTRIBUIDOR****JUIZADO CRIMINAL**

Juiz(iza): Maria Aparecida Cury

**CRIME DE TRÂNSITO - CTB**

00001 - 000508007037-7

Réu: Gerisvan Alves Sousa => Transferência Realizada em 02/09/2008. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS****JUIZADO CÍVEL**

**Expediente de 02/09/2008**

**JUIZ(A) PRESIDENTE(A):**  
**Maria Aparecida Cury**  
**PROMOTOR(A) :**  
**André Paulo dos Santos Pereira**  
**ESCRIVÃO(Ã) :**  
**Alan Johnnes Lira Feitosa**

**INDENIZAÇÃO**

00002 - 000508006890-0

Autor: Francisco de Assis de Andrade Lima

Réu: Raimundo Nonato Pereira => SENTENÇA: "... seguinte SENTENÇA: Vistos, etc. "Face ao ajuste realizado pelas partes nos presentes autos, hei por bem HOMOLOGAR POR SENTENÇA o acordo supra, na forma do parágrafo único do art. 22 da Lei 9.099/95 c/c art. 449 do CPC, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, ao mesmo tempo que JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, na forma estabelecida no art. 269, III, do CPC. Registre-se e, decorrido o trânsito, archive-se, observada as anotações de praxe". Publicada a presente em audiência, da qual saem devidamente cientificadas e intimadas as partes. Alto alegre, 02/09/2008. Maria Aparecida Cury-Juíza de Direito Titular. Adv - Lizandro Icassatti Mendes, Rachel Gomes Silva.

**COMARCA DE PACARAIMA  
JUSTIÇA COMUM****ÍNDICE POR ADVOGADOS**

**Expediente de 02/09/2008**

012320CE =>00001  
000092RR-B =>00001  
000153RR =>00001;

**PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS****INFÂNCIA E JUVENTUDE****Expediente de 02/09/2008**

**JUIZ(A) TITULAR:**  
**Delcio Dias Feu**  
**PROMOTOR(A):**  
**Ilaine Aparecida Paglianni**  
**Luiz Antonio Araujo de Souza**  
**Ulisses Moroni Junior**  
**Valdir Aparecido de Oliveira**  
**ESCRIVÃO(A):**  
**Ingrid Gonçalves dos Santos**

**AÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA**

00001 - 004508002128-5

Infrator: P.L.P. => Final da Sentença: Em razão da gravidade do ilícito e do emprego da violência a pessoa na sua prática e no resultado, aplico a Medida Sócio Educativa de Internação Com Possibilidade de atividades Externas, sem prazo determinado, a qual deverá ser revista ao completar os 06 meses de acordo com o art. 121, § 2º, do ECA. Aplico também a medida protetiva de acompanhamento médico, conforme a explicação constante da fundamentação. Expeça-se Guia de internação Com possibilidade de atividades externas ao CSE. Com o começo do tratamento médico, solicite-se novo parecer da equipe técnica do Juizado. Intime-se o adolescente pessoalmente e seu defensor. Dê ciência ao MP e o assistente da acusação e a família da vítima. PRI. Após o transito em julgado, formem-se os autos de execução de medida, archive-se estes. Pacaraima/RR, 02 de Setembro de 2008. Délcio Dias Feu, Juiz de Direito Titular Adv - Marcos Antonio Jóffily, Francisco Gclairton de Melo Rocha, Nilter da Silva Pinho.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA – TRE/RR****SECRETARIA JUDICIÁRIA**

Expediente do dia **03 de setembro de 2008**, para ciência e intimação das partes.

**REDISTRIBUIÇÃO DE FEITOS:**

Em conformidade com o art. 20 do RI deste Tribunal, os seguintes feitos foram distribuídos no expediente do dia **03/09/2008**:

PROCESSO N.º 1167 – CLASSE VI  
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO ELEITORAL EM FCE DE ROMERO JUCÁ FILHO E MARIVALDO BASAL DE FREIRE  
REPRESENTANTE: PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB  
ADVOGADOS: ALEXANDER LADISLAU MENEZES E HENRIQUE KEISUKE SADAMATSU  
REPRESENTADO: MARYVALDO BASSAL DE FREIRE E ROMERO JUCÁ FILHO  
ADVOGADOS: MARYVALDO BASSAL DE FREIRE E FERNANDO LIMA  
RELATOR: JUÍZA MARIA DILMAR

PROCESSO N.º 14 – CLASSE V  
REQUERENTES: P.M.D.B., C.R.T.S., M.T.S.S.J. E R. J.F.  
ADVOGADO: MARYVALDO BASSAL DE FREIRE  
1º REQUERIDO: F.M.D. M.C.  
ADVOGADO: ALEXANDER LADISLAU MENEZES  
2º REQUERIDO: J. D. A. J.  
ADVOGADO: JEAN PIERRE MICHETTI  
RELATOR: JUÍZA MARIA DILMAR

**COMUNICADO**

A Secretaria Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima torna público que a sessão ordinária do dia **11/09/2008**, por decisão do pleno, foi transferida para o dia **05/09/2008 às 12 (doze) horas** e a do dia **16/09/2008**, para o dia **19/09/2008, às 12 (doze) horas**.

**PUBLICAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO**

A Secretaria Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, em obediência ao que determina o artigo 32 do RI/TRE, torna público que, na sessão ordinária do dia **09/09/2008** serão julgados os seguintes feitos:

PROCESSO N.º 24 – CLASSE PRESTAÇÃO DE CONTAS  
RESUMO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE EDEILSON GUIMARAES SANTOS, REFERENTE A SUA CANDIDATURA AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL PELO PV - ELEIÇÕES 2006.  
AUTOR: EDEILSON GUIMARAES SANTOS  
RELATOR: JUIZ ERICK LINHARES

**REPUBLICAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO**

A Secretaria Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, em obediência ao que determina o artigo 32 do RI/TRE, torna público que, na sessão ordinária do dia **10/09/2008** serão julgados os seguintes feitos:

PROCESSO N.º 1 – CLASSE REVISÃO CRIMINAL  
ASSUNTO: AÇÃO DE REVISÃO CRIMINAL CONTRA SENTENÇA CONDENATÓRIA NOS AUTOS DO PROCESSO 002/1998 – 1º ZE/RR, COM PEDIDO DE LIMINAR PARA CASSAÇÃO DO MANDADO DE PRISÃO EM DESFAVOR DO REQUERENTE.  
RECORRENTES: AVENIR ANGELO ROSA FILHO.  
ADVOGADOS: MARCO AURÉLIO ANGELO ROSA E PAULO AFONSO SANTANA DE ANDRADE.  
RECORRIDO: JUIZ DA 1º ZE/RR  
RELATOR: JUÍZA MARIA DILMAR

**PUBLICAÇÃO DE DESPACHOS/DECISÕES**

PRESTAÇÃO DE CONTAS N.º 18  
ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL (PMN), REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2006 A 2007  
AUTOR: JOSÉ ANGELO ROSA, PRESIDENTE DO PMN/RR  
RELATOR: JUÍZA MARIA DILMAR

**DESPACHO**

Reitere-se, pela última vez, a diligência de fl. 15. Após, com ou sem manifestação do partido, à COCIN para parecer conclusivo.  
Boa Vista, 02 de setembro de 2008.

Juíza MARIA DILMAR  
Relatora

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 03  
ASSUNTO: MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO POR ADNAN ASSAD YOUSSEF NETO, ALESSANDRO SILVA DE LIMA, ANDRÉ LUIZ DE LUCENA MONTEIRO, ANDSON DE LIMA GOMES, AURÉLIO DA SILVA GRANDE, CÉSAR AUGUSTO TARGINO DE MEDEIROS, FÁBIO DE SOUZA LEITE, FÁBIO ROGÉRIO SANTOS BARROS, GEANA ALINE DE SOUZA OLIVEIRA, JADILSON RUBENS DE CASTRO JÚNIOR, JANDERSON DE MEDEIROS TEIXEIRA, JOSÉ MARIA RODRIGUES NETO, KARINE RIBEIRO DE MATOS OLIVEIRA, LEISE VALÉRIA NOVO DOS SANTOS, MARCELO ALT DINIZ, MARCO ANTÔNIO DA SILVA MAIA, NELSON AMARO JÚNIOR, PATRÍCIA VELHO DOS SANTOS, RAIMUNDO SIQUEIRA DOS SANTOS, REUBENS MARIZ DE ARAÚJO, RODRIGO LINS DO EGITO, RONALDO PARENTE CÂNDIDO e SANDRA DEISE ALVES DE ARAÚJO EM FACE DE ATO DO EXMO. SR. PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA QUE INDEFERIU O PEDIDO DE EXTENSÃO DOS EFEITOS DA SEGURANÇA CONCEDIDA NO MS N.º 99, CLASSE I.  
IMPETRANTES: ADNAN ASSAD YOUSSEF NETO E OUTROS  
ADVOGADO: JEAN PIERRE MICHETTI  
ADVOGADO: PABLO SOUTO  
IMPETRADO: PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA  
RELATOR: JUÍZA MARIA DILMAR

## DESPACHO

Considerando que este Processo envolve despesas do Orçamento da União, chamo o feito à Ordem para determinar, nos termos do art. 38 da Lei Complementar nº73/1993, a **INTIMAÇÃO** da AGU para, querendo, se manifestar no prazo legal.  
Após, nova conclusão.  
Expediente necessário.  
Boa Vista, 02 de setembro de 2008.

Juíza MARIA DILMAR  
Relatora

## RECURSO ELEITORAL N.º 47

RESUMO: RECURSO ELEITORAL FACE A DECISÃO QUE JULGOU PROCEDENTE REPRESENTAÇÃO, CONDENANDO OS RECORRENTES AO PAGAMENTO DE MULTA DE 20.000 UFIRs, CADA UM, EM VIRTUDE DA REALIZAÇÃO DE PROPAGANDA ELEITORAL ANTECIPADA, NOS AUTOS DO PROCESSO N.º 162/2008 - 5ª ZE/RR.  
RECORRENTES: IRADILSON SAMPAIO DE SOUZA E PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA – PDT  
ADVOGADO: MARYVALDO BASSAL DE FREIRE  
RECORRIDO: PARTIDO DA REPÚBLICA - PR/RR  
ADVOGADOS: HELAINE MAISE FRANÇA E EDSON DOMINGUES MARTINS  
RELATOR: JUIZ RICARDO OLIVEIRA

## DESPACHO

Vista ao Ministério Público Eleitoral.  
Boa Vista, 02 de setembro de 2008.

Juíz RICARDO OLIVEIRA  
Relator

PROCESSO N.º 14 – CLASSE RECURSO ELEITORAL  
ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL FACE A DECISÃO DO MM. JUIZ DA 5ª ZE/RR QUE JULGOU PROCEDENTE REPRESENTAÇÃO DETERMINANDO ABSTENÇÃO DE VEICULAÇÃO DE DEPOIMENTO DA SRA. LIDIANE FOO, SOB PENA DA MULTA DIÁRIA DE R\$ 20.000,00, EM CASO DE DESCUMPRIMENTO, BEM COMO CONDENOU A RECORRENTE AO PAGAMENTO DE MULTA DE 20.000 UFIR, COM FULCRO NO ART. 45 DA LEI 9.504/97.  
RECORRENTE: REDE TROPICAL DE COMUNICAÇÃO - TV TROPICAL  
ADVOGADO: HELAINE MAISE FRANÇA e JOHN PABLO SOUTO SILVA  
RECORRIDO: IRADILSON SAMPAIO DE SOUZA  
ADVOGADO: MARYVALDO BASSAL DE FREIRE  
**RELATOR: JUIZ RICARDO OLIVEIRA**

## DESPACHO

Vista ao Ministério Público Eleitoral.  
Boa Vista, 02 de setembro de 2008.

Juíz RICARDO OLIVEIRA  
Relator

PROCESSO N.º 15 – CLASSE RECURSO ELEITORAL  
ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL FACE A DECISÃO DO MM. JUIZ DA 5ª ZE/RR QUE JULGOU PROCEDENTE REPRESENTAÇÃO CONDENANDO OS RECORRENTES AO PAGAMENTO DE MULTA DE 20.000 UFIRs, CADA UM, EM VIRTUDE DE PROPAGANDA ELEITORAL ANTES DO PERÍODO AUTORIZADO PELO ART. 36 DA LEI 9.504/97.  
RECORRENTES: IRADILSON SAMPAIO DE SOUZA E PARTIDO VERDE – PV  
ADVOGADO: MARYVALDO BASSAL DE FREIRE  
RECORRIDO: PARTIDO DA REPÚBLICA – PR/RR  
ADVOGADOS: HELAINE MAISE FRANÇA e EDSON DOMINGUES MARTINS  
**RELATOR: JUIZ RICARDO OLIVEIRA**

## DESPACHO

Vista ao Ministério Público Eleitoral.  
Boa Vista, 02 de setembro de 2008.

Juíz RICARDO OLIVEIRA  
Relator

PROCESSO N.º 24 – CLASSE PRESTAÇÃO DE CONTAS  
RESUMO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE EDEILSON GUIMARAES SANTOS, REFERENTE A SUA CANDIDATURA AO CARGO DE DEPUTADO ESTADUAL PELO PV - ELEIÇÕES 2006.  
AUTOR: EDEILSON GUIMARAES SANTOS  
RELATOR: JUIZ ERICK LINHARES

## DESPACHO

Inclua-se na pauta de julgamento.  
Boa Vista, 02 de setembro de 2008.

Juíz ERICK LINHARES  
Relator

PROCESSO N.º 1167 – CLASSE VI  
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO ELEITORAL EM FCE DE ROMERO JUCÁ FILHO E MARIVALDO BASAL DE FREIRE  
REPRESENTANTE: PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA - PSDB  
ADVOGADOS: ALEXANDER LADISLAU MENEZES E HENRIQUE KEISUKE SADAMATSU  
REPRESENTADO: MARYVALDO BASSAL DE FREIRE E ROMERO JUCÁ FILHO  
ADVOGADOS: MARYVALDO BASSAL DE FREIRE E FERNANDO LIMA  
RELATOR: JUÍZA MARIA DILMAR

## DESPACHO

À Secretaria Judiciária, para redistribuir.  
BV, 29 de agosto de 2008.

Juíz ALMIRO PADILHA  
- Presidente do TRE/RR -

PROCESSO N.º 14 – CLASSE V  
REQUERENTES: P.M.D.B., C.R.T.S., M.T.S.S.J. E R. J.F.  
ADVOGADO: MARYVALDO BASSAL DE FREIRE  
1º REQUERIDO: F.M.D. M.C.  
ADVOGADO: ALEXANDER LADISLAU MENEZES  
2º REQUERIDO: J. D. A.. J.  
ADVOGADO: JEAN PIERRE MICHETTI  
RELATOR: JUÍZA MARIA DILMAR  
DESPACHO

À SJ, para redistribuir.  
Boa Vista/RRV, 01 de setembro de 2008.

Juíz ALMIRO PADILHA  
- Presidente do TRE/RR -

**PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS:****PROCESSO N.º 1286 – CLASSE OUTROS PROCESSOS NÃO CLASSIFICADOS**

ASSUNTO: PEDIDO DE DECRETAÇÃO DE PERDA DE CARGO ELETIVO DO SR. ANTÔNIO PEREIRA NEVES GALVÃO, ELEITO AO CARGO DE VEREADOR PELO MUNICÍPIO DE IRACEMA NAS ELEIÇÕES DE 2004, BEM COMO A POSSE DO RESPECTIVO SUPLENTE, COM FULCRO NA RESOLUÇÃO TSE Nº 22.610  
REQUERENTE: PARTIDO POPULAR SOCIALISTA – PPS/RR, POR SEU PRESIDENTE REGIONAL  
ADVOGADO: FERNANDO PINHEIRO DOS SANTOS  
REQUERIDO: ANTONIO PEREIRA NEVES GALVÃO  
ADVOGADOS: FRANCISCO JOSE PINTO DE MACEDO E MARIA ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA  
**RELATOR: JUIZ LUIZ FERNANDO MALLETT**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. FALTA DE OMISSÃO OU OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO. PRÉ-QUESTIONAMENTO REQUERIDO PORÉM COM RAZÕES INEXISTENTES.

**É de se rejeitar embargos de declaração onde não há sequer resquícios de obscuridade ou omissão.  
Pré-questionamento de matéria não indicada no recurso.**

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordão os Exmos. Juízes de e. TRE-RR, à unanimidade de votos e em sintonia com o parecer do Ministério Público Eleitoral, em negar conhecimento ao recurso eleitoral em vista de sua intempestividade, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, aos 02 dias do mês de setembro do ano de dois mil e oito.

Des. ALMIRO PADILHA  
**Juiz -Presidente**

Juiz LUIZ FERNANDO C. MALLET  
**Relator**

DR. AGEU FLORÊNCIO DA CUNHA  
**Procurador Regional Eleitoral**

publicação de resoluções:

RESOLUÇÃO TRE/RR N.º 23/2008

Constitui a Comissão de Votação Paralela.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no artigo 33 da Resolução n.º 22.714/2008,

**RESOLVE:**

Designar a Juíza de Direito TÂNIA MARIA VASCONCELOS DIAS DE SOUZA CRUZ e os servidores PATRÍCIA VELHO DOS SANTOS, SANDRA DEISE COSTA, TEREZINHA PIMENTEL SOUZA E SILVA e HUDSON SILVA CEZAR para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Votação Paralela.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, aos dois dias de setembro de dois mil e oito.

Desembargador ALMIRO PADILHA, Presidente

Desembargador RICARDO OLIVEIRA, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Juíza MARIA DILMAR, Jurista

Juiz LUIZ FERNANDO MALLET, Juiz de Direito

Juiz HELDER GIRÃO, Juiz Federal

Juiz ERICK LINHARES, Juiz de Direito

Doutor AGEU FLORÊNCIO DA CUNHA, Procurador Regional Eleitoral

RESOLUÇÃO TRE/RR N.º 24/2008

Autoriza o Presidente do Tribunal a requisitar servidores para auxiliar os trabalhos das Eleições de 2008.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 4º da Lei n.º 6.999/82;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 2º, 13 e 14 da Resolução TSE n.º 20.753/2000;

CONSIDERANDO disposto no artigo 94-A, inciso II, da Lei n.º 9.504/97 (incluído pela Lei n.º 11.300, de 2006); e

CONSIDERANDO o acúmulo ocasional de serviço na Justiça Eleitoral, em especial a realização das Eleições Municipais de 2008;

**RESOLVE:**

Art. 1.º Autorizar o Presidente do Tribunal a requisitar, para auxiliar os trabalhos eleitorais, até 50 (cinquenta) servidores da União, do Estado e dos Municípios.

Art. 2.º Os servidores requisitados poderão prestar serviços no Tribunal ou nas Zonas Eleitorais, no interesse das Eleições.

Art. 3.º Os servidores requisitados com base nesta Resolução serão devolvidos aos respectivos órgãos de origem até o dia 06 de outubro, após a realização da votação.

Art. 4.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, aos dois dias de setembro de dois mil e oito.

Desembargador ALMIRO PADILHA, Presidente

Desembargador RICARDO OLIVEIRA, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Juíza MARIA DILMAR, Jurista

Juiz LUIZ FERNANDO MALLET, Juiz de Direito

Juiz HELDER GIRÃO, Juiz Federal

Juiz ERICK LINHARES, Juiz de Direito

Doutor AGEU FLORÊNCIO DA CUNHA, Procurador Regional Eleitoral

**PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL****Portaria nº. 010/08 – PRE/RR**

Boa Vista/RR, 25 de agosto de 2008

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, notadamente aquelas previstas no art. 77, da Lei Complementar nº 75/93, bem como no art. 27, §3º do Código Eleitoral,

**CONSIDERANDO Portaria nº 009/08 – PRE/RR**, de 18/08/2008, editada ante a necessidade de estabelecer a escala de plantão do Gabinete Eleitoral da Procuradoria Regional Eleitoral do Estado de Roraima durante o período eleitoral, resolve:

I – Alterar o inciso IV da mencionada Portaria, estabelecendo a seguinte escala de plantão para o exercício das funções de Técnico de Apoio Especializado – Transporte:

Das 08:01h do dia 25/08/2008 até às 08:00h do dia 31/08/2008	<b>Temístocles Duarte Ramos</b> Tel.: (95) 8111.0265
Das 08:01h do dia 01/09/2008 até às 08:00h do dia 07/09/2008	<b>Samuel Paulo Ferreira</b> Tel.: (95) 8111.5164
Das 08:01h do dia 08/09/2008 até às 08:00h do dia 14/09/2008	<b>Igor Mickelley Caria Martins</b> Tel.: (95) 9125.4859
Das 08:01h do dia 15/09/2008 até às 08:00h do dia 21/09/2008	<b>Francisco Aurisberto Alves Teixeira</b> Tel.: (95) 8111.0061
Das 08:01h do dia 22/09/2008 até às 08:00h do dia 28/09/2008	<b>Temístocles Duarte Ramos</b> Tel.: (95) 8111.0265
Das 08:01h do dia 29/09/2008 até às 08:00h do dia 06/10/2008	<b>Samuel Paulo Ferreira</b> Tel.: (95) 8111.5164

II – Incluir o servidor **Adelson Fernandes de Souza**, Chefe da Sessão de Acompanhamento em Matéria Eleitoral, na escala do plantão, das 09:00h do dia 25/08/2008 às 08:00h do dia 06/10/2008, podendo ser localizado nos telefones (95) 9959-1244, (95) 9904-1244 e (95) 3623-8344.

**AGEU FLORÊNCIO DA CUNHA**  
Procurador Regional Eleitoral

**Ordem dos Advogados do Brasil  
Seccional de Roraima****EDITAL 91**

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Roraima, faz público achar-se nesta Seccional, suficientemente instruído para oportuna deliberação do pedido de Inscrição Principal da Bel.<sup>a</sup> **CLAUDIA DE OLIVEIRA CARVALHO QUEIROZ**, art. 10, da Lei 8.906/94.

Sala da Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Roraima, aos três dias do mês de setembro de dois mil e oito.

**ANTONIO ONEILDO FERREIRA**  
Presidente da OAB/RR

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE  
RORAIMA****PORTARIA Nº 525, DE 03 DE SETEMBRO DE 2008**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro nos artigos 12, XXI; 74, I e 75, III, da Lei Complementar Estadual nº 003/94,

**RESOLVE:**

Conceder ao Promotor de Justiça de Segunda Entrância, Dr. **JOÃO XAVIER PAIXÃO**, 05 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 22AGO08.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD**  
Procurador-Geral de Justiça

**DIRETORIA GERAL****PORTARIA Nº 258, DE 03 DE SETEMBRO DE 2008**

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA, com fulcro na Resolução nº 05 de 24 de maio de 2007,

**RESOLVE:**

Conceder ao servidor **ALCIONE LEAL DOS SANTOS**, 12 (doze) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, com efeitos a contar de 07JUL08.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**CARLOS RENATO MARQUES DE CASTRO**  
Diretor-Geral

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE  
ROAIMA****PORTARIA/DPG Nº. 575, DE 29 DE AGOSTO DE 2008.**

O Defensor Público-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

**RESOLVE:**

Designar o Defensor Público da 2ª Categoria, Dr. **JANUÁRIO MIRANDA LACERDA**, lotado no núcleo da Capital, para, no dia 08 de setembro do corrente ano, viajar ao município de Mucajaí-RR, com a finalidade de atuar em audiências e demais atividades ligadas à assistência judiciária, junto ao juízo daquela comarca, consoante solicitação contida no OFÍCIO DP/MCJ Nº 0016/2008, com ônus. Publique-se. Cumpra-se.

**OLENO INÁCIO DE MATOS**  
Defensor Público-Geral

**PORTARIA/DPG Nº. 577, DE 29 DE AGOSTO DE 2008.**

O Defensor Público-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

**RESOLVE:**

Designar o Defensor Público da Categoria Especial, Dr. **NATANAEL DE LIMA FERREIRA**, para excepcionalmente, atuar

em favor do assistido Emiliano Sales de Magalhães, na Comarca de Boa Vista-RR.  
Publique-se. Cumpra-se.

**OLENO INÁCIO DE MATOS**  
Defensor Público-Geral

**PORTARIA/DPG Nº. 584, DE 01 DE SETEMBRO DE 2008.**

O Defensor Público-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,  
RESOLVE:

Designar a Defensora Pública da 1ª Categoria, Dra. NOELINA DOS SANTOS CHAVES LOPES, lotada no núcleo dos Juizados Especiais da Capital, para, no período de 02 a 03 de setembro do corrente ano, viajar ao município de Pacaraima-RR, com a finalidade de atuar nas audiências em contraditório, nos autos dos processos nºs 04507001610-5 (Investigação de Paternidade c/c alimentos) e 04506000568-8 (Alimentos), junto ao juízo daquela comarca, consoante solicitações contidas nos Ofícios C/VCR. nº. 0386/08 e C/VCi. nº 0402/08, com ônus.  
Publique-se. Cumpra-se.

**OLENO INÁCIO DE MATOS**  
Defensor Público-Geral

**PORTARIA/DPG Nº. 588, DE 02 DE SETEMBRO DE 2008.**

O Defensor Público-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,  
RESOLVE:

Cessar os efeitos, a contar desta data, da PORTARIA/DPG Nº 331/2008 de 02 de junho de 2008, publicada no D.O.E nº 831 em 04/06/2008, que designou os Defensores Públicos Dr. MAURO SILVA DE CASTRO e Dr. STÉLIO DENER DE SOUZA CRUZ, para atuar junto ao Tribunal de Juri na defesa dos assistidos D.C. de O. e A. A. da C., nos autos do processo nº 02003002958-9.  
Publique-se. Cumpra-se.

**OLENO INÁCIO DE MATOS**  
Defensor Público-Geral

**PORTARIA/DPG Nº. 578, DE 01 DE SETEMBRO DE 2008.**

O Defensor Público-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,  
RESOLVE:

**Exonerar**, a servidora pública estadual, EUNICE ALMEIDA EVANGELISTA, do Cargo de Chefe de Divisão de Recursos Humanos - DPE/CCA-2, da Defensoria Pública do Estado de Roraima, a contar desta data.  
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**OLENO INÁCIO DE MATOS**  
Defensor Público-Geral

**PORTARIA/DPG Nº. 579, DE 01 DE SETEMBRO DE 2008.**

O Defensor Público-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,  
RESOLVE:

**Nomear EUNICE ALMEIDA EVANGELISTA**, para exercer o Cargo Comissionado de Chefe de Divisão - DPE/CCA-2, da Defensoria Pública do Estado de Roraima, com efeitos a partir desta data.  
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**OLENO INÁCIO DE MATOS**  
Defensor Público-Geral

**PORTARIA/DPG Nº. 580, DE 01 DE SETEMBRO DE 2008.**

O Defensor Público-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,  
RESOLVE:

**Exonerar**, a servidora pública estadual, LUCIMARY SANT'ANA BEZERRA, do Cargo de Chefe de Divisão - DPE/CCA-2, da Defensoria Pública do Estado de Roraima, a contar desta data.  
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**OLENO INÁCIO DE MATOS**  
Defensor Público-Geral

**PORTARIA/DPG Nº. 581, DE 01 DE SETEMBRO DE 2008.**

O Defensor Público-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

RESOLVE:

**Nomear LUCIMARY SANT'ANA BEZERRA**, para exercer o Cargo Comissionado de Chefe de Divisão - DPE/CCA-2, da Defensoria Pública do Estado de Roraima, com efeitos a partir desta data.  
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**OLENO INÁCIO DE MATOS**  
Defensor Público-Geral

**PORTARIA/DPG Nº. 582, DE 01 DE SETEMBRO DE 2008.**

O Defensor Público-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,  
RESOLVE:

**Exonerar**, o servidor Cargo Comissionado, DEMÉTRIO MARTINS DA SILVA NETO, do Cargo de Chefe de Divisão de Informática - DPE/CCA-2, da Defensoria Pública do Estado de Roraima, a contar desta data.  
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**OLENO INÁCIO DE MATOS**  
Defensor Público-Geral

**PORTARIA/DPG Nº. 583, DE 01 DE SETEMBRO DE 2008.**

O Defensor Público-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,  
RESOLVE:

**Nomear DEMÉTRIO MARTINS DA SILVA NETO**, para exercer o Cargo Comissionado de Chefe de Divisão - DPE/CCA-2, da Defensoria Pública do Estado de Roraima, com efeitos a partir desta data.  
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**OLENO INÁCIO DE MATOS**  
Defensor Público-Geral

**PORTARIA/DPG Nº. 585, DE 01 DE SETEMBRO DE 2008.**

O Defensor Público-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,  
RESOLVE:

**Exonerar**, a servidora Cargo Comissionado, DIANA CARVALHO DA SILVA, do Cargo de Chefe de Seção de Almoxarifado - DPE/CCA-5, da Defensoria Pública do Estado de Roraima, a contar desta data.  
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**OLENO INÁCIO DE MATOS**  
Defensor Público-Geral

**PORTARIA/DPG Nº. 586, DE 01 DE SETEMBRO DE 2008.**

O Defensor Público-Geral do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,  
RESOLVE:

**Nomear DIANA CARVALHO DA SILVA**, para exercer o Cargo Comissionado de Chefe de Seção - DPE/CCA-3, da Defensoria Pública do Estado de Roraima, com efeitos a partir desta data.  
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**OLENO INÁCIO DE MATOS**  
Defensor Público-Geral

---

## EDITAIS

---

---

## TABELIONATO DE 2º OFÍCIO

---

### EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar YANO LEAL PEREIRA e HELIDA CLAUDINA VIANA RODRIGUES, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, nº. s I, III e IV, do Código Civil Brasileiro.

ELE é natural de Boa Vista, Estado de Roraima, nascido a 09 de agosto 1983, de profissão servidor público, residente na rua: Waldemar Coelho de Aguiar, nº 886, Bairro: União, filho de \* \* \* \* e de ELIZETE LEAL PEREIRA

ELA é natural de Boa Vista, Estado de Roraima, nascida a 11 de Setembro de 1982, de profissão comerciária, residente na rua: Waldemar Coelho

de Aguiar, nº 886, Bairro: União, filha de **HELIO LUIZ RODRIGUES e de MARIA APARECIDA DE LIMA VIANA**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 03 de Setembro de 2008  
Wagner Mendes Coelho  
Tabelião

#### EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar **JARBAS DOUGLAS MATOS COSTA e NAGELA LIMA SOARES**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, nº. s I, III E IV, do Código Civil Brasileiro.

**ELE** é natural de Itapecuru Mirim, Estado do Maranhão, nascido a 22 de setembro 1988, de profissão militar, residente na rua: RD RR 205 L-08 Alto Alegre-RR, filho de **JOÃO CARNEIRO COSTA e de ELIZETE MATOS COSTA**

**ELA** é natural de Boa Vista, Estado de Roraima, nascida a 5 de abril de 1991, de profissão estudante, residente na rua: RD RR 205 L-08 Alto Alegre-RR, filha de **ORIAS SOARES DA SILVA e de ADAILZA DA SILVA LIMA**

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 03 de Setembro de 2008  
Wagner Mendes Coelho  
Tabelião

#### EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar **STOMES FRAN DAMASCENO SILVA e EGLYS REGINA BATISTA GOMES**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, nº. s I, III E IV, do Código Civil Brasileiro.

**ELE** é natural de Boa Vista, Estado de Roraima, nascido a 18 de junho 1984, de profissão policial militar, residente na Rua. Das Rosas, 253, Pricumã, filho de **FRANCISCO BATISTA DA SILVA e de FRANCINETE DAMASCENA SILVA**

**ELA** é natural de Boa Vista, Estado de Roraima, nascida a 22 de dezembro de 1986, de profissão fisioterapeuta, residente na Rua: SDPM Wilson Paulino da Silva, 361, Bairro Caraná, filha de **ELIAS BARROS GOMES e de JOSEFA BATISTA GOMES**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 2 de Setembro de 2008  
Wagner Mendes Coelho  
Tabelião

#### EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar **ANTONIO CLAUDIO SILVA FERREIRA e KEVILÂNDIA UATÍLA FACUNDES DA SILVA**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, nº. s I, III E IV, do Código Civil Brasileiro.

**ELE** é natural de Tuntum, Estado do Maranhão, nascido a 13 de dezembro 1981, de profissão vendedor, residente na Av. Princesa Isabel, nº 3974, Bairro: Santa Tereza, filho de **ANTONIO NILSON FERREIRA e de PERPETUA SILVA FERREIRA**.

**ELA** é natural de Imperatriz, Estado do Maranhão, nascida a 28 de fevereiro de 1990, de profissão estudante, residente na rua., filha de \* \* e de **ALEXANDRA FACUNDES DA SILVA**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 1 de Setembro de 2008  
Wagner Mendes Coelho  
Tabelião

#### EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar **FABRÍCIO CARNEIRO MARTINS e JANAÍNA DE SOUSA ARAÚJO**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, nº. s I, III E IV, do Código Civil Brasileiro.

**ELE** é natural de Boa Vista, Estado do Roraima, nascido a 9 de julho 1983, de profissão supervisor, residente na Rua Velho Dandae, 789 CS, Caimbé I, filho de **SISIDINO ANASTÁCIO MARTINS FILHO e de IONEIDE CARNEIRO MARTINS**

**ELA** é natural de São Paulo, Estado de São Paulo, nascida a 27 de agosto de 1984, de profissão bancária, residente na Rua Estácio Melo, 287, Jardim Floresta, filha de **ANTONIO RODRIGUES ARAÚJO e de MARIA LEONIDAS DE SOUSA ARAÚJO**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 2 de Setembro de 2008  
Wagner Mendes Coelho  
Tabelião

#### EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem se casar **FRANCISCO BARBOSA LEITE e ROSANGELA LARANJEIRA DOS SANTOS**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, nº. s I, III E IV, do Código Civil Brasileiro.

**ELE** é natural de Itacoatiara, Estado do Amazonas, nascido a 12 de setembro 1970, de profissão contador, residente na rua. Caimbé, nº 162, Bairro Paraviana, filho de **RAIMUNDO ARAÚJO LEITE e de NEIDE BARBOSA LEITE**.

**ELA** é natural de Boa Vista, Estado de Roraima, nascida a 12 de janeiro de 1979, de profissão assistente social, residente na rua Caimbé, nº 162, Bairro: Paraviana, filha de **PEDRO PADILHA DOS SANTOS e de MAURIZA LARANJEIRA DOS SANTOS**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 2 de Setembro de 2008  
Wagner Mendes Coelho  
Tabelião



#### Justiça Especial Volante JUSTIÇA NO TRANSITO

Acidentes de trânsito no perímetro urbano de Boa Vista em que tenham ocorrido somente danos materiais, sem vítimas

- Atendimento 24h, todos os dias da semana
- (95) 9971-6700 – 3621 2657 Justiça no Trânsito
- 190 – Central de Operações da Polícia Militar – COPOM
- 194 – Central de Operações da Polícia Civil
- A equipe se deslocará ao local do acidente e um conciliador tentará promover a conciliação dos envolvidos para solução imediata da questão

**Diário do Poder Judiciário**  
Provimento Nº 001/1992

**Des. Robério Nunes dos Anjos**  
*Presidente*

**Des. Carlos Henriques Rodrigues**  
*Vice-Presidente*

**Des. Lupercino de Sá Nogueira Filho**  
*Corregedor Geral de Justiça*

**Des. José Pedro Fernandes**  
**Des. Mauro José do Nascimento Campello**  
**Des. Ricardo de Aguiar Oliveira**  
**Des. Almiro José Mello Padilha**  
*Membros*

**João Augusto Barbosa Monteiro**  
*Diretor-Geral*

**Palácio da Justiça**  
Praça do Centro Cívico, s/n, Centro  
Cep: 69301-380, Boa Vista, RR  
(95) 3621-2675

**Corregedoria**  
**Geral de Justiça**

**Ouvidoria-Geral**

**Telefone**  
**0800 2809551**

**e-mail:**  
**ouvidoria@tj.rr.gov.br**

**JUSTIÇA MÓVEL**  
**0800 280 8580**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Roraima**  
**Departamento de Informática**

**Em caso de problemas com:**

- SISCOM
- Equipamentos de Informática
- Softwares/Aplicativos
- Acesso ao Serviço de Redes
- Dúvidas e/ou solicitações na área de informática

Entre em contato com:

**Central de Atendimento**

**Ramal: 2670**  
(Palácio da Justiça e Fórum)

**Externo: 3621-2670**  
(Juizado da Infância e Juventude e Comarcas)

**e-mail: suporte@tj.rr.gov.br**

**Acesse a intranet: <http://intranet/>**

**Horário: 08:00 às 18:00**

**SAU Seção de Atendimento ao Usuário - DI**

*Serviço exclusivo ao Poder Judiciário do Estado de Roraima*



**Telefones Úteis**

**Plantão Judicial 1ª Instância**  
**9971 5002**

**Plantão Judicial 2ª Instância**  
**9959 8745**

**Ouvidoria**  
**0800 280 9551**  
**3623 3352**

**Vara da Justiça Itinerante**  
**0800 280 8580**  
**3624 2769**

**9971 4910**  
**Justiça no Trânsito**  
**9971 6700**